



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública Externa	Nº: 0341/10	DATA: 12/04/2010
INÍCIO: 15h02min	TÉRMINO: 20h17min	DURAÇÃO: 5h15min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5h14min	PÁGINAS: 99	QUARTOS: 63

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO RUBIM - Secretário de Estado da Defesa Social.
CÍCERO LIMA DA SILVA - Delegado Regional de Polícia Civil da 11ª Delegacia Regional da União dos Palmares.
JOSÉ HELENO GUEDES DA SILVA - Pai do menor José Sérgio Guedes da Silva (Serginho), desaparecido e encontrado.
ELIANE SANTOS DA SILVA - Mãe do menor José Sérgio Guedes da Silva (Serginho), desaparecido e encontrado.
JOSÉ SÉRGIO GUEDES DA SILVA (Serginho) - Menor desaparecido e encontrado.
JUDSON CABRAL - Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.
LUCIMÔNICA RABELO - Diretora de Estatística da Polícia Civil.
BÁRBARA ARRAES - Representante da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente.
CLÁUDIO SORIANO - Presidente do Conselho estadual em Defesa da Criança.
MARIA LÚCIA DE FÁTIMA BARBOSA PIRAUÁ - Juíza de Direito.
JOSÉ EDMILSON SOUZA - Presidente do Forum Estadual dos Conselhos Tutelares do Estado de Alagoas.
WEDNA DE MIRANDA LESSA SANTOS - Secretária de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos de Alagoas.
MICHELINE MARIA DE SOUZA VIEIRA - Advogada.

SUMÁRIO: Debate sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes no Estado de Alagoas.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.
Há termos ininteligíveis.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. FERNANDO TOLEDO - Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, servidores da Assembleia Legislativa, senhoras e senhores da imprensa, telespectadores da *TV Assembleia*.

Para darmos início a esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, numa sessão conjunta entre a Assembleia Legislativa de Alagoas e a Câmara Federal, gostaria de convidar para presidir esta sessão a Deputada Bel Mesquita, Deputada Federal e Presidenta desta Comissão. Gostaria de convidar o Deputado Antônio Carlos Chamariz para iniciarmos aqui este preâmbulo desta sessão.

Antes de darmos início e passarmos a presidência desta sessão à Deputada Bel Mesquita, Presidenta desta Comissão Parlamentar de Inquérito, gostaríamos de registrar o falecimento do ex-Deputado, empresário e ex-Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, Dr. Geraldo Sampaio. Como disse a Deputada Bel Mesquita, sendo um membro do Parlamento alagoano, o nosso Regimento determinaria, se nós estivéssemos fazendo uma sessão ordinária, a suspensão imediata destes trabalhos. Como nós estamos em uma sessão especial conjunta, inclusive com a Câmara Federal, a Presidência da Assembleia Legislativa neste momento pede para que todos nós, de pé, façamos 1 minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Geraldo Sampaio.

(A Casa presta a homenagem solicitada.)

O SR. FERNANDO TOLEDO - Obrigado a todos. Apresentamos as nossas condolências à família enlutada.

Neste momento passamos a presidência dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil no período de 2005 a 2007, à Presidenta desta Comissão, Deputada Bel Mesquita, que conduzirá os trabalhos inclusive com a formação da Mesa. Ao tempo em que, Deputada, a Assembleia Legislativa acusa a grande satisfação de ter, de poder recepcionar, fazer essa parceria do Parlamento alagoano com a Câmara Federal, investigando, aprofundando, dando a nossa contribuição para um trabalho da mais alta importância e relevância para o nosso País, que é naturalmente o trabalho



realizado por esta Comissão. Sinta-se muito bem-vinda a Alagoas. É um prazer recebê-la. O Parlamento agradece a oportunidade de poder fazer essa parceria. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Boa tarde a todos. Antes de começar a reunião, eu quero dar algumas explicações, e eu vou citar o nome das pessoas que foram convidadas a fazer parte desta audiência pública. Se por um acaso alguém for chamado aqui, por favor, se não estiver aqui nesta lista, comunique-se conosco, porque nós não conseguimos localizar todos.

Eu quero saudar, já cumprimentando, o Dr. Paulo Rubim, Secretário de Estado da Defesa Social; o Dr. Cláudio Soriano, que está presente; o Dr. Edmilson Souza; a Dra. Bárbara Arraes; o Dr. Gilberto Irineu de Medeiros; a Dra. Lucila Vicentin; a Dra. Thaisa Christine de Oliveira Costa; a Dra. Ana Paula Omena; a Dra. Micheline Maria de Souza Vieira; a Dra. Wedna de Miranda Lessa Santos; o Sr. José Heleno Guedes da Silva; o Dr. Cícero Lima da Silva — o Dr. Cícero está presente? Obrigada —; a Dra. Maria de Figueiredo Silva; e a Dra. Maria Lúcia de Fátima Barbosa Pirauá.

Dando seguimento, eu vou explicar que, por se tratar de uma audiência pública, não haverá formação de Mesa de autoridades, porque o que nós estamos pretendendo fazer aqui é realmente uma oitiva, ou seja, ouvir as pessoas que estão diretamente envolvidas em todas as situações de crianças e adolescentes desaparecidos aqui no Estado de Alagoas.

E antes de começar registro que já está aqui o Deputado Chamariz, fazendo parte desta Mesa. É um Deputado muito atuante na questão de crianças e adolescentes junto a esta CPI. E também quero justificar a ausência da Relatora Deputada Andreia Zito. Como todos vocês estão sabendo, a situação no Estado do Rio de Janeiro está muito grave e ela, como Deputada da área, inclusive da área da Baixada Fluminense, não pôde vir. Pede desculpas mas ela não pode deixar o Estado neste momento.

Declaro aberta a 36ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil.



A presente reunião destina-se à audiência pública para oitiva de convidados e convocados. Nós temos todas essas pessoas que eu citei para serem ouvidas, mas, considerando o cargo, a importância e os seus vários compromissos, vamos ouvir o nosso Secretário de Defesa Social, Dr. Paulo Rubim, como a primeira pessoa dessa oitiva. Depois, ouviremos o Dr. Cícero.

Quero convidar, então, o Dr. Paulo Rubim, Secretário de Estado da Defesa Social, para fazer uso da palavra.

Dr. Paulo, o senhor pode falar daqui ou dali, de onde lhe convier.

Antes peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Devo dizer que hoje aqui está instalada uma audiência da Câmara dos Deputados. Recebemos esse espaço e agradecemos muito. Nesse espaço, hoje, neste momento, estaremos sendo regidos pelo Regimento da Câmara dos Deputados.

O tempo concedido aos convidados, neste caso para o Dr. Paulo Rubim, será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado. Depois, os Deputados poderão interpelá-lo. Como hoje estamos só eu e o Deputado Antônio Carlos Chamariz, vamos combinar quem falará primeiro.

Com a palavra o Dr. Paulo Rubim.

O SR. PAULO RUBIM - Boa tarde a todos. Exma. Sra. Deputada Federal Bel Mesquita; Exmo. Sr. Deputado Antônio Carlos Chamariz, patrocinador e incentivador dessa importante reunião; imprensa presente; senhores da Polícia Civil e da Polícia Militar; Srs. Deputados.

Tivemos recentemente a questão relacionada ao Serginho. Houve essa repercussão nacional. Também, como se pode ver, hoje na imprensa nacional, desde ontem, já repercute a questão de Luziânia, com os 6 assassinatos ocorridos lá. No Estado de Alagoas — tenho aqui uns registros que depois serão exemplificados e detalhados pelo Dr. Cícero Lima — temos o desaparecimento... o registro de ocorrência de desaparecimento de 131 pessoas. Nós, como policiais, temos de fazer a seguinte avaliação. O registro do desaparecimento da pessoa tem causa voluntária ou involuntária? A questão da causa involuntária leva imediatamente para 2 tipos de ações criminosas: sequestro e rapto e a execução. Execução por todos os motivos, por ser pobre, por ser delinquente juvenil, na



concepção de alguns irreparável. Enfim, as 2, o rapto e o sequestro, ou o assassinato pura e simples, pelo entendimento de que aquela pessoa tem de ser eliminada. O segundo desaparecimento, que é o voluntário, os motivos são milhares, e, dos milhares motivos, quase sempre estão vinculados à família — desentendimento, violência. Enfim, estamos acostumados a ouvir diariamente esse tipo de coisa, pessoas que são encontradas pelas ruas. Quase todos, de uma forma ou de outra, são pessoas desaparecidas. Se olharmos o nosso jovem adolescente do Estado de Alagoas nas praças, em todos os locais, na praia, será que não poderíamos dizer que aquele jovem de 4, 5, 6 anos é um desaparecido? Acho que poderemos dizer que são desaparecidos. Por que desaparecidos? Abandono na rua não é considerado desaparecido também? Se você saiu do seio da família, se você saiu do seio da escola, se você saiu do meio social, você não é uma pessoa desaparecida?

Bem, vocês podem analisar o quanto a gente pode caminhar nesse conceito de pessoas desaparecidas.

Vamos avaliar o Judiciário, a responsabilidade do Judiciário da infância e da adolescência. O caso desse criminoso, essa mente criminosa de Luziânia. Há quanto tempo ele havia saído do presídio? Pelo que escutei na imprensa nacional foi 1 semana. Qual o crime que o levou ao presídio? Pedofilia. E ele foi posto em liberdade. Uma semana depois, cometeu essa série de crimes que estão aí. A nossa Justiça não tem resposta para isso, não. Não há o bandido da Luz Vermelha, que vocês lembram que há alguns anos saiu porque havia cumprido todo o período da pena? E todos sabiam que era uma mente doentia, criminosa, e não sabiam o que fazer com ele, e o soltaram no meio da sociedade. O que aconteceu? Não levou 1 ano e foi assassinado porque queria matar uma outra pessoa. Então, temos todas essas circunstâncias que envolvem crianças desaparecidas. A gente se preocupa e nós, policiais, temos de nos preocupar com aquela causa. Mas, e a questão social? Delegacia. Perguntem-me: *"Há que ter uma delegacia de crianças desaparecidas?"* Sim, tem. Eu não sei se é exatamente isso, mas teria de ter, pelo menos um setor especializado. Vejam bem as nossas questões sociais. Infância e adolescência temos delegacia. Quem sabe não poderíamos especializar essa questão da infância e da adolescência, porque temos a delegacia, temos o Ministério Público e temos o



Judiciário, as 3 instituições envolvidas. Vêm-me pedidos da Delegacia da Mulher, que hoje não temos. Vêm-me pedidos sobre a formação da Delegacia da Diversidade Sexual, que hoje nós não temos, e tantos e tantos outros pedidos em forma de delegacia. Gostaria eu que tivéssemos recursos termos essas delegacias. Mas muito mais importante do que isso é termos gente voltada para isso, especializada. Para uma delegacia dessas, de desaparecidos, da mulher, da diversidade sexual e tantas outras, não é só o policial que tem de ser formado, é o psicólogo, é o assistente social. E ele tem de estar dentro da delegacia. É uma estrutura toda que se forma em volta disso. E os Estados já não têm assistência social? Enfim, hoje estamos com aquele velho chavão de que é uma responsabilidade — e às vezes não temos resposta —, de que isso é problema da polícia. Tudo passa a ser problema da polícia. Temos as questões dos jovens, da infância e dos adolescentes, que é o nosso objetivo, que é o objetivo dessa reunião, que é o objetivo... E depois de transpormos aquela porta, temos de dizer o que está acontecendo. Isso é um chamamento que vejo de responsabilidade social de todo ente público. Não é da polícia, não é da Dra. Bárbara, do Cícero. É um chamamento social que temos de ter nisso, é uma responsabilidade muito mais social do que um simples debate sobre a responsabilidade de achar uma solução simples para a questão da criança desaparecida.

Dra. Bel Mesquita, ande nas nossas ruas que a senhora poderá responder se aqueles jovens que estão ali já não são pessoas desaparecidas. Será que já não são crianças desaparecidas? Acho que são. O Governo do Estado, através do Governador Teotônio Vilela, sabe que é questão de responsabilidade pública também. Em 2003, Dra. Bel, fui procurado pelo Prof. Luiz Antônio, da Universidade Federal, por vontade própria, pessoal, individual dele, funcionário da Universidade Federal. Eu era superintendente naquela época da Polícia Federal. *“Sr. Rubim, eu montei um laboratório de DNA. Vamos fazer um convênio?” “Vamos, para a Polícia Federal deve ser ótimo isso”*. Tentamos andar pela Polícia Federal, mas muito mais importante era para o Estado, porque vivíamos naquela época, como ainda graças a Deus hoje diminuiu, um estado de pistolagem, a mais absurda, terrível, envolvendo todos os segmentos sociais e políticos. Isso em 2003. Esse laboratório de DNA nunca foi firmado. Há poucos dias, na porta da Assembleia e do Tribunal de Justiça,



aquele senhor andava à procura da ossada de seu filho que desapareceu do IML. Quanto tempo faz isso? Três meses? E eu nem sei se ele continua andando por aí com o retrato do seu filho, procurando a ossada do seu filho, para poder enterrar. Seis anos depois, quando eu voltei aqui no cargo que estou ocupando, encontrei o Dr. Luiz Antônio. *“E aí, Dr. Luiz Antônio?” “Dr. Rubim, nada foi feito ainda.”* E eu levei ao Governador Teotonio Vilela e disse: *“Governador, há um laboratório gratuito, não nos custa nada. Isso vai fazer com que a gente procure, com que a pessoa que tenha um ente desaparecido, seja ele qual for, vivo ou morto, que a gente tenha a possibilidade de fazer o cruzamento e encontrar o familiar, entregar a ossada para os familiares enterrarem”.* Os familiares estão procurando o Serginho, que poderia ser cruzado, por uma razão ou outra, com a coleta de DNA dele.

Dessa forma, já saberíamos, pelos registros dos pais, onde encontrar os familiares. Graças a Deus esse convênio foi assinado, já está em funcionamento. Ele é totalmente gratuito. Ele não está tendo a divulgação que deveria ter, porque o Governador, junto com a magnífica reitora, fará um ato público. Não é um ato político; é um ato público para que as pessoas, no Estado de Alagoas, tenham consciência de que existe um laboratório de DNA gratuito, que basta fornecer o seu cabelo — não sei como se colhe —, o seu sangue e fica lá o registro. Todas as pessoas que tiverem um ente desaparecido, agora ou no passado, aquelas ossadas enterradas na clandestinidade da pistolagem... todas as ossadas que achamos vamos coletar os exames de DNA. Então, é um novo avanço.

Soube eu, através do Dr. Luiz Antônio, que essa é a primeira no Brasil, essa relação de laboratório de DNA de pessoas desaparecidas. Então, Dra. Bel Mesquita, agradeço a oportunidade que a senhora está dando a nós, no Estado de Alagoas, de poder levar à Câmara dos Deputados a nossa situação, que não é tão grave como no resto do País. Como disse a senhora antes, fui Delegado da Polícia Federal durante muitos anos. Na minha carreira toda fui policial. Vi fotos de desaparecidos em carteira de cigarro, vi campanhas de desaparecidos em postos de gasolina, enfim, no Brasil todo essas campanhas fortes nos deram conhecimento de tantas e tantas pessoas desaparecidas.

Hoje, fala-se mais ainda na questão de retirada de órgãos. Há pessoas que podem ser raptadas, sequestradas, assassinadas por questão de órgãos. Não



sabemos disso. Estamos, de fato e de alguma forma, ainda não estamos preparados para fazer esse enfrentamento. Então, eu agradeço a todos pela oportunidade. Peço permissão à Dra. Bel para, depois dessa fala — os nossos colegas da Polícia Civil têm os registros que vão expor — retirar-me logo em seguida, porque tenho um outro compromisso importante. Gostaria de dizer da nossa satisfação. O Governador não está aqui presente porque está no velório do ex-Governador. E, em nome do Governador Teotonio Vilela, quero agradecer a sua presença aqui, e que se sinta em casa aqui, no Estado de Alagoas. No que for possível o Governo do Estado e a própria defesa social estarem colaborando com a senhora, a senhora conte sempre com o nosso total e irrestrito apoio à sua causa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, doutor. Não saia não, porque temos de fazer umas perguntinhas ao senhor. Doutor, há algum microfone que possa atendê-lo? O.k.

Doutor, nessas andanças nossas por... foram 12 Estados, Manoel, que nós já fomos visitar, 14 Estados, e também ouvindo as pessoas dentro das audiências públicas na Câmara Federal, nós nos deparamos com muitas questões que o senhor tocou aqui. E uma delas, que realmente é uma questão séria, é da conceituação do que é desaparecimento. Tem... o que se está utilizando hoje, inclusive dentro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, é a saída ou a ausência do convívio familiar sem autorização ou sem querer, seja pela própria família, seja pela própria pessoa.

Na questão das crianças e adolescentes, o que nós temos visto é que esse conceito tem impedido, e muito, os avanços ou então dar maior celeridade aos processos que nós precisamos. E aí caímos nesta outra situação: quase 90% dos casos são casos de crianças ou adolescentes que saem voluntariamente de suas casas. Por outro lado, nós também nos deparamos com essa questão das causas sociais e entramos de novo na questão jurídica da conceituação ou da tipificação do que isso viria a ser, em termos de desaparecimento, para que pudesse instaurar rapidamente o inquérito, digamos assim, numa tipificação, tipologia jurídica — peço desculpa, sou uma psicóloga interessadíssima no caso, mas os termos jurídicos e as situações não fazem parte do meu rol de conhecimentos.



Por outro lado, doutor, o que nós temos visto também é um desconhecimento ou utilização, digamos assim, em todas as delegacias, da espera, 24, 48 ou 72 horas. Eu gostaria que o senhor nos explanasse, dentro desses 3 pontos que o senhor colocou, e que nós também temos tido... não é dificuldade, acho que aí está um grande desafio para a CPI, que seria a conceituação, realmente, a terminologia jurídica, se é que o senhor acha que isso é possível, e a questão da celeridade do início das buscas dessas crianças, desses adolescentes que não estão mais no convívio familiar.

O SR. PAULO RUBIM - Bem, doutora, voltamos àquelas 2 situações: o desaparecimento voluntário ou involuntário, ainda para fazer uma tipificação de uma ação policial para um lado criminoso ou não, parte-se desse princípio. Se a afirmação na hora do desaparecimento induz, por exemplo, uma situação do pai que vai fazer uma visita, tendo a guarda, também, e a criança não volta, então ali já há uma tipificação penal. A Polícia já toma a medida no ato; ela não espera as 48 horas. Se há uma denúncia afirmando que aquele desaparecimento tem implicação jurídica, o tipo penal, que a senhora estava colocando — existe o tipo penal —, a Polícia não vai esperar 48 horas.

Essas 48 horas normalmente dão quando a informação que a pessoa traz, e muitas vezes ocorre que esse desaparecimento que a mãe alega, às vezes, quase sempre voluntário, com o namorado ou... às vezes até com o namorado, ele desaparece mas a pessoa retorna. Às vezes, ela está denunciando, e a pessoa já está retornando. Então para movimentar uma estrutura policial numa situação dessas, tem que movimentar o Judiciário, tem que movimentar o Ministério Público. A ação da Polícia não é única nesse sentido, por isso que dessas 48 horas, quando há informação que vai à delegacia, é uma informação que já não induz a um tipo penal imediato. Então, por isso que se aguarda normalmente as 48 horas, porque, aí, vai se partir primeiro para... às vezes nem para uma instauração de inquérito, mas simples boletim de ocorrência, vai se dar um andamento na investigação para ver se localiza aquela pessoa. Até que se confirme se aquele desaparecimento é um desaparecimento que pode ter ocorrido de forma voluntária ou involuntária. Os involuntários, geralmente, têm ato... é o fato típico criminoso. Então, por isso que se dá essa informação.



O Delegado Cícero vai poder explicar que, às vezes, e é comum, a mãe ou o pai ir direto à delegacia, quando o filho, na hora da escola, pela própria preocupação de circunstâncias, não aparece. Ou até, às vezes, a mãe sabe que o filho está em más companhias – sabe disso – então, vai lá e faz um registro de desaparecimento. O que significa isso? Uma ação imediata da polícia no local em que a mãe não gostaria que aquele filho estivesse naquele momento. Por isso, essa avaliação que se faz. Não vejo assim, a não ser que se tenha uma outra comprovação, que ação da polícia... Ela pode demorar por vários fatores, falta de efetivo, mas eu estou dizendo que... mas o comportamento policial... Não vejo que haja muito demora nisso. Quando falaram: *“Meu filho foi sequestrado.”* Pronto, a partir daquele momento, já há uma investigação. A polícia já anda em campo. Normalmente, essa demora ocorre quando a informação que é levada à polícia dá um entendimento de que pode ser um desaparecimento voluntário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Doutor, eu quero lhe dizer uma coisa. Eu entendo, e nós entendemos, que as delegacias não estão preparadas, e não é só aqui no Estado de Alagoas. O que nós temos visto é que, em todos os Estados, nós temos essa dificuldade, porque, entre escolher em ir buscar um assassino, que já tá sabendo onde está, um latrocidista e um adolescente desaparecido, é claro que ele fica em segundo plano, mas a lei já é clara. E dentro do ECA, do Estatuto da Criança e do Adolescente, já existe, no art. 5º, se não me engano, que a busca deve ser imediata.

E quero lhe dizer, doutor, que, se Luziânia não tivesse demorado mais de 15 dias para começar a investigação do primeiro caso, talvez não tivéssemos, amanhã, o enterro de 6 jovens. Eu estive lá. Ontem, nós estivemos em Luziânia. E eu posso lhe falar uma coisa.... Eu não estou aqui colocando a responsabilidade, porque a responsabilidade é uma questão seriíssima, mas nós precisamos, enquanto uma CPI, ter levantamento das questões que realmente nos impedem de salvar, neste caso, 6 rapazinhos entre 13 e 19 anos.

O que nós queremos fazer é, se existe uma questão de conceito não definido, e é verdade, não existe, também não existe uma rotina real, seja dentro das delegacias, como da Segurança Pública ou dentro dos Conselhos Tutelares... Eu estou colocando isso porque o sistema não é integrado. Nós não temos um sistema



de proteção à criança e ao adolescente que integralize todas as ações que nós temos, seja da segurança pública, seja da ação social, seja dos Conselhos Tutelares ou Conselho da Criança e do Adolescente, e o que nos chamou muito a atenção, nesses casos que nós temos em mãos hoje, que são os meninos, aliás, os corpos dos meninos de Luziânia — e aqui a presença do Serginho, que nos faz muito felizes, por podermos ter uma criança que desapareceu e que retornou ao seio da família. Esses 2 casos que nós podemos dizer que são palpáveis para nós nos dá realmente esse questionamento. Primeiro, a polícia achou que o menino tinha saído para passear, com a namorada ou namorado. Houve todos esses questionamentos. Aliás, houve depois, porque, na hora: *“Vamos esperar, vamos esperar; se a família retornar a gente vê”*. E aí eu fico me perguntando em que momento e quais são os dados que realmente vão dar, não é nem para o delegado, porque quem atende primeiro essa situação é o escrivão, não é normalmente... Em cidade do interior, então, no interior do Brasil inteiro, é isso. Quem atende, nesse caso, passa diretamente ou não para o delegado, e aí a questão se vai investigar ou não, não tem nenhum protocolo que nos dê segurança — e estou falando que nos dê porque eu sou servidora pública também, doutor, e me sinto responsável nessa questão toda.

Então, o que nós precisamos mesmo é, dentro da sua experiência, de que forma nós vamos ter que nos organizar, e — isso nós sabemos que são os nossos problemas —, quais seriam as sugestões daqui, da Secretaria de Estado de Defesa Social de Alagoas, para que a gente pudesse minimizar ao máximo essa situação, talvez até erradicando esse problema de crianças e adolescentes desaparecidos do jeito e da forma que nós entendemos?

O SR. PAULO RUBIM - Bem, doutora, o Dr. Cícero vai apresentar o número de pessoas desaparecidas aqui. Eu tenho quase certeza de que quase 99% foram só registros. Não foi desaparecimento involuntário. Nós não podemos fugir, doutora, da questão social brasileira. Não há como fugir disso. A gente não tem essa solução no sentido de que... A gente pode minimizar, aperfeiçoar. A questão de Luziânia, o primeiro desaparecimento do primeiro jovem, porque não desapareceram 6 no mesmo dia... No primeiro desaparecimento do primeiro jovem, certamente ocorreu o que a senhora diz: vamos aguardar a segunda ocorrência. O tempo passou, e a



Polícia provavelmente deixou para lá. Pode até ter havido a segunda manifestação. E aí, o segundo assassinato e, daí por diante, a Polícia resolveu investigar.

Então, já havia ocorrido o que a senhora havia comentado: 6 assassinatos. O que acontece hoje em dia? Então, vou lhe dizer o ideal. Vou lhe dizer o ideal, mas o ideal é utópico. Na realidade social brasileira, é utópico; ou eu estou vendo uma sociedade infantil e de adolescência, em que, em 70% das capitais brasileiras, é um abandono absoluto ou eu estou fora deste mundo aqui. O ideal é ter uma delegacia especializada, com logística, gente capacitada, psicólogo, assistente social, em que qualquer registro de manifestação de desaparecimento, a pessoa... não é o policial com a intuição policial, mas, sim, com a presença da pessoa naquela família. Por que o seu filho desapareceu? Ali, nós vamos encontrar as diversas causas da nossa sociedade: alcoolismo, pedofilia, família destruída, sem emprego, não há nenhum comportamento ético, não há comportamento moral, abandono de escola. E como é que nós vamos solucionar isso? Isso é fácil de comprovar.

Agora, eu volto a dizer, essa responsabilidade... Vamos dizer, assim, a Polícia assume sua parte, mas as outras instituições, os outros não podem jogar isso para cima da polícia, porque simplesmente me diga onde é possível você resolver isso. Há uma manifestação de desaparecimento. Volto a lhe dizer, aqui no Estado, se eu sair agora, se nós sairmos agora, pegarmos 2 ônibus ou 3 ou 4, não sei quantos, nós vamos recolher, com certeza – a Dra. Elida Miranda, dos Direitos Humanos, está aqui — crianças, vamos até limitar a idade, de até 16 anos, de 4 ou de 5 ou de 2. Eu tenho certeza de que, em 1 ou 2 horas, nós vamos encher os ônibus dessas crianças nas periferias de Alagoas. Isso agora, neste exato momento. Nós vamos recolher essas crianças. Depois de colocá-las dentro do ônibus, nós vamos largá-las onde? Pode ter certeza de que não vai ter reclamação de familiares à procura de crianças desaparecidas. Vamos ficar com elas 5 dias e vamos ver quantos registros as famílias irão fazer de pessoas desaparecidas.

Então, a solução é, naquilo que nos cabe, aperfeiçoarmo-nos mais, numa delegacia que tenha um assistente social, um psicólogo e que, a cada registro de ocorrência, a gente possa ir até lá e procurar, dentro de uma ação policial, a gente achar uma resposta para isso. Mas podem ter certeza de que 99% das justificativas,



como a senhora colocou, para tentar, de certa forma, resolver esse problema, não vai estar em cima dessa ação.

Agora, naquele caso de Luziânia, porque ali é uma mente criminosa assassina, se a Polícia tivesse agido rápido, certamente talvez tivesse sido só 1 homicídio, mas onde está a circunstância jurídica de ter botado aquele homem para a rua, porque ele vai cumprir a pena dele e vai para a rua de novo. E nós vamos fazer o quê? Então, toda essa estrutura, toda essa colocação, é porque, quando a gente fala de pobre, doutora, de miserável e de abandonado, ninguém tem resposta para eles. Em lugar nenhum da sociedade brasileira tem respostas para eles.

Então, trago aqui, como responsável pela segurança pública, que a gente vai e deve tentar. Setores hoje da infância e da adolescência, a Dra. Bárbara está aqui com a Delegacia, a gente vai tentar aprimorar essa situação, porque dentro da... A Dra. Wedna é responsável pela UIF, Unidade de Meninos Infratores. Está cheio lá. E todos eles são pessoas desaparecidas. Porque, pode ter certeza de que não tem nenhum familiar atrás deles. E as nossas unidades estão lotadas deles. Mas vamos especializar a nossa Delegacia, doutora. Pode ter certeza disso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada. Deputado Chamariz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Minha Presidenta, Bel Mesquita, que Deus continue lhe abençoando. Sou muito grato pela sua presença aqui e pela equipe que veio lá de Brasília. Que Deus continue abençoando todos. Eu até entendo a Relatora não poder ter vindo, com aquela situação lá no Rio de Janeiro. Temos que entender.

Senhoras e senhores aqui presentes, uma boa tarde e a paz do Senhor para aqueles que querem ouvir a paz do Senhor no seu coração.

Dr. Paulo Rubim, Secretário, eu tenho aqui 3 perguntas para ao senhor. Até entendo tudo o que senhor colocou aqui, mas, às vezes, a gente fica até indignado com o sistema. Quando se fala do sistema, o sistema é bruto, mas é quando se fala no sistema partidário, porque, quando se fala no sistema público, ele já não passa a ser o sistema bruto. Junto com todos os colegas da CPI temos visitado esses Estados do Brasil e temos encontrado várias dificuldades, como aqui também não é diferente. Aqui, no Estado de Alagoas, hoje, eu estou mais preocupado do que



ontem. Eu faço uma pergunta para o senhor, Dr. Paulo: Quantas crianças e adolescentes estão desaparecidas no Estado de Alagoas — o senhor tem esse registro — de 2000 a 2010?

O SR. PAULO RUBIM - O Dr. Cícero vai explicar essa parte dele, em que circunstâncias isso ocorreu.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Oi?

O SR. PAULO RUBIM - O Dr. Cícero vai explicar em que circunstâncias. São 131 registros. Dr. Cícero vai explicar em que circunstâncias isso ocorreu, esses desaparecimentos ocorreram.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Segundo o relatório do registro do Estado de Alagoas, de 2000 a 2010, desapareceram 3 crianças. Duas foram encontradas e uma não foi encontrada. A Lei nº 8.069 do Estatuto da Criança, de 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, determina a investigação imediata em caso de desaparecimento de criança ou adolescente. Dr. Paulo, mais outra perguntinha que eu queria saber do senhor: Qual o tipo de serviço que a Secretaria de Segurança Pública presta a esse tipo de caso?

E, para encerrar, doutor, eu fico indignado porque, quando a gente vê a situação agora, lá no Rio, onde depois que morreram em torno de 100 pessoas, o Governador se prontifica, junto com o Prefeito, a dar 400 reais para a manutenção de aluguel de uma casa àqueles moradores naquela situação. Ao mesmo tempo, ele já se coloca à disposição de, após 1 ano, dar casa a todos esses moradores. Não poderiam ter se prevenido antes? Não tinham dinheiro, e agora têm? Às vezes é esse o caso. Um caso muito interessante, Dr. Paulo Rubim, no Estado do Paraná, em Curitiba, existe uma delegacia especializada nesses casos. Aí eu trago ao senhor os dados de lá: de 2008 a 2009, foram registrados 441 casos — esses, sim, dados reais — e só 2, Dr. Paulo, não foram resolvidos. O que mais nos deixa indignados é que, na realidade, o senhor sabe que, quando se rouba um carro, imediatamente existe registro desse carro; a Polícia se prontifica a resolver o caso, de imediato. E com as nossas crianças é dado como descaso. É lamentável. Por isso eu os convidei — e agradeço à minha Presidenta por nos ter honrado de ter vindo ao nosso Estado do Alagoas.



E faço um apelo ao Secretário: para que nós possamos colocar, aqui também no Estado do Alagoas, uma delegacia justamente especializada nesses casos. E eu tenho uma surpresa para o senhor, interessante: não é esse custo todo que o senhor está imaginando, não. Nós, que fazemos a CPI, estivemos lá e temos a referência e os dados suficientes para passar aqui, para o Estado de Alagoas. No momento, é isso o que eu gostaria de passar ao senhor.

O SR. PAULO RUBIM - Bem. Isso que o senhor falou do Rio de Janeiro... Primeiro, eu quero responder às suas perguntas a partir da minha gestão aqui, no Estado, que é de 2007 para cá. De 2007 para trás, eu só tenho informações... eu não posso nem dizer a legitimidade dessa estatística. Então, eu só posso responder a partir de 2007 para cá. O senhor colocou o Rio de Janeiro, aquela situação, isso é o problema que o povo vai pagar. Votar em mau político dá nisso, dá exatamente no que está acontecendo no Rio de Janeiro. Escolher pessoas para a política de forma equivocada e errada resulta nisso que o senhor está dizendo no Estado do Rio de Janeiro.

Espero que agora, nas nossas eleições, a gente não cometa esses erros lá do Rio de Janeiro. Vamos votar em gente boa. Esse é o primeiro caso. Quanto à questão desses desaparecidos — o Dr. Cícero pode exemplificar isso aí —, é aquilo que eu disse: esse desaparecido é um desaparecido numa ação criminal ou é um desaparecido no caso que a pessoa sai de casa? Então, você diz assim: *“Não, todos eles têm que ser investigados”*. Muitos até são. E talvez, nos casos desses investigados, a pessoa diz: *“Olha, o seu filho desapareceu.”* Qual a sanção que pode ser feita? Responsabilizar o pai e a mãe porque deixaram a criança, o menor, desaparecer? Devolvê-lo para o pai e para a mãe e pedir para o pai e a mãe não permitirem que ele fuja de novo? Ele foge milhares de vezes no mesmo seio da família.

E há mais uma outra coisa: No Estado de Florianópolis, Santa Catarina, o Ministério Público adotou o seguinte sistema — ande lá, se você vai ver criança ou adolescente pedindo esmola nas sinaleiras e naqueles pontos onde tem muito trânsito. Não vai. Sabe por que não vai ver? Porque o Ministério Público adotou o seguinte sistema... Está na lei: Ele vai na família e pergunta por que aquele jovem está ali pedindo esmola. Ele está sendo explorado pelo pai e pela mãe, sequestrado,



que nem o Serginho, para explorar? Se a família não comprovar a razão daquele jovem estar ali, daquela criança estar ali, sabe o que acontece? Eles tiram o pátrio poder da família. E acabaram com isso em Florianópolis, de crianças e adolescentes estarem pedindo esmolas.

Se nós formos fazer isso aqui no Estado de Alagoas, onde deixaram o Estado nessa miséria absoluta, total — e aqui não quero falar de política, porque o senhor sabe muito bem que eu não sou vinculado a partido, nunca fui, não concorro a nada —, deixaram o Estado numa miséria absoluta em todos os sentidos. E hoje se cobra o que há 200 anos já deveriam estar fazendo aqui no Estado e sequer levantaram um dedo para tomar um comportamento nesse sentido. Então, eu quero dizer ao senhor que essas políticas, se nós as fizemos aqui, no Estado de Alagoas, nós vamos voltar a recolher essas crianças, meninos, e vamos encher o Estádio do CRB, do ASA, e ninguém vai procurar por eles, não. E o que é que nos vamos fazer? Nós já tentamos com a Dra. Wedna aqui. A Polícia Militar tem campo de futebol, tem dentista, tem comida para dar durante o dia. Vamos recolhê-los pelas avenidas às 6 horas, 7 horas da manhã. Vamos, vamos recolhê-los, vamos levá-los aos bombeiros para passarem o dia brincando. Vamos, vamos fazer isso. E às 18 horas, com os ônibus cheios, eu largo essas crianças onde? No meio da rua. É por isso que nós desistimos dessa ideia.

Nós não fizemos isso, com essa facilidade tão grande, porque a gente tem coração, e o nosso coração não sabe o que a gente vai fazer com essas crianças depois das 18 horas. É botá-los dentro do ônibus, abrir e enxotá-los para a rua como se fossem cachorros, porque a gente não tem aonde colocá-los.

São essas políticas públicas, é essa responsabilidade social que nós cobramos do Estado, e que cobra dos senhores, políticos. Nós vamos aqui aceitar a sua ideia, vamos, obviamente. É nossa obrigação colocar essa delegacia, estruturar o nosso efetivo para que a gente possa de uma forma ou de outra dar essa resposta.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Dr. Rubim, eu até agradeço as suas palavras. Quero aqui também parabenizar a Dr. Wedna Miranda que, junto comigo, estava lá em Campos e junto com a Presidenta também, Abel Mesquita, junto com ela estava a Nelma — permita-me colocar aqui, com todo o



respeito, a tarja preta —, e a gente brigava muito lá, porque ela era quem mais segurava a barra.

E eu quero deixar aqui uma coisa bem clara: que quando se quer, se faz. A Wedna mesmo viu — inclusive, eu passei para ela o CD — o sistema que é feito, lá em Campos, no Paraná, o tratamento do Serginho. A gente encontrou o Serginho lá bem tratado. E aqui, no Estado de Alagoas, só falamos que não tem condições. Dr. Rubim, o senhor sabe muito melhor do que eu, porque o senhor está mais perto do Governador e só ouve falar que tem não sei quantos milhões para gastar não sei em quê, que tem não sei quantos milhões para isso, não sei quantos milhões para aquilo. Agora mesmo, eu fiquei indignado, eu não sei nem se conseguiram, mas há um valor de 6 milhões para implantar um sistema no Estado de Alagoas, e parece que vai perder por falta de tempo. O que está acontecendo, é como o senhor falou mesmo, é que estão mais preocupados com a eleição que está chegando aí, quanto é que vai gastar, quanto é que vai investir para poder se reeleger e não se preocupa com a realidade do nosso País.

O senhor me permita, eu não estou falando isso para o senhor, mas estou falando isso para o nosso Governo. Nós temos que fazer uma coisa diferente: mostrar a diferença. O nosso Estado de Alagoas tem que mostrar ... Aliás, o Estado de Alagoas está de parabéns. Aqui foram constituídos 2 Presidentes — e o terceiro, disseram que era daqui ou do Rio de Janeiro, não sei lhe dizer —, mas 2 Presidentes foram constituídos aqui, no Estado de Alagoas. Existem homens inteligentes, pessoas inteligentes aqui. E por que não dão uma solução para o nosso Estado?

Eu vou encerrar aqui, Dr. Paulo Rubim. Sabe quanto custa a manutenção de uma delegacia dessa? Eu vou lhe dizer. O senhor talvez nem acredite, mas é a realidade: 35 mil reais, a manutenção por ano; 35 mil reais por ano para ter uma secretaria. Não é muita gente, não, Dr. Paulo Rubim. O senhor, como Secretário, sabe muito bem disso. E quando a gente quer buscar um objetivo, a gente vai lá e consegue.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Dr. Paulo, nós agradecemos muito a sua presença. Pode ter certeza de que é nesses momentos,



inclusive de embates, que saem as melhores propostas. Eu fico feliz de dizer que eu quero voltar para a inauguração da Delegacia. Quero estar presente junto com vocês; acho isso importantíssimo. E dizer também que sexta-feira passada, no meu município, no interior do Pará, nós fizemos também uma audiência pública desta natureza com as pessoas do município. E posso lhe dizer que me surpreendi demais de ver que todos os entes que fazem parte dessa corrente, quer dizer, todos os elos, Conselho Tutelar, Conselho da Criança e do Adolescente, a Delegacia, o Promotor, o Juiz, os professores, a Secretaria de Saúde, que estava presente, propuseram-se a, nesta próxima semana, escreverem juntos um plano de ação municipal para atendimento de crianças e adolescentes. Se isso tudo isso vai dar, eu não sei. O passado ninguém muda, mas o presente nós podemos escrever juntos; então, eu vou voltar aqui para a inauguração dessa Delegacia, doutor. Muito obrigada pela sua presença. Nós vamos continuar.

O senhor tem a palavra para fazer suas considerações finais.

Muito obrigada.

O SR. PAULO RUBIM - Obrigado. Eu agradeço mais uma vez, colocando aqui o Estado, em nome do Governador, à disposição da senhora e da sua Comissão. E, assim, não resta dúvida mesmo que a gente prefere esses nossos jovens na escola em vez de numa unidade de jovens infratores, que são muitos ainda. É preferível... se eles tivessem tido a escola antes, com certeza não estariam lá dentro onde eles estão hoje.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada. Antes de passar a palavra ao Dr. Cícero, eu quero noticiar a presença do Deputado Judson Cabral — ele está ainda aqui?. E eu gostaria que fizesse parte da nossa Mesa. Eu também quero citar aqui as demais pessoas que vieram prestigiar esta CPI: Francisca Sobral, Assistente Social do Centro de Apoio às Vítimas de Crime; Olívia Monteiro, do gabinete da Vereadora Heloísa Helena; Lucimônica Rabelo, Diretora de Estatística da Polícia Civil; Dr. Cícero, que nós vamos ouvir daqui a momentos; Jilda Moraes, Fórum dos Conselhos Tutelares; José Wedson dos Santos Marques, Associação dos Moradores do Loteamento Bela Vista, de São Miguel dos Campos; Manoel Simeão, Conselheiro Tutelar de União dos Palmares; Denilson Rodrigues da Silva,



Associação dos Moradores do Loteamento Bela Vista São Miguel dos Campos; Orcione Santos Cândido da Silva, Conselheiro Tutelar, São Miguel dos Campos; Thayanne Magalhães, jornalista; Sidiane Ferreira Batista, Conselheira Tutelar; Anderson Austregésilo de Ataíde, Conselheiro Tutelar de União dos Palmares; José Ednaldo da Cruz; Guilherme dos Santos Silva; Márcia Correia; Átila Vieira; Marcos Henrique Cavalcante; Eliane Santos da Silva e José Heleno, pais do Serginho; e o Serginho, aqui presente; Wellington Vasconcelos, Fórum Estadual de Conselheiros Tutelares; Viviane Chaves de Albuquerque, Assessora de Comunicação da Secretaria de Estado da Mulher; Sargento Silvestre; Sargento James; Manoel Monteiro Cerqueira; Taís Helena Peixoto; Maria Estela Cardoso, Sebastiana Maria da Silva Lima; Luiz Alberto Ribeiro; João Marcelo Souza; Mônica Leite Peixoto Almeida; Dra. Maria Lúcia de Fátima Barbosa Pirauá; Juíza de Direito e Coordenadora da Central de Conciliação da Comarca de Maceió e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Família, em Alagoas; Maria das Graças Bezerra, Centro de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente; Nelma — nós estivemos juntas, foi um prazer poder conviver aquele tempo com você; Rodenilda Marques da Silva; Vinícius Araújo, agente federal; Paulo Aparecido da Silva, que é o assessor da Deputada Andreia Zito — temos a sua presença neste plenário; Robson da Silva Lima; Maria Amélia de Medeiros; Fábio Antônio Breda da Silva; Bergson Lima Tenório; Eládio Siqueira Cardeal; Francisca Sobral; e a D. Maria de Fátima, a nobre esposa do Deputado Antônio Carlos Chamariz, com que já tivemos a oportunidade de conviver em Curitiba — realmente, foi um bom estágio desta CPI naquele lugar; também os nossos assessores diretos da CPI, Manoel Alvim, José Mário dos Santos Silva — que na verdade é quem faz todas as anotações taquigráficas e também as gravações — e a Leila, minha assessora direta que nos tem acompanhado em todos os instantes da nossa CPI. Também quero noticiar a radialista Graça Tenório, da *Rádio (ininteligível)*.

Chamo agora, então, o Dr. Cícero Lima da Silva, Delegado Regional de Polícia Civil da 11ª Delegacia Regional da União dos Palmares.

Dr. Cícero, antes de tudo, quero complementar a questão do compromisso. Não é um juramento, mas é um compromisso junto à CPI. Não tive o mesmo cuidado com o doutor...



Dr. Cícero, antes de o senhor começar a falar, eu quero dizer que continuam valendo as regras. O senhor vai ter até 20 minutos para se pronunciar. Antes disso, peço para o senhor fazer o compromisso junto a esta CPI. E depois, então, nós faremos as intervenções. Se alguém quiser fazer alguma pergunta, pelo Regimento, a pergunta deve ser feita pelos Deputados da CPI. Então, os senhores podem mandar que faremos as indagações. Então, Dr. Cícero, o senhor até 20 minutos. Mas antes, por favor, faça o seu compromisso a esta CPI.

O SR. CÍCERO LIMA DA SILVA - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

Exma. Sra. Dra. Bel Mesquita, Deputada Federal do Estado do Pará; Exmo. Sr. Deputado Federal do Estado de Alagoas, Antônio Carlos Chamariz; Deputado Estadual do Estado de Alagoas, Judson Cabral; pessoas presentes; autoridades. É uma honra estar aqui e receber o convite para falar sobre os fatos que ocorreram na cidade de União dos Palmares.

No dia 4 de abril de 2008, assumi a Delegacia Regional de União dos Palmares e, lá chegando, encontrei um fato de que o menor José Sérgio Guedes, o Serginho, tinha sido sequestrado por um indivíduo conhecido, Elismar dos Santos. O BO foi registrado no mesmo dia que ocorreu o desaparecimento, pelo Delegado, Dr. Wilson Araújo. Fizemos diligências, no sentido de capturar esse elemento, esse indivíduo, Elismar dos Santos. Só que ele tinha deixado sua carteira profissional, onde constava sua foto. Em contato com os Conselheiros Tutelares de União dos Palmares, entregamos a carteira profissional. Aí, tiraram uma foto, escanearam e colocaram na cidade e em outras cidades. Como, pela carteira profissional dele, tratava-se de um indivíduo do Estado do Rio de Janeiro, mas que tirou sua profissional em Caruaru, Pernambuco, estivemos em Caruaru. Mas não obtivemos êxito. No dia 5, baixamos portaria e iniciamos o inquérito policial. Já não se tratava mais de um desaparecimento, até porque desaparecimento não é tipificado no Código Penal brasileiro; tratava-se mais de um sequestro. Trabalhamos, mas infelizmente não obtivemos êxito. Quando tínhamos conhecimento de que o Elismar se encontrava na cidade de Paripueira, estivemos lá, fizemos diligências e não localizamos, como também aqui, nesta cidade de Maceió, Alagoas.



Há dias, tomamos conhecimento de que o indivíduo conhecido como Luiz Henrique de Messias tinha sido preso e autuado em flagrante pelo crime de sequestro e cárcere privado, que teve como vítima um menor chamado Victor Hugo Rangel. Imediatamente, procuramos saber o número do telefone da cidade de Campos, da delegacia, e entramos em contato com esse pintor, que não me recordo bem o nome, parece-me até que é Alexandre. Identifiquei-me que era o Delegado — como estou como Delegado Regional de União dos Palmares — e solicitei dele o BO ou algo relacionado com esse fato, para que pudéssemos ter a certeza de que Luiz Henrique de Messias se tratava do mesmo indivíduo conhecido por Elismar. Aí ele me mandou por *e-mail*, mandei a foto, e chegamos a conclusão de que se tratava da mesma pessoa. Só que não tínhamos a certeza de sua verdadeira identidade. Bom, começamos a trabalhar, investigamos e chegamos à conclusão de que Luiz Henrique de Messias é alagoano e é maceioense. Através do INFOSEG, não tinha nenhum dado a seu respeito, mas chegamos também ao nome de sua irmã, Elenita, parece-me que sim. Elita é o nome da mãe — Elenita. Trabalhamos, fomos à residência dela, estava fechada, mas obtivemos informações com a vizinhança, mostramos a foto. A vizinha reconheceu que se tratava do Luiz Henrique. Estivemos no Instituto de Identificação e, através de ofícios, conseguimos sua ficha civil, pois criminal, ele não tinha cometido nenhum crime.

Dias atrás, passamos novamente na residência da irmã, onde nos identificamos, e sua irmã realmente confirmou que se tratava de Luiz Henrique de Messias. É um indivíduo problemático, foi adotado, filho adotivo. Tem 4 irmãs: uma no Estado do Rio de Janeiro, um irmão no Estado de São Paulo e no Estado da Paraíba, precisamente na cidade de João Pessoa.

Mandamos um ofício ao Dr. Marcílio Barenco, na possibilidade de ele ser ouvido no Estado do Rio de Janeiro por carta precatória. Tudo isso foi o trabalho da Polícia Judiciária.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Doutor, esse caso do Serginho, acompanhamos de perto desde o dia em que o menor foi sequestrado lá em Campos. Foi possível então fazer o retorno do Serginho porque esse menino sequestrado foi sequestrado pelo Luiz Henrique. Então, pudemos. Ao ir atrás do



Victor, foi possível encontrar o Serginho e prender o Luiz Henrique. Não sei se é o momento, mas acabei de receber a notícia de que Luiz Henrique faleceu lá de um mal súbito.

De qualquer forma, ficam para nós algumas perguntas e eu gostaria de saber o seguinte.

O SR. CÍCERO LIMA DA SILVA - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - O que nos foi informado é que, no mesmo período em que Luiz Henrique sequestrou o Serginho, a menina Jéssica foi encontrada. Eu gostaria de saber se, ao reencontrar essa criança, o Conselho Tutelar avisou a delegacia de polícia e se houve algum tipo de investigação cruzada de um caso com outro caso. Bom, essa é a primeira pergunta.

O SR. CÍCERO LIMA DA SILVA - Tomei conhecimento do fato logo após assumirmos a Delegacia Regional, mas tenho certeza de que o Conselho Tutelar de União dos Palmares informou isso à delegacia. Só que o fato ocorreu antes da minha designação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Quanto à questão da fotografia do Luiz Henrique e tudo o mais, só houve essa fotografia no desaparecimento do Serginho ou depois?

O SR. CÍCERO LIMA DA SILVA - Nós tínhamos porque ela foi encontrada. Ele tinha deixado na residência de um senhor, num barraquinho, possivelmente poderia ter saído apressado e tivesse deixado, essa carteira profissional, com sua fotografia colorida e com seu nome, Elismar dos Santos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Nesse caso, o Conselho Tutelar, que sabia que essa criança tinha sido abandonada, digamos assim, teve algum tipo... O senhor não era delegado na época lá?

O SR. CÍCERO LIMA DA SILVA - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Então, vou ter de fazer depois a pergunta aos conselheiros tutelares. Mas eu queria saber se existe o cruzamento de dados entre conselheiros tutelares, as Secretarias de Segurança, através das delegacias, e os demais envolvidos nessa corrente de proteção a crianças e adolescentes, para que esses desaparecimentos possam ter solução,



mesmo quando o desaparecimento seja questionado em ser uma saída voluntária. Há esse tipo de trabalho alinhavado?

O SR. CÍCERO LIMA DA SILVA - Tomei conhecimento, há pouco tempo, com o Presidente, de que realmente ocorrera esse cruzamento. Como a garota, a Jéssica, residia ou reside em Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, houve esse cruzamento para que essa garota fosse entregue ao Conselho Tutelar daquela cidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Mas não houve nenhuma checagem aqui, de a menina falar: *“É esse mesmo o homem que eu tinha de chamar de pai?”*

O SR. CÍCERO LIMA DA SILVA - Disso, eu não tenho o conhecimento, porque, como falei para a senhora, há pouco tempo assumi a delegacia, e foi dias depois.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Deputado Chamariz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - O Secretário, Dr. Paulo Rubim, falou que o senhor era quem poderia dar essa estatística de quantas crianças e adolescentes desaparecidas no Estado de Alagoas. O senhor tem essa estatística?

O SR. CÍCERO LIMA DA SILVA - A Dra. Lucimônica, que é Diretora da Estatística, e a Dra. Bárbara Arraes, que é Delegada dos Crimes Praticados contra Crianças e Adolescentes, elas darão melhores informações, melhores esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Está bom, Dr. Cícero. Infelizmente, eu faria algumas perguntas, mas, segundo me passaram informações, parece-me que quem está com todos os dados É a Dra. Luci.

Com a permissão da Presidenta — ela não está aqui no relatório —, que ela possa também vir dar seu depoimento.

Quero agradecer e parabenizar o nosso Deputado Estadual que aqui se faz presente na CPI. Até faço uma colocação. Diante de um caso tão importante como esse — aqui no Estado de Alagoas temos 27 Deputados —, quantos estão aqui nesta tarde?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Aproveito a deixa para cumprimentar o Deputado Carlos Cavalcante e convidá-lo a fazer parte da Mesa — por favor.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Por enquanto era só isso.

O SR. CÍCERO LIMA DA SILVA - Agradeço incessantemente a oportunidade de estar aqui e poder colaborar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Peço desculpas, pois vou ter de me retirar, porque terei de viajar para o interior.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Muito obrigada, Doutor. Tenho muita vontade de voltar aqui e ir lá para União dos Palmares, porque esses casos de cruzamento de dados e conversas são o que vai dar realmente a rede para podermos criar um sistema de proteção a crianças e adolescentes mais eficiente.

Vou quebrar um pouco aqui, porque o Sr. Heleno e a D. Eliane, os pais do Serginho, estão aqui, e o Serginho também. Então, vou quebrar um pouco o ritmo para poder ouvi-los. Depois voltaremos à parte institucional, porque acho importante conhecermos o outro lado da história. Então vou chamá-los.

Eu pediria ao Sr. Heleno que viesse até aqui. Há microfone na mesa, eu não sabia. Então, podemos colocá-lo na mesa para que ele possa utilizar o microfone da mesa.

Sr. Heleno, peço ao senhor que preste o compromisso junto a esta CPI. O senhor terá até 20 minutos para discorrer sobre o fato.

Vou quebrar mais um protocolo e deixar aberto também para a mãe do Serginho, se ela quiser fazer alguma interferência. Fique à vontade e utilize o mesmo microfone.

O SR. JOSÉ HELENO GUEDES DA SILVA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Peço ao senhor que relate o que foi que realmente aconteceu com vocês, o que envolveu toda a família naquele dia. Em que momento vocês perceberam que o Serginho estava fora do



controle da família, estava em companhia de outra pessoa? Conte-nos tudo, por favor.

O SR. JOSÉ HELENO GUEDES DA SILVA - Eu achei que... Primeiramente, a gente tem de agradecer a Deus por ter encontrado ele vivo e trazer ele de volta. Embora tenha dado muito trabalho, mas, graças a Deus, estamos com Serginho aqui de volta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - No dia em que Serginho desapareceu, quem, o senhor percebeu ou foi a D. Eliane que deu a notícia? Como que o senhor ficou sabendo que o Serginho não estava em casa?

O SR. JOSÉ HELENO GUEDES DA SILVA - Quando foi assim uma e meia da tarde. Eu tinha ido à feira com ele bem cedo, fiz lá umas comprinhas e mandei por ele e por outro menino maior. Aí eles ficaram na área brincando um pouquinho e eu fiquei na feira. E a mãe ficou em casa. Quando ela percebeu. Ele disse: "*Mãe, vou ali na padaria, venho já.*" Aí foi para de frente de um colégio. Quando chegou lá, de lá mesmo fomos atrás, já não estava mais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - E quando o senhor deu falta dele, o que o senhor fez? O senhor ou a D. Eliane. Está aberto para a D. Eliane falar, se ela quiser.

O SR. JOSÉ HELENO GUEDES DA SILVA – Fale, Eliane.

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA – Fomos atrás dele, procuramos o Conselho Tutelar, procuramos a delegacia. Aí disseram que só com 24 horas poderiam resolver, mas, assim mesmo, enquanto não chegava essa hora, estávamos andando atrás dele.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Nessa busca, a senhora descobriu alguma coisa, D. Eliane?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Não. Nós soubemos já por boca dos outros. Outros tinham visto ele na rua, outros tinham visto ele no trevo de Maceió, pegando um carro com ele mesmo. Mas só sabia pelos outros, nunca vimos, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - E o Conselho Tutelar iniciou as buscas junto com a senhora imediatamente?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Andou atrás muito.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Quer dizer, no momento em que a Sra. chegou ao Conselho Tutelar, eles se mobilizaram para ajudar a senhora?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Foi.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - E na delegacia?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Então, na hora em que a senhora foi falar com eles, fazer o boletim de ocorrência, começaram as buscas por ele imediatamente?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Começaram.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Mesmo sem ter feito o BO?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Diga-me uma coisa, D. Eliane, a senhora sabe como seu menino, o Serginho, foi induzido a ir em companhia do Luiz Henrique, no caso, o Elismar?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA – Ele disse que ele o chamou para pegar uma feira em Maceió. Ele disse: *“está certo, tu vai mais eu, que estão dando feira lá, e eu pego uma para tu e uma para eu”*. *Eu trago uma para tua família*. Aí ele disse que entrou no carro e veio mais ele.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Então ele tinha um carro?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Tinha não, acho que eles pegaram carona no trevo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Naquele momento, a senhora sabe, eles saíram de União, saíram de Maceió, qual foi o destino deles logo depois que saíram de União de Palmares?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Não sei, porque ele disse que passou em muitas cidades.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - E, dessas cidades, a senhora sabe se eles foram de ônibus, foram a pé, qual a condução que eles usaram para chegar até Campos? A senhora sabe?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Ele disse que eles andavam mais a pé.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - O tempo todo andando?



A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - É, andavam a pé e dormiam dentro dos matos, quando anoitecia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Certo. Num dos depoimentos que li... *(Pausa.)* Estava me aconselhando com a Doutora. Vou me restringir às perguntas através do pai e da mãe, Doutora. Queria saber, num desses depoimentos, aliás, nos jornais, se o Serginho ficou na casa dele por um tempo, do Elismar.

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Ele não tinha casa, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Não tinha. Eles saíram direto...

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Ele disse que, quando saíram de lá, vieram direto aqui para Maceió, para a casa da irmã dele. Aí ele disse que, quando chegou aqui, a casa da irmã dele estava fechada, e aí foram dormir na rua.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Então foram procurar a irmã mas não ficaram lá, e já saíram perambulando pelo mundo? Foi isso.

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Foi.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - A senhora, em algum momento, ficou sabendo se existia um outro caso como o caso da Jéssica ou de outro menino junto com este homem?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Nunca tocou em nome de outro menino que pudesse estar em companhia desse?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Não, só dessa menina mesmo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Da Jéssica. Ok. Agradeço muito por saber esses detalhes. Mas quero saber mais uma coisa. Em algum desses momentos a senhora teve algum indício de onde poderia estar o Serginho? Alguém, alguma vez, lhe procurou ou lhe deu algum tipo de sugestão de onde ele poderia estar?

A SRA. ELIANE SANTOS DA SILVA - Não, porque logo no começo o povo dizia que tinha visto ele em Branquinho, outros tinham visto em Murici, e nada. Outros diziam que tinham visto ele em Mandaú, em Caruaru, outros viram ele em Juazeiro, e por aí assim.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Vou passar a palavra ao Deputado Chamariz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Heleno, o senhor fez algumas colocações durante toda a nossa viagem. Para quem não sabe, passamos juntos lá eu, a Dra. Wedna Miranda, a Viviane, a Edna, o Sr. Heleno e a D. Eliane. O senhor fez várias colocações que nos chamaram muito a atenção, inclusive quando o senhor relatou o que o senhor fez, como o senhor fez para buscar, procurar ver onde Serginho estava, cada um que contava que Serginho estava em Caruaru... O senhor até inclusive citou que procurou o prefeito, que ele até inclusive deu alguma ajuda para o senhor ir à procura do Serginho. Conte para nós aquilo que o senhor contou para mim para que as pessoas que não conhecem aqui possam conhecer essa busca incansável do senhor pelo Serginho.

O SR. JOSÉ HELENO GUEDES DA SILVA - Assim que eu cheguei, o povo dizia que ele estava em Caruaru. Eu mesmo fui a Caruaru. Quando eu cheguei lá, procurei o Conselho de Caruaru. Fiz lá o BO, e o camarada ia pregar umas fotos na parede da rodoviária, aí o cabra disse: *não, não bota esse retrato aí não porque esse cabra dorme aqui, ele é conhecido, ele vive aqui*. Aí eu fiquei assim..., mas eu já sei que ele está aqui, voltei, procurei o Conselho de União dos Palmares, contei tudo a eles, direitinho, depois procurei avisar também na delegacia. Só sei que todo mundo caiu em cima, caiu em cima, mas não teve jeito de pegar esse cidadão. Olha, nós andamos demais, eu, o Conselho, o delegado de União, empenhados nesse negócio, muita gente conhecida procurando, mas não tinha jeito. Só carecia eu estar em casa e um dizia: *olha, eu vi ele em Colônia*, e eu ia, com a ajuda do prefeito, com a ajuda do Conselho, todos eles, todos me ajudaram. Graças a Deus, embora não dava para pegar porque o cara estava muito longe. Mas eu não fiquei quieto, de jeito nenhum, era direto, procurando um, procurando outro, fazia foto, ajeitava, mas não teve jeito, o cabra estava muito longe.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Obrigado, Sr. Heleno. Era só o que eu tinha a perguntar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu vou fazer uma pergunta para o Serginho.

Serginho, você pedia para voltar para casa?



JOSÉ SÉRGIO GUEDES DA SILVA (Serginho) - Pedia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - E você acreditava que você ia voltar um dia?

JOSÉ SÉRGIO GUEDES DA SILVA (Serginho) - Acreditava.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - E ele dizia para você que ia te trazer de volta?

JOSÉ SÉRGIO GUEDES DA SILVA (Serginho) - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu fico feliz de você estar junto com sua família de novo. Que Deus te abençoe muito.

JOSÉ SÉRGIO GUEDES DA SILVA (Serginho) - Ele falou assim e disse que *não, para, não, não pensa nele não, porque você é muito danado, não volta para ele mais não, ele não está pensando em você mais não.*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - O Elismar falava que a tua família não pensava mais em você?

JOSÉ SÉRGIO GUEDES DA SILVA (Serginho) - Ele falava que... *não, você é muito danado, ele não está pensando, ele não está ligando para você mais não.*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Mas o pessoal te ama muito, viu, Serginho, está todo mundo aqui feliz da vida de você estar de volta com a sua família, está bom? E agora, estudar muito.

JOSÉ SÉRGIO GUEDES DA SILVA (Serginho) - Eu agradeço todo esse pessoal da delegacia, os deputados, todo estadual. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - A Sra. Graça Tenório, que é radialista, quer saber se o senhor teve apoio do Prefeito, da Igreja e também de toda a comunidade.

O SR. JOSÉ HELENO GUEDES DA SILVA - Se eu tive apoio de todos eles? Todos me ajudaram bem, e muito. Primeiramente, o Delegado, o Conselho, a Prefeitura. O Prefeito me ajudou, procurando a Igreja. Todos me ajudaram. Os amigos também. Tudo, tudo, tudo!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu vou passar a palavra para o Deputado Judson Cabral. Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, ele quer fazer uma pergunta.

O SR. JUDSON CABRAL - Boa tarde a todos.



Eu quero cumprimentar a Deputada Bel Mesquita, que aqui preside esta CPI, o Deputado Chamariz, e dizer, primeiro, da importância de nós estarmos aqui tratando de assunto tão relevante.

Objetivamente, eu queria saber dos pais do Serginho.

Sr. José Heleno, o Serginho estava matriculado em escola pública? estava estudando regularmente? frequentava a escola regularmente?

O SR. JOSÉ HELENO GUEDES DA SILVA - Estava estudando no Fernando Juazeiro, e nunca faltou; era direto na escola.

O SR. JUDSON CABRAL - Porque, ao que me parece, no decorrer desse tempo — o senhor coloca aqui — realmente houve um apoio expressivo da Prefeitura, do Conselho Tutelar, da Delegacia. Mas houve, a família recebeu um acompanhamento, eu diria assim, social ou psicossocial de assistentes sociais? O senhor teve realmente esse acompanhamento com informações, voluntariamente, depois que o senhor procurou a Delegacia? O senhor ia procurar ou o senhor era realmente procurado na sua casa, pelo menos nos primeiros meses depois que houve o desaparecimento?

O SR. JOSÉ HELENO GUEDES DA SILVA - Não, eles foram me procurar; me procuraram e começaram a conversar. Disseram que logo, logo, eles estariam em busca dele. Eu só ficava no meu canto, agradecendo a Deus e pedindo a Ele que o Sérgio voltasse logo para casa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - D. Eliane, Sr. Heleno e o Serginho, obrigada por estarem aqui e nos fazerem este agrado de poder mais uma vez aplaudir a atuação de todos, e, principalmente, pela fé que vocês nunca perderam. Obrigada.

Nós vamos ouvir agora, como complementação, e também com toda a experiência, a Dra. Lucimônica, Delegada de Polícia, que tem todos os dados estatísticos da Delegacia. Eu não sei se a doutora tem algum tipo de apresentação a fazer...

OK? Fique à vontade, então.

Gostaria que a senhora prestasse o depoimento, aliás, o compromisso com a Comissão Parlamentar de Inquérito. A senhora tem até 20 minutos para fazer a sua exposição.



A SRA. LUCIMÔNICA RABELO - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada.

A SRA. LUCIMÔNICA RABELO - Boa tarde a todas e a todos.

É um prazer muito grande estar aqui participando deste momento. Queria parabenizar pela iniciativa desta audiência pública, haja vista que nos faz parar um pouco os nossos afazeres, que são os mais variados possíveis, para pensar nessa temática.

É uma hora em que se para e se pensa sobre isso. Como resolver, como melhorar? O que fazer para melhorar? Isso sempre é positivo.

A princípio, vejam bem, nunca, no Estado, tinha sido feita uma estatística só sobre isso. Nunca isso tinha sido feita. Então, a partir desta CPI, de fato, nós começamos a nos preocupar.

Bem, quais são os números? O que a gente tem para mostrar, o que a gente pode divulgar, o que a gente tem para dizer? Então, tudo isso só começou a ser pensado, é bem verdade, a partir desta iniciativa. Então, eu parabenizo mesmo por esta iniciativa, e quero dizer que a gente está aqui para contribuir.

Eu trouxe alguns dados, eu a Dra. Bárbara. Eu gostaria até de, por favor, chamar a Dra. Bárbara para me auxiliar aqui também. Ela é delegada para os crimes praticados contra crianças e adolescentes. Porque nós vamos dividir a nossa apresentação. Esses dados que nós vamos mostrar aí são de desaparecimento de crianças e adolescentes em Maceió. Na verdade, a nossa pesquisa não se estendeu tanto, por enquanto, e a gente já traz até o compromisso de fazermos isso posteriormente em todo o Estado. Sobre o que eu tenho de todo o Estado eu posso, depois, enquanto ela fala, dar uma procurada aqui, porque eu tenho no meu celular; são os números totais de crianças e adultos desaparecidos no Estado todo. Mas, quanto a crianças e adolescentes desaparecidos em Maceió, o que nós temos registrado na Polícia Civil... E aí eu digo: esses dados foram tirados do nosso sistema de polícia. Nós temos um sistema, e, a partir desse sistema, nós tiramos esses dados todos. Então, por favor, Prof. Cláudio, poderia botar no primeiro exatamente. O primeiro, isso! Obrigada!

(Segue-se exibição de imagens.)



Então, nós fizemos uma pesquisa a partir do ano de 2005 até o ano de 2010, março de 2010, aqui em Maceió. Observem que nós pesquisamos por sexo, por faixa etária, pelo grau de instrução e profissão. Com relação ao sexo, a gente... Não sei se está dando para todos observarem. Em 2005, houve um número muito maior de crianças e adolescentes do sexo masculino desaparecidos, mais do que os de sexo feminino. Tivemos 7 e 1, só, do sexo feminino. Quanto à idade, observem: de 0 a 11 anos foi o número maior. E grau de instrução: o Fundamental. Isso a gente vai observar que é uma constante esse grau de instrução Fundamental, do Ensino Fundamental. São estudantes. Do total de 2005, registrado na Polícia Civil, nós temos 8 casos. Já em 2006 a gente já vê que houve um aumento em relação a 2005. Observem que tínhamos 8, em 2005, e, em 2006, registrados, nós aumentamos para 46. E aí a gente vê que isso já muda também quanto a sexo. Observem que o sexo feminino também está com maior número de desaparecidos. E a faixa etária também já se modifica: de 12 a 17 anos. Como sempre, pessoas do Ensino Fundamental, estudantes.

O próximo, por favor. Estou tentando ser bem breve. Em 2007, nós já baixamos para 17 o número de desaparecidos registrados em nosso sistema. Aí já observamos que o sexo feminino continua, a idade também, de 12 a 17, e o grau de instrução, Fundamental, estudantes. Já em 2008 tivemos 28 registros de desaparecimento. E continua-se sempre naquela mesma situação que eu vinha falando antes: sexo feminino, Ensino Fundamental, estudantes. Isso é uma constante.

Passe, por favor. Aí nós fizemos, de janeiro a dezembro de 2009. Nós focalizamos bem 2009, que deu já o número 32, bem diferente do ano de 2008, e trouxemos também até março de 2010, o que tem, em nossos registros, de desaparecimentos. Em 2009, nós tivemos registrados 32 casos, e, em 2010, nós tivemos registrados 11 casos, e sempre naquele mesmo jeito que eu vinha explicando antes.

Por favor, professor. Fizemos um quadro comparativo, um gráfico demonstrativo, para que os senhores tenham uma ideia de que em 2006 houve aquele pico; em 2007 já baixou um bocado; e, aí, em 2008, foi crescendo. Como nós estamos ainda em março, a gente só tem 11 registros.



Enfim, está aí o quadro demonstrativo, e essa pesquisa vai estar à disposição dos senhores também. Fizemos um comparativo do quinquênio de 2005 a 2009. Tivemos um total de 131 crianças e adolescentes desaparecidos.

Outra, por favor. E quanto às causas? Nas causas, nós colocamos assim... A gente pesquisou essas ocorrências. Isso tudo foi tirado de boletins de ocorrência, as principais causas de desaparecimento. E pontuamos algumas delas: negligência da genitora, dos pais ou de outros parentes; sequestro; fuga; a expulsão de casa pelo genitor.

Fizemos uma pesquisa mais detalhada dos 11 casos de desaparecimento em Maceió, de janeiro a março, e os motivos foram: sair com o namorado, doença mental, nota baixa na escola, discussão com parente, envolvimento com droga. E nós pontuamos ali em baixo outras causas. E, nessas outras causas, estão inclusos sair de carro com desconhecidos; sair para a casa de parentes ou de amigos; sair para jogar bola; demorar a chegar em casa, assustando e precipitando os familiares até a registrar boletim de ocorrência.

Na verdade — vou encerrar já a minha participação aqui para passar para a Dra. Bárbara —, na verdade, o que eu tenho para dizer aos senhores? Se os senhores me perguntarem — já vou antecipar a pergunta —, se os senhores me perguntarem *“Dra. Luci, esses números são efetivamente verdadeiros, é o que demonstra a realidade de Maceió, nesse sentido?”*, eu vou dizer: *“Olha, é possível que sim.”* Porque a gente sabe que tem muitos casos que não chegam na delegacia, que chegam ao Conselho Tutelar e que não chegam na delegacia. E a gente sabe também que alguns casos que infelizmente talvez aconteça de nem serem registrados nas delegacias. Fica só naquela de: *“Vamos procurar, vamos achar! Vamos ver se achou! Encontrou! Não encontrou!”* Enfim, mas isso é o que a Polícia Civil do Estado tem hoje em matéria de registros. Agora eu vou passar para a Dra. Bárbara...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Antes eu quero...

A SRA. LUCIMÔNICA RABELO - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Nós vimos ali... Ou é a doutora que vai fazer a avaliação?



A SRA. LUCIMÔNICA RABELO - Ela vai continuar. É por isso que é interesse que se termine.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Ah! Você só introduziu os números.

A SRA. LUCIMÔNICA RABELO - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - A avaliação é com ela?

A SRA. LUCIMÔNICA RABELO - É porque a mulher é a delegada do caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - O.k., doutora. Obrigada.

Antes de passar a palavra, vou pedir que leia o compromisso. E, da mesma forma, até 20 minutos. Por favor, Dra. Bárbara.

A SRA. BÁRBARA ARRAES - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - A senhora pode fazer a sua exposição.

A SRA. BÁRBARA ARRAES - Boa tarde a todos, na pessoa da Deputada Federal Bel Mesquita! É muito bom estar aqui presente e mostrar um pouco da nossa realidade. Venho apresentar o trabalho da nossa delegacia, que é especificamente a Delegacia dos Crimes Contra Crianças e Adolescentes de Maceió. E fiz uma pesquisa, assim, do meu trabalho do ano passado para cá, fazendo uma avaliação não só dos casos mas também das causas, até do dia da semana em que mais acontece. Tudo isso a gente vai mostrar através dos *slides*. Por favor, Dr. Cláudio.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Delegacia dos Crimes contra a Criança, como eu disse, tem a atuação em toda a capital. Então, uma pessoa que busca o nosso trabalho, o fato acontecendo aqui em Maceió, iremos imediatamente registrar a ocorrência, conforme preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente. Trabalhamos com a informação imediata, com o registro imediato. E o que mais? Fomos mês a mês fazendo a busca. O ano passado registramos 32 casos de crianças e adolescentes desaparecidos. E, este ano, na realidade são 12, porque eu fiz a pesquisa até a semana passada, que é quando iria acontecer a CPI; aí depois, esta semana, teve um outro. Ficaram 12 ocorrências, na realidade. Mas todas essas as pessoas já foram encontradas.



Em sua maioria, tanto no ano de 2009 quanto no ano de 2010, podemos ver: 71% dos casos em 2009 e, em 2010, 82% foram de pessoas de sexo feminino. Normalmente são adolescentes que fogem de casa. Aí vem a demonstração por faixa etária. Criança... Em 2009, 6 meninas e 2 meninos, crianças; e 19 adolescentes mulheres; e 8 adolescentes homens, em 2009.

Em 2010, a gente vê que as únicas duas crianças foram meninos, e todos os demais foram adolescentes mulheres. Na faixa etária, a gente fez um comparativo e viu que realmente a fuga — nesses casos geralmente são fugas ou desaparecimentos — são mais de mulheres.

Temos uma busca também pela hora do fato. Fizemos um quadro delimitando: de zero às 6 da manhã; de 6 da manhã a meio-dia; de meio-dia às 6 da noite; de 6 da noite a meia-noite, para tratar um perfil e saber que hora, em geral, o adolescente e criança, em sua maioria, foge. Normalmente eu estou falando “foge de casa”, porque o que percebemos? Aqui, na capital, a maioria dos casos de registro de desaparecimentos de crianças e adolescentes, eles são ligados à má convivência familiar em sua grande maioria.

Temos, sim, casos de outras, como vou mostrar, mas em sua maioria são decorrentes da insatisfação no convívio familiar. Eu não expliquei: a maioria desaparece no período da tarde. E, em geral, nos dias... Me chamou a atenção, quando eu fiz o levantamento, o dia de quarta-feira: ele tem um padrão de número de ocorrências semelhantes ao do final de semana.

Então, o mesmo número de ocorrências na quarta-feira é o número da sexta, e assim vai crescendo para o sábado e domingo; assim, diminui um pouco. A maioria dos casos são na quarta e na sexta-feira realmente.

Aí mostra a importância, como eu disse: todo o trabalho de criança e adolescente é uma rede. E nessa rede, com que eu aprendi a conviver do ano passado para cá, a gente está integrado: integrado com os Conselhos, integrado com os CREAS, integrado com o CAVE, integrado com o IML, o HGE. Na realidade fazemos parte, sim, de uma rede que procura buscar a todos o mesmo caminho. E com o apoio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a partir do ano passado, em maio, a gente recebeu um convênio. Foram doados para a Delegacia dos Crimes



contra Crianças e Adolescentes da capital três computadores, máquina fotográfica, programas de computadores — tipo *fotoshop* —, impressora, escâner. Todo tipo.

Esse equipamento nós temos na nossa delegacia para esse trabalho específico. É claro que usamos também nos outros trabalhos da criança e adolescente. Como funciona? A partir desse convênio, eu escaneei o ofício do Gerente de Projetos, lá da Secretaria Nacional. O que o convênio diz? Ele diz que, todo caso de crianças e adolescentes desaparecidos na capital, a delegacia registrará uma ocorrência junto à família. Trazendo a foto da criança ou adolescente, a gente vai escanear, vai fazer cartazes. Eu vou mostrar um modelozinho assim — é claro que eu botei uma tarja, para não identificar. A gente fornece quinze cartazes. E o que é que faz? Quais as nossas ações? Registramos as ocorrências. Pegamos o contato da família, com telefone e endereço, e sempre pedindo que qualquer mudança nas informações sejam imediatamente comunicadas. Fornecemos os cartazes. E aí entra o trabalho de rede.

Na nossa delegacia, procuramos sempre, de posse do BO, mandar aquele BO junto com o cartaz para o Conselho, o IML e o HGE, que, pensamos, seriam os órgãos principais nesse primeiro momento de busca. Divulgamos o desaparecimento junto à mídia. Algumas vezes eu peço que a própria família o faça, por questão de os dados serem... a questão da privacidade, a divulgação da fotografia, para que eles possam, eles mesmos, darem a autorização, embora eu saiba que temos um interesse maior. Mas muitas vezes a gente chama até a mídia para vir para a delegacia, para fazer já com a família aquele primeiro momento. Temos um mural na nossa delegacia. Expedimos ordem de missão policial para que sejam feitas as buscas. Os policias me encaminham relatórios das diligências realizadas. Temos pastas para todos os casos de crianças e adolescentes desaparecidos.

Finalizando as determinações do convênio, o que o convênio com o Governo Federal diz? Que passamos 15 dias em busca pelas crianças e adolescentes desaparecidos. Findo esse prazo de 15 dias, caso não volte, a gente insere no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Eu não tenho um caso: como eu falei aqui, todos voltaram. Eu não precisei ainda inserir no Cadastro Nacional. Eu botei aí um modelo de BO. Não dá para ver, mas é assim: um BO igual a todo outro de registro de ocorrência.



Temos na Polícia Civil, em fase já de implantação, um projeto de um BO específico, dentro do SISPOL, da Polícia, de crianças e adolescentes desaparecidos, e não só de criança. Foi feito para todo mundo, assim também para adultos. Esse é o modelo do BO na delegacia. Eu illustrei também com um caso de uma criança que desapareceu, e na realidade ela deixou uma cartinha. E aí os ofícios que eu sempre encaminho. Esse é para o Conselho, Região V e VI, de um caso que tivemos; HGE e IML; sempre encaminhando o Boletim de Ocorrência junto com o cartaz.

Esse é um cartaz, um modelo de cartaz que a gente faz na delegacia. São dados básicos. A gente coloca assim, pedindo ajuda à sociedade: *“Esta adolescente está desaparecida, ajudem a encontrá-la.”* Esse telefone é o da minha delegacia. Se a família quiser também divulgar o dela, eu o faço, para fins de... Porque tem muita gente que infelizmente passa trote. Em vez de dar ajuda, eles passam trote da localização.

Então, em geral, eu coloco o da própria delegacia. Se a família quiser, eu também coloco o deles. E boto o nome, a data de desaparecimento, a idade e de onde aquela criança ou adolescente desapareceu. O básico é esse, das nossas ações. Como falei, temos todo um aparato tecnológico para que seja feito. A delegacia ela está em fase de melhora no seu atendimento. Em relação a psicólogos e essas coisas, temos uma promessa do Município de colocar, após terminar a reforma... A delegacia está em reforma. Onde eram as celas — não temos presos mais na delegacia —, transformaremos as salas que eram celas em salas de atendimento multidisciplinar.

Então, o Município, através da Secretaria de Assistência Social, prometeu para a Delegacia dos Crimes contra a Criança colocar um psicólogo o dia todo, para dar esse suporte desse atendimento. Então, é claro que não só nos casos de abuso, que são o enfoque principal que foi dado naquele primeiro momento, eu também vou usar essa estrutura, esse quadro técnico de apoio, para os casos de crianças e adolescentes desaparecidos. É uma delegacia muito bonita, que tem realmente uma atuação diferenciada — e deve ter, porque o nosso público-alvo, ele é por si só especial.



Seguindo o que o Estatuto da Criança e do Adolescente diz, a gente deve dar prioridade. E procuramos, sim, trabalhar junto com os Conselhos Tutelares e com os órgãos de apoio, para que a gente possa encontrar e fazer as nossas atividades, todas as nossas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Chamariz) - Dra. Bárbara, quero agradecer a sua exposição.

Queria também aproveitar para registrar aqui a presença da minha filha Ana Paula, que está ali, presente; e da Eliete, nossa amiga.

Dra. Bárbara, é muito bonita a exposição. Ela realmente faz parecer que a coisa acontece, mas o que eu vejo no nosso Estado é que não acontece.

Inclusive faço um apelo, mais uma vez, ao nosso Governador, à senhora, a sua delegacia: faça uma visita a Curitiba, que vá conhecer o sistema de lá, para ver que diferença. Lá funciona na prática, aqui ainda vai funcionar. Aquele ditado que sempre... Sabe o mecanismo que falta ainda ser engrenado? Infelizmente, no Estado de Alagoas é isso.

Quais são os dados precisos de 2005 a 2010? Aqui, pelo menos no nosso registro, como coloquei, é de 2000 a 2010: o registro que tem lá no *site* do Governo Federal é que só foram três casos. Eu queria saber... Inclusive tem uma jornalista, a Ana... Eu não sei se ela veio. *(Pausa.)* Não veio, não. A Ana Paula, ela fez uma pesquisa e ela tem outros números, outros dados, que não batem com os dados do Estado de Alagoas. Então, infelizmente, o que eu vejo é que é difícil funcionar.

Mas eu tenho certeza de que, se nós nos dedicarmos e buscarmos a perfeição, eu tenho certeza de que o nosso Estado de Alagoas vai sair dessa situação e vai estar na mesma situação de Curitiba, do Estado do Paraná.

Eu queria aproveitar para saber se tem alguma pergunta, Deputado Carlos Cavalcante. *(Pausa.)*

Então, quero agradecer.

O Deputado Judson vai fazer uma pergunta.

O SR. JUDSON CABRAL - Bom, eu quero parabenizar a Dra. Bárbara e o esforço da Polícia Civil, e até entender que nós começamos a ter referências. Lamentavelmente, nós não tínhamos registros estatísticos. Nós fizemos algumas sessões na Câmara dos Vereadores, à época, e também na Assembleia. Pelo



menos já há o esforço. E a Polícia Civil já começa a ter referências. A pergunta que eu queria fazer é se há, considerando que isso é um sistema — nós procuramos trabalhar como um sistema de proteção —, se há realmente uma integração direta dessa situação com o Conselho Tutelar, se há um canal, pelo menos aqui na Capital, se nós já temos realmente...

Nós avançamos, mas já há essa interação? Eu pergunto porque eu tive oportunidade de, em certo momento, participar de uma reunião, como Parlamentar, entre... À época, lógico, estava funcionando a OPLIT, e a OPLIT atuava muito na orla, onde aparece muita criança, muitas vezes. E era muito acionada, porque era mais fácil, tinha um acesso mais fácil. E nós sentíamos a dificuldade de que os policiais da OPLIT não tinham para onde encaminhar, muitas vezes, as crianças — que muitas vezes eles iam socorrer, abandonadas, algumas maltratadas. E não havia essa interação também da Polícia. E eles tinham dificuldade, inclusive, de encontrar os plantões, à época, do Conselho Tutelar, que também tinham uma estrutura totalmente debilitada.

Eu queria saber se evoluiu essa relação, principalmente nessa área, que é uma área mais vulnerável. Porque a partir daí, eu acho, às vezes não só os pais também procuravam, acionavam os policiais. Porque normalmente, quando a criança desaparece, o pai tenta, tenta, tenta; e quando já está numa hora mais adiantada, ele recorre, quando esgota. As dificuldades aumentam.

Então, pergunto se avançou esse sistema de comunicação e de ação entre o Conselho Tutelar e a delegacia que a senhora comanda atualmente.

A SRA. BÁRBARA ARRAES - Eu, sinceramente, positivamente, posso dizer que sim. Acho que até os números da própria delegacia podem mostrar isso, que houve um aumento dos casos da delegacia. E aí perguntam: "*Houve um aumento?*" Eu estou falando do geral dos casos. Em 2009, eu fiz 169 inquéritos; em 2008, 178 inquéritos. No ano passado, foram 281; e este ano já vou com 89. Perguntam: "*Aumentou o número de casos de violência contra criança e adolescente?*" Eu acredito que talvez, sim, possa ter aumentado.

Acredito que seja verdade, porque o meu telefone não para. Eu perco a conta de quantos telefonemas de conselheiros tutelares eu recebo por dia, fora os encaminhamentos que eles fazem pelo documento. Por isso, eu posso dizer: o



Conselho está, sim, mais em atuação com a delegacia. Eles sempre buscam até, às vezes, algum caso de que eles tenham alguma dúvida, alguma coisa, se haveria um crime ou não haveria. Eles sempre procuram ligar. Eles mandam, são vários casos que eles mandam diariamente, semanalmente. Temos 25 conselheiros. Eu até costume brincar: *“Calma, gente, que eu sou uma delegada e vocês são 25 conselheiros. Então, tenham um pouco de paciência, que a gente vai trabalhar.”* Acredito que houve, pelo próprio número de ocorrências na delegacia, que aumentou o número de inquéritos. Como muitos inquéritos são decorrências de denúncias do Conselho Tutelar, eu posso dizer que houve.

Quanto à questão de localização dos conselheiros, eu sempre procuro ligar para o Presidente do Conselho Tutelar. Eu não tenho certo quem é o conselheiro de plantão de cada dia, então eu sempre ligo para o Presidente, para que ele me diga quem é o conselheiro de plantão. Se eu não conseguir ligar para o conselheiro, eu vou ligar para todos os outros da lista dos 5 conselheiros que estiverem naquela região, até que eu encontre algum. E se eu não encontrar naquela região, eu vou ligar para o conselheiro da outra região, que vai ter que me ajudar, de forma que, sem Conselho, a gente não vai trabalhar. Eu acho a atuação do Conselho fundamental. Para o caso de um adolescente, uma criança encontrada na rua, para eu colocar num abrigo, eu preciso da intervenção do Conselho.

Então, eu preciso de um conselheiro. E esse conselheiro é que vai dar o suporte da parte psicológica e social, de atuação na família junto com o CREAS, para que possa ser feito não só... É muito importante, sim, encontrar, mas e o depois? Será que... Eu até tinha feito, eu não sei se passou. Eu coloquei os casos, a maioria dos casos — não sei, eu não vi nos eslaides —, a maioria dos casos, as causas dos desaparecimentos: em sua maioria, são de má convivência. Será que porque aquela criança, ou adolescente, foi encontrada a má convivência acabou? De jeito nenhum. Então, não adianta só encontrar: a gente tem de trabalhar o depois de encontrar. Se a gente não trabalhar na esfera social, na esfera psicológica daquela família, daquela criança ou adolescente, a gente não fez nada. Eu, como polícia, não tenho a formação técnica para fazê-lo. É por isso que eu falo que trabalhamos em rede. E é essa rede que vai fazer por mim.



O SR. JUDSON CABRAL - Eu queria fazer mais uma. Objetivamente, a senhora apresentou as estatísticas em relação à capital, não é isso?

A SRA. BÁRBARA ARRAES - À capital.

O SR. JUDSON CABRAL - Eu queria saber quantos casos de êxito, de crianças que foram encontradas, dentro daquelas estatísticas, que foram registrados; e o que a senhora dispõe na delegacia: quantas viaturas, telefones, Internet, e qual o continente da senhora na delegacia.

A SRA. BÁRBARA ARRAES - Eu trouxe o registro da capital, porque sou delegada na capital. Dos 12 casos deste ano, são 100% de volta para a família. Dos 32 casos do ano passado, são 31 voltas para a família. Eu gostaria de, neste momento, pedir à Comissão... Eu sei que tem uma pessoa, que é a Nelma, que está buscando essas informações e ficou de me passar, mas sinceramente eu já tentei várias vezes entrar em contato com o pessoal lá da Secretaria Nacional para fazer um treinamento, para trazer para aqui para o nosso Estado como é que entra no Cadastro Nacional de Criança e Adolescente.

Se eu precisar, eu vou buscar e vou encontrar. Eu já liguei várias vezes, mas eu não consigo esse contato. Mas eu gostaria de pedir que fosse feita essa intermediação para que pudéssemos também receber esse treinamento. Não precisei, mas e se eu precisar? Eu vou achar, mas eu queria, de alguma forma, pedir que fosse feito. Porque não é só a capital, não é só a Secretaria, a Nelma. E o Estado, como é que fica? Não teria como a gente colocar, fazer um treinamento. A gente tem de pensar também no interior, na delegacia de lá Delmiro Gouveia, na delegacia de Santana de Ipanema. E como é que insere no Cadastro Nacional? Então, é muito importante.

Temos quatro computadores na Delegacia dos Crimes contra a Criança. Três deles foi o Governo Federal que deu, justamente para esse trabalho. E usamos nos outros também. Temos duas viaturas, temos Internet, o sistema funcionando o tempo todo. O que mais, Deputado, o senhor perguntou? Ah, o contingente! São 23 pessoas ao todo, contando comigo e com os meus dois escrivães. Então, seriam uma delegada, dois escrivães, vinte policiais que eu tenho para cobrir a capital.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Doutora, eu peço desculpas por ter-me ausentado um pouco. Eu quero dizer que os dados são importantíssimos,



principalmente porque os dados contam histórias. Quando a gente faz estatística — mesmo sendo uma psicóloga, eu sempre trabalhei com estatística —, a estatística realmente aponta detalhes de algumas coisas que passam despercebidas no dia a dia. Eu quero fazer uma pergunta. Esses casos de desaparecimento que estão relatados são casos que foram solucionados depois? Todos eles? Não têm nenhum outro caso que não tenha sido solucionado?

A SRA. BÁRBARA ARRAES - Eu estou respondendo em relação ao ano de 2009 e de 2010, que é enquanto estou delegada dos crimes contra a criança. Em 2009, eu tive um caso eu ainda não está solucionado. Em 2010, temos 100% de volta para casa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Isso só em Maceió?

A SRA. BÁRBARA ARRAES - Só em Maceió.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - O.k. Obrigada, doutora.

A SRA. BÁRBARA ARRAES - De nada!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Então, agradeço a sua participação.

Antes de chamar o próximo, eu vou colocar uma coisa para vocês: uma audiência pública é longa, mas é importante, porque talvez seja o único momento, dentro do quadro da história de um Estado, que nós estamos todos juntos aqui nos comprometendo com uma causa. Não importa qual é o partido, qual é a tendência e não importa nem o tipo de atendimento, se é federal, estadual ou municipal, Nós estamos discutindo questões que poderão vir a solucionar...

A questão não é do desaparecimento, uma vez que consideramos o desaparecimento como o sintoma de problemas anteriores e, no momento do desaparecimento e a partir dele, consequências muito sérias. Então, eu vou pedir paciência a todos, um pouquinho, porque eu gostaria de poder ouvir a todos.

Dessa forma, eu vou pedir licença a todos para dispensar os pais, Dona Eliane e o Seu Heleno — e o Serginho —, de ficar acompanhando a audiência, porque uma criança não tem paciência. A gente fica impaciente de vez em quando, uma criança muito mais.

Então, nós vamos dar sequência aos nossos convidados, chamando agora o Dr. Cláudio Soriano e, depois, o Dr. José Edmilson Souza. O Dr. Cláudio é



Presidente do Conselho Estadual em Defesa da Criança e do Adolescente do Estado de Alagoas, e o Dr. José Edmilson Souza, Presidente do Fórum Estadual dos Conselhos Tutelares do Estado de Alagoas.

Dr. Cláudio, após prestar o seu compromisso com esta CPI, o senhor tem até 20 minutos para se pronunciar.

O SR. CLÁUDIO SORIANO - *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

Primeiro, boa tarde a todos. Enquanto Presidente do Conselho de Direitos da Criança, na realidade faço mais uma reflexão nesse primeiro momento. Ouvimos as palavras da Bárbara Arraes, da Lucimônica, pessoal da Polícia Civil. E a gente entende que, apesar dos números ainda pequenos, mas que já refletem de uma forma muito contundente, números que refletem a situação objetivamente de que esses números, embora pequenos ainda...

Vejam, se formos analisar os últimos dois anos, nós temos 60 crianças e adolescentes desaparecidos. Já há os dados que o Prof. Edmilson vai apresentar aqui, mas eu já adianto pelo menos o número total: 198. Vejam o conflito dos dados do Fórum dos Conselhos Tutelares, 198 crianças e adolescentes, e 60 da Polícia Civil — entendendo muito bem que os dados do Prof. Edmilson, do Fórum dos Conselhos Tutelares, refletem mais o Estado de Alagoas; especificamente, a Delegacia de Bárbara Arraes reflete a situação de Maceió. Mas alguns números em outras pesquisas têm refletido muito isso.

As estimativas da própria Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança, ligada à Secretaria de Direitos Humanos, deixa muito claro: estima-se em torno de 40 mil crianças e adolescentes. Dados do Brasil, como dos Estados Unidos e do Canadá, colocados claramente num trabalho muito interessante de sociologia de um professor da UnB, numa tese de doutorado de 2007, deixa muito claro que esses números realmente são conflitantes, primeiro porque basicamente existe toda uma cultura ainda de subnotificação. Mas tornar visível é apenas o primeiro passo. E, mesmo com essa insuficiência de números, nós precisamos agora entender a raiz da questão e entender que criança e adolescente, apesar de muitos políticos terem isso na retórica apenas — mas vemos que o político também reflete a sociedade, e a sociedade é negligente para com a criança...



Na condição de pediatra, eu vivo muito bem isso de perto e vejo como os profissionais, pedagogos e profissionais de saúde que lidam com crianças, trabalham em situações muitas vezes desumanas, porque a desumanidade é grande para com a criança e o adolescente. É importante frisar que, dessas crianças e adolescentes, aproximadamente dois terços são adolescentes, e um terço são crianças abaixo de 12 anos. Pelo fato de que 80% desse total acabam retornando às suas casas dentro dos primeiros 15 dias ou um mês de desaparecidos — e como as fugas, também em dados de outros países, que refletem em torno de 70% a 77% dos casos, são relacionados a fugas muitas vezes por problema familiares, desde questões menores a questões maiores, como a agressão —, nós vemos aqui que, mesmo nesses casos, a criança, saindo do seio familiar, ela encontra a rua, uma rua que é muito mais agressora, em casos excepcionais realmente de agressão entre familiares.

Na maioria das vezes, é por motivos como a falta de diálogo, de interação e competência maior da própria família de dar uma atenção maior à criança e ao adolescente. Mas é importante a gente deixar claro aqui que a criança, ganhando as ruas, fica susceptível a toda a ordem da violência urbana, então vítima frágil de toda a situação de miserabilidade e riscos que a vida das ruas coloca para essa criança ou adolescentes. Mas não podemos esquecer que as estimativas também refletem que há um aumento anual de mais de 10% dos casos de crianças e adolescentes desaparecidos. Então, esse é um problema que tende a aumentar.

Por outro lado, parece que nossa capacidade de revolta e de resposta ainda é muito frágil. Então, o que nós precisamos, efetivamente, é de uma rede efetiva de proteção social, uma rede que tem de ter a criança e adolescente como prioridade, mas entender que essa criança ou adolescente vivem e devem viver em uma família, desde a sua família singular, mas também a sua família ampliada. É importante a gente entender que nós precisamos de ter uma rede de apoio a essa família, que inclui também o papel de Estado nesse componente. Então esses números conflitantes, na realidade...

Talvez seja o momento de a gente ver, além dos números, atitudes concretas que precisamos fazer. Primeiro, nós temos uma rede de conselheiros tutelares. Uma rede de Conselhos foi um grande avanço, como também a dos direitos da criança e



do adolescente, mas precisamos ter uma estrutura mínima desses conselhos, para que eles efetivamente funcionem. Como é que eu quero implantar um sistema... E vejam a fragilidade do sistema anterior, da REDSAP, a rede de desaparecidos, que no país todo é inferior a menos de 1.300 casos, conforme o acesso *on-line*. E reflete três casos em Maceió. Com todas as questões técnicas que a Bárbara explicou, mas são menos de cinquenta instituições em todo o Brasil que alimentam esse cadastro.

Então, vejam a fragilidade desse sistema nacional que nós temos. O grande avanço e a grande expectativa que a gente tem é com o sistema SIPIA, esse sim. A partir do momento em que tivermos um sistema integrado, como esse SIPIA pretende... Mas, acima de tudo, a gente precisa ter uma estrutura para que, essa denúncia chegando, haja toda uma rede de atenção. E aí é que está a importância do papel da mídia, mas o papel importante da rede de atenção à criança e ao adolescente.

Veja o caso Serginho. Apesar de todos os esforços, a gente tem que entender que nós não podemos continuar a ser amadores, em se tratando da criança e do adolescente. Nós não somos tão profissionais na defesa do carro que é desaparecido? Existe uma rede de proteção ao carro, uma rede ao patrimônio. E a rede à vida, a rede de atenção à criança? Então, são casos muito concretos. Talvez a gente tenha que refletir. A própria ausência quantitativa: temos poucos representantes do nosso Legislativo aqui, num momento tão importante — respeitando as ausências justificadas. Mas talvez muitos dos nossos políticos de Alagoas perderam o grande momento de talvez coincidir a sua retórica com a sua prática, de pelo menos passar aqui e dar uma mensagem concreta de que ele realmente faz parte desse grupo de pessoas, desse grupo de políticos que querem realmente a atenção da criança e do adolescente. Mas eu quero fazer uma simples reflexão, porque também, se esses dados que temos ainda são insuficientes, é muita ousadia achar que a família somente é a única responsável, porque nos números insuficientes a gente tem que as fugas são o grande número desses dados estimados. Mas, se a gente for analisar com calma, veja que a falha de rede de proteção social é muito séria. E muitas vezes você, discutindo um aspecto... É como hoje achar que o problema da violência é simplesmente a questão das drogas.



Quer dizer, é uma simplicidade muito grande achar um único e grande culpado, quando na realidade a gente sabe que essa questão dos desaparecidos, como tantas outras questões de atenção à criança e ao adolescente, são situações de múltiplos fatores, múltiplas relações de causa. A isso nós precisamos estar atentos. Nós nos alegramos com o retorno do Serginho à sua família, mas talvez a gente tenha que fazer um esforço, de tantas outras crianças que não tiveram a sorte que Sérgio teve, de voltar à sua família.

Então, talvez seja um momento de esperança, de alento, a partir do caso do Sérgio. E veja o fato de que essa rede, mesmo ainda insuficiente, conseguiu mostrar: a partir do momento em que nós temos no Conselho dos Direitos da Criança um *site*, um acesso fácil, e profissionais como a Nelma e tantos outros da Secretaria da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos envolvidos, o que acabou acontecendo? Rapidamente, em menos de quatro horas, tivemos o resultado.

Então, veja que temos um potencial muito grande. A partir do momento em que a nossa rede funciona, ela tem capacidade de dar um resultado muito maior. Terminando a minha fala, quero lembrar uma frase de Dom Hélder, que fala muito claramente que, quando os desafios são absurdos, os problemas são muito grandes, os desafios passam a ser apaixonantes. Esse é um desafio muito apaixonante, para quem vivenciou, como a Nelma e a Deputada Bel Mesquita, o Deputado Chamariz também, a Viviane, que acompanhou, a Wedna também, o momento do reencontro, que tivemos a oportunidade de ver pela televisão. Mas quem estava ali presente viu o quanto as crianças, a gente e o adolescente, nós estamos perdendo a oportunidade de também promover esse encontro.

Quero lembrar a vocês que a questão da cultura de esperar 24 ou 48 horas ela ainda existe; existe nas famílias, existe nas delegacias. E a gente precisa realmente otimizar essa questão, no sentido de que a gente possa fazer essa rede. Finalizando, quero lembrar que pesquisas nos Estados Unidos deixam muito claro que a criança, quando é desaparecida, quando é subtraída, sequestrada, a chance de ela ter algum final infeliz, como óbito ou um assassinato, é nas primeiras três a quatro horas.



Então, a gente tem que pensar rapidamente que a criança precisa ser rapidamente defendida. Ela não pode esperar. E infelizmente a nossa sociedade tem uma visão talvez muito pouco proativa. Talvez a gente precise realmente se conscientizar de que precisamos ser mais responsáveis com os nossos filhos. Veja aqui os casos de crianças desaparecidas na praia. Metade dos casos de desaparecimento na praia acontece no mês de janeiro, metade dos afogamentos acontece no mês de janeiro.

Para vocês terem ideia, aqueles 5 minutinhos que você perdeu de vista sua criança num banho público, numa praia, numa piscina, o que acontece? Um minuto basta para a chamada morte silenciosa. A criança, caindo na água, com menos de 1 minuto, perde os sentidos — é a morte silenciosa —, com 2 minutos o coração para de bater. Quer dizer, aqueles 5 minutinhos que você perdeu de vista sua criança pode ter sido suficiente para você perdê-la para toda a vida.

É esta a visão que a gente tem que ter. É um trabalho também de prevenção. Nós precisamos hoje trabalhar muito com as competências familiares. A família é responsável pelos seus próprios filhos. Aquele discurso de que temos que ver os filhos dos outros como nossos filhos, talvez não seja ainda suficiente, talvez nós precisemos também até olhar mais para nossos próprios filhos, quando nós também transportamos eles de forma inadequada nas cadeiras, ou os deixamos nos carros, sem o cinto de segurança, ou quando transportamos as nossas crianças sem a devida atenção.

Na realidade, a nossa sociedade é negligente, os nossos políticos são negligentes e nós somos negligentes.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Nós vamos ter que fazer umas perguntinhas para o senhor, doutor. Só mais 1 minutinho.

O Serginho, que foi desaparecido, um menino desaparecido, mas agora está muito aparecido, quer ir embora, mas quer se despedir de todos. Então...

JOSÉ SÉRGIO GUEDES DA SILVA - Tchau e um abraço. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Doutor, o senhor é um pediatra e tem uma visão, não sei se é o termo holístico da questão que envolve criança e adolescente, principalmente criança. Em termos de Conselho Estadual em



Defesa da Criança e Adolescente, quero lhe perguntar: na questão do Estado como um todo, quem faz parte desse Conselho? De que forma ele se estrutura? A quem ele está ligado não na questão de subordinação, mas na questão de poder contar? Quais seriam as propostas que o senhor teria para contribuir na proposta de um sistema integrado de proteção à criança e ao adolescente, tanto aqui, de Alagoas, como numa visão nacional?

O SR. CLÁUDIO SORIANO - O Conselho Estadual, assim como os conselhos municipais, deve ter uma formação paritária entre órgãos governamentais e não governamentais.

Por exemplo, eu represento o Conselho Regional de Medicina. O que observamos, ainda, é que, infelizmente, é isso. Inclusive há uma proposta do nosso Conselho Estadual para que a gente possa, a partir das conferências que tivemos no segundo semestre do ano passado, notar uma série de fragilidades: número grande de conselhos ainda funcionando de uma forma ainda não adequada; muitos conselhos existindo só no papel e ainda muitos entendendo como se fosse uma mão do município, uma mão aparelhada do município.

A nossa preocupação é que, na verdade, os conselhos de Direito possam se integrar como sendo realmente o controle social. Aí é que está a importância da participação tanto de instituições governamentais como não governamentais, mas junto com os conselhos tutelares a gente vê a grande importância da existência dos conselhos e que a gente possa, efetivamente, num trabalho como aqui, em Alagoas, tentar fazer isso de forma articulada. Está sendo uma experiência muito interessante. Eu particularmente participando pela primeira vez do Conselho. O que a gente vê é o potencial grande que nós temos e nós precisamos estar mais articulados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - *(Inaudível)* ...Alagoas, o senhor está falando tanto de Maceió, quanto no interior, ou mais focado na questão de Maceió?

O SR. CLÁUDIO SORIANO - Não, falo em todo o Estado. O que nós observamos também é que especificamente entendemos agora, mais recentemente a partir do reconhecimento do Sistema SIPIA, vemos a grande importância de ter um papel primordial dos conselhos tutelares e conselhos de Direito junto com as



delegacias e várias instituições articulando essa rede. Hoje não se admite você, pela urgência, necessidade de rapidez para se dar uma resposta que a gente tenha ainda mecanismos burocráticos ou uma cultura ainda, digamos, paquidérmica. Precisamos ter agilidade tanto de pensamento como de ação. Então, eu entendo que...

Recebi uma notícia agora, de que na próxima semana está para sair a licitação de todos os computadores para os conselhos tutelares, através de um projeto que foi realizado, porque nós precisamos, sim, ter... Como é que eu quero ter um sistema nacional ou estadual, um sistema integrado, se eu não utilizo uma grande ferramenta, que é a ferramenta da mídia eletrônica, que é a ferramenta hoje do computador, do sistema de Internet? Quer dizer, nós precisamos ter rapidamente essa divulgação, haja vista o fato de que a partir do momento em que nós recebemos a informação do Rio de Janeiro, a informação da criança, contamos com a grande contribuição da mídia, *Veja*, e como também foi esse contato, através da rede de computadores que a gente conseguiu ter rapidamente um acesso.

A gente viu, como no caso do Serginho, como de tantos outros, alguns anos atrás, como a gente não poderia ter dado uma resposta se a gente tivesse mais estrutura. Então, talvez, seja o momento agora de a gente parar de chorar e partir para ações concretas porque, muro de lamentações... Nós estamos aqui falando para nós mesmos. Não adianta. O importante, quem deve nos ouvir não é quem está aqui, mas quem não está aqui. Então, nós precisamos estar, sim, juntos, articulados, e, sim, com propostas concretas e coerentes.

Eu vejo o SIPIA como um grande processo, muito superior ao cadastro atual, mas é importante que para o SIPIA existir nós temos que estar aparelhados, capacitados e articulados. Vejo que o grande poder de articulação que a gente tem é que vai dar resposta a este e a tantos outros problemas que as crianças e adolescentes passam.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada doutor.

Eu agradeço muito a sua participação. O senhor pode voltar ao seu lugar. Depois eu gostaria de solicitar que o senhor nos escrevesse e nos mandasse sugestões para que possamos fazer uma proposta ampla sobre a questão de criança e adolescente. Gostaria muito da sua sugestão. Aliás, que todos os



presentes pudessem realmente nos dar a possibilidade de compartilhar a ideia de vocês.

Eu tenho 2 problemas aqui que se transformam em 1 só: tanto o Dr. José Edmilson Souza, que eu já tinha chamado para ele vir conversar conosco, como a Dra. Maria Lúcia de Fátima Barbosa Pirauá, os 2 têm compromissos quase que imediatos. Então, nós vamos pedir para... Um tem uma audiência e o outro tem uma sala de aula. A audiência.... É difícil mediar isso.

Mas eu peço aos 2 que tenham compreensão. Ouvimos rapidamente, fazemos os questionamentos e logo depois...

Vocês podem decidir quem vai primeiro? (*Pausa.*) O.k. Doutora, venceu o cavalheirismo.

Obrigada.

Então, nós ouviremos a Dra. Maria Lúcia de Fátima Barbosa Pirauá, Juíza de Direito.

Antes de passar a palavra para a doutora, eu digo que a senhora tem 20 minutos para fazer a sua exposição, mas antes eu peço que a senhora preste o compromisso com...

A SRA. MARIA LÚCIA DE FÁTIMA BARBOSA PIRAUÁ - Não vou gastar os 20 minutos por conta do cavalheirismo do colega, e até porque todos já estão, talvez, cansados.

“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.

Gostaria primeiramente de parabenizar a Deputada Bel Mesquita, o Deputado Antônio Carlos Chamariz e os 2 Deputados aqui presentes, Deputado Judson Cabral e Deputado Carlos Cavalcante, e dizer que os outros Deputados também deveriam estar aqui presentes. Este é um momento importante para todos nós, e essa questão das crianças e dos adolescentes desaparecidos nada mais é — todos nós acabamos de concluir, por tudo o que ouvimos — do que um problema social. É um fenômeno social, em que todos nós somos responsáveis. As famílias pobres — também já podemos chegar a essa conclusão — são as mais vulneráveis a esse desaparecimento. E aí é a família. Como disse o meu antecessor aqui, o Dr. Cláudio Soriano, ela não pode ser, sozinha, responsabilizada por isso, porque a maioria dos



casos de desaparecimento — também chegamos a essa conclusão pelo que ouvimos — é de fuga. Muitas vezes é um desaparecimento voluntário. Voluntário entre aspas, porque são os conflitos familiares, são as drogas, é o alcoolismo dos pais ou de um dos pais, é a questão da desestruturação familiar, das separações, das famílias que se recompõem, mas se recompõem com uma terceira pessoa — ou o marido, ou a mulher, ou o novo companheiro, ou a nova companheira —, que não aceita aqueles filhos do casamento anterior, da convivência anterior. Então, são muitos problemas. E nós, magistrados, que atuamos na Vara de Família, estamos, todos os dias, verificando esses problemas.

Eu gostaria, ainda, de acrescentar uma coisa. Como eu trabalho numa Central de Conciliação, onde eu recebo das Varas de Família todos os processos de separação, de divórcio, de alimentos, de declaração e dissolução de união estável e faço as audiências de conciliação, eu tento a conciliação entre aquelas pessoas. Não a reconciliação, mas a conciliação, para que a separação possa ser efetivada, mas através de um diálogo, de um consenso. Este é o grande mal das famílias hoje em dia: as famílias não conseguem dialogar. Não porque não querem, mas porque elas não têm educação, elas não têm cultura, elas não foram preparadas para isso. Mas a Constituição diz que a família é a base da sociedade e que ela tem especial proteção do Estado. Então, a família precisa ser cuidada, ser protegida para depois cuidar. Então, as famílias não estão preparadas para cuidar dos seus filhos, dos nossos filhos. Por quê? Porque não têm uma condição, na maioria das vezes. Mesmo as famílias de classe média, mesmo as famílias de classe alta não têm tempo. O mercado de trabalho, a nossa saída, a saída da mulher para o mercado de trabalho, todas as questões sociais que envolvem o acesso aos bens de sobrevivência para algumas pessoas e alguns bens supérfluos para outras, todas essas questões fazem com que a família não tenha mais tempo de se dedicar à formação dos seus filhos. O poder familiar continua sendo exercido, mas de uma forma muito menos, vamos dizer, efetiva do que nas nossas gerações passadas. Então, a autoridade do pai, a autoridade da mãe está deixando muito a desejar.

Em todas essas questões, nós temos de lembrar de uma palavra que as pessoas que agem, as pessoas que têm a obrigação de tomar atitudes, de agir não se lembram. Nós temos leis muito boas. Nós temos uma Constituição



avançadíssima, nós temos um Estatuto da Criança e do Adolescente que é exemplar, mas nós precisamos fazê-las efetivas e eficazes. E essas palavras, que hoje já têm valor jurídico... Eu tenho que fazer a defesa, um pouco, do Judiciário, porque sei que ele é muito criticado. Inclusive, o Secretário, Dr. Paulo Rubim, fez uma velada crítica ao Judiciário, quando os presos, quando aquelas pessoas que cometeram crime saem dos presídios. E eu preciso, aqui, esclarecer rapidamente que elas saem porque o sistema penal assim o permite. Então, ao Judiciário não compete alterar o sistema penal.

Eu gostaria, ainda, de dizer que, se é dever de todos — da sociedade, da família e do Estado — proteger essas crianças e esses adolescentes, dar a eles todos os direitos que nós sabemos... Não preciso relacioná-los aqui. E esses direitos? Não são dados a eles? Eles não têm efetivamente esse direito? O que está faltando? Está faltando a consciência das pessoas — e todos nós estamos incluídos; Inclusive, o Judiciário também pode, e deve, se incluir nisso — do cuidado.

O cuidado é um bem fundamental. É a base dos direitos fundamentais que estão no art. 227 e no art. 226 da Constituição, no art. 18 do ECA. É a base. Se você não zela pelas suas crianças, se você não cuida da família, ela também não tem condições de cuidar dos filhos. Tudo que está acontecendo: o desaparecimento dessas crianças, a insatisfação, inclusive, delas, no seio da família, porque a família é o meio onde as potencialidades dos jovens, dos adolescentes e das crianças precisam ser desenvolvidas... A família é o ambiente adequado para que essas crianças, essas pessoas, todos os membros, inclusive os pais também, possam ser felizes. Se essa sociedade não está conseguindo, junto com o Estado, com os Poderes Públicos, com os agentes públicos, dar a essa família essa condição de cuidar dos seus filhos, então nós não vamos a lugar nenhum.

Primeiramente, nós precisamos assumir o compromisso de fazer com que essa lei não seja apenas uma lei e seja, sim, uma vontade política. Não uma vontade política partidária. E aqui eu me incluo como agente político, porque o juiz é um agente político de transformação social. Ao juiz é dado o poder de solucionar conflitos. Se ele soluciona conflitos, ele traz a pacificação da sociedade, ele traz para as pessoas a paz, a harmonia. Então, é um agente político de transformação, como somos todos nós que recebemos dos cofres públicos. Nós queremos é o



compromisso e o cuidado... Eu assisti a uma palestra de Leonardo Boff, e ele colocou o cuidado como um elemento fundamental e essencial para todos nós. Quem não cuida... A vida tem que ser cuidada. Se você não cuida de uma planta, se você não cuida de um animal, se você não cuida de uma pessoa, essas vidas não sobrevivem. Nós nascemos sob cuidado. Então, esse é o nosso novo olhar. Esse é o olhar de todos que aqui estão, dos que se comprometem, dos conselheiros, dos Deputados, da sociedade como um todo, do Poder Executivo — temos aqui representantes do Poder Executivo —, de todas as pessoas que são partícipes dessa construção de um mundo mais solidário, mais justo e mais fraterno.

Então, eu gostaria de dizer que o Judiciário já mudou alguns paradigmas. Hoje nós consideramos o afeto, o cuidado como valor jurídico. Os senhores já devem ter ouvido dizer na televisão, em jornal, em algum lugar que um pai socioafetivo ficou, por exemplo, com o filho — nós já tivemos exemplos disso até numa novela — em detrimento do pai biológico. Por quê? Porque hoje o mais importante não é ser o pai biológico. O mais importante é ser o pai que cuida, o pai que dá afeto, a mãe que cuida, a mãe que dá afeto, porque ser pai e ser mãe é função. Ser pai e ser mãe não significa que deu o seu material genético para aquela criança. Significa que você cuida, que você ama, que você protege, que você educa, que você forma. Então, ser pai e ser mãe é muito mais do que colocar no mundo uma criança. E é isso que todos nós precisamos fazer.

Então, a sociedade, e principalmente os Poderes Públicos, aqueles que têm em suas mãos a condição, a possibilidade de cobrar, de exigir — e eu me incluo nessa situação —, os atores do Judiciário, os atores da Justiça... Porque a ética da Justiça tem que estar junto com a ética do cuidado. Nós não podemos apenas querer aplicar as leis sem saber se aquela lei vai ser aplicada e qual a consequência daquela nossa decisão junto àquela família, junto àquelas pessoas, junto àquela sociedade, junto àquela comunidade.

Então, a ética do cuidado tem que estar junto com ética da justiça. E hoje não se admite mais um juiz que está encastelado no seu gabinete, um Judiciário que não tem o olhar social, que não interage com a sociedade, que não procura saber como as coisas acontecem ao seu redor. Quanto a isso eu posso fazer uma menção à nossa Presidenta, Desembargadora Elisabeth, que tem essa grande preocupação



com o Judiciário social. Nós temos uma escola de magistratura que leva... O Dr. Cláudio Soriano talvez até já tenha me visto lá na UNCISAL falando — eu não sou palestrante nem sou professora — algo que possa ajudar aquelas pessoas que são cuidadoras de crianças. Já temos uma outra marcada agora para maio. E o Judiciário alagoano tem um trabalho de cidadania e justiça que sai dos seus gabinetes, que sai do tribunal, que sai do fórum, que sai das varas para ir às escolas, para ir às comunidades, para levar as informações.

Estamos agora fazendo uma capacitação com professores das escolas municipais para — inclusive eu acho que isso tem tudo a ver com o que nós estamos falando aqui — fazer com que os professores consigam enxergar, nas crianças e nos adolescentes que estão sob seus cuidados, aquele que está sendo abusado sexualmente, aquele que está tendo problema na família com alcoolismo, com droga, com castigos imoderados, porque a gente sabe que tem pais que castigam imoderadamente, batendo com violência. E as crianças, muitas vezes, não têm a quem recorrer, elas não têm a quem dizer, elas não têm o apoio familiar.

E nós estávamos conversando sobre isso. As crianças de zona de risco, de áreas sociais vulneráveis, elas não têm um apoio como uma criança da classe média, da classe alta, que tem uma, vamos dizer, relação de afetividade com outras pessoas da família a quem ela pode recorrer. Então, quem são os primeiros a perceberem uma mudança no comportamento da criança que possa denunciar que ela está sendo abusada sexualmente, ou que está sendo violentada, ou que está sofrendo agressão física? É a escola, é o professor, é o diretor, é o coordenador, é o supervisor.

Então, é esse o nosso trabalho. Nós temos que olhar com carinho, com cuidado para cada caso. A polícia tem o seu papel. Nós não podemos, nem esta Comissão, nem os Deputados, nem os Conselhos Tutelares... E eu sei que os Conselhos Tutelares estão muito mais próximos. Eles tratam esses assuntos com muito mais cuidado, muito mais afetividade.

É esse o papel fundamental dos Conselhos. Para a polícia, para os Conselhos, para nós, magistrados, para os promotores, para os defensores, um desaparecimento de uma criança não pode ser apenas um número, não pode ser mais uma pessoa que desapareceu. Tem que saber quem é a pessoa, tem que olhar



o rosto do pai e da mãe. Tem que sentir, porque o sentir faz você agir. E, se nós pecamos por ação, muitas vezes pecamos por omissão, porque não agimos, porque não nos sensibilizamos. E dessa ética do cuidado é que nós precisamos para transformar esse mundo, que teve muitos avanços na área da tecnologia, da ciência, mas não teve avanço no social ainda, não teve avanço no sentir das pessoas.

E eu gostaria de terminar, para que o meu amigo não se arrependa de ter-me cedido a vez, dizendo que nós, do Judiciário — graças a Deus, a maioria dos magistrados, dos novos magistrados e dos mais velhos, como eu —, já admitimos que o juiz não é apenas um julgador, que o juiz não é apenas um sentenciador, não é apenas aquele que prende, aquele que solta, aquele que divorcia, aquele que casa, mas é principalmente aquele que sente a dor, o sofrimento das pessoas e que age para que possa haver uma mudança na sociedade. Os homens precisam... Todos nós temos algumas peculiaridades. O ser humano tem peculiaridades femininas e peculiaridades masculinas. Algumas coisas são muito mais, vamos dizer, ostensivas na mulher, e outras coisas, muito mais ostensivas no homem.

Então, essa razão, esse desenvolvimento tecnológico, essa coisa de ser muito mais exato é muito mais dos homens. Essa coisa de sentir, de ser intuitivo, de cuidar é muito mais das mulheres. Então, que a gente agora possa transformar a nossa sociedade. Vamos sair um pouco dessa razão lógica e vamos entrar um pouco na razão social, na razão afetiva, na razão que cuida, porque é disso que nós estamos precisando hoje.

E aí eu encerraria lendo rapidamente uma frase da Lia Luft, que é uma escritora, da qual eu gosto muito, que diz: “*Quem ama cuida*”. Cuida de si mesmo, da família, da comunidade, do país. Pode ser difícil. Cuidar, às vezes, é difícil, mas é de uma assustadora simplicidade, e eu não vejo outro caminho. Para todos nós, o caminho é cuidar, porque também, como diz Leonardo Boff, a dupla função do cuidado é a de prevenir os danos futuros, porque é isto que nós queremos: prevenir que as nossas crianças não saiam dos lares nem por vontade, nem involuntariamente.

E regenerar os danos que já tenham acontecido. Essa é a segunda opção, mas vamos ficar com a primeira. Vamos cuidar das famílias. Vamos cuidar das nossas crianças. Vamos cuidar da nossa sociedade, para que a gente não precise



reparar os danos. Para isso, eu peço o apoio intenso da Câmara Federal, que aqui está muito bem representada, e dessa Assembleia Legislativa, na pessoa dos 2 Deputados, que serão, de hoje em diante, muito bem-vistos por todos que aqui estão. Já são, não é, porque têm um trabalho, mas, com certeza, ainda serão muito mais. É assim que a gente tem que ser portar como cidadão, cobrando a postura ética do cuidado de todos aqueles que têm por obrigação cuidar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Chamariz) - Dra. Fátima Pirauá, fico muito feliz por a senhora ter atendido ao nosso convite e pelas suas palavras. Inclusive, agradeço também sua intervenção lá, em Campos, quando estávamos lá, em situações mais difíceis. O pai do Serginho, já preocupado, com vontade até de pegar o Serginho de qualquer maneira e trazer aqui para Maceió. Nós somos gratos porque, na hora em que a Micheline entrou em contato com a senhora, a senhora imediatamente atendeu ao nosso apelo. Louvo a Deus por isso.

Sou muito grato, até porque teve momento, até engraçado, lá em Campos — a Wedna estava lá e até percebeu isso —, em que eu entrei em contato com a família do juiz, falei com o pai do juiz, falei com a secretária do juiz, falei com a irmã do juiz, mas não consegui falar com o juiz. Mas a senhora foi quem nos socorreu. E eu só tenho que agradecer. Deus continue abençoando-a ricamente.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA LÚCIA DE FÁTIMA BARBOSA PIRAUÁ - Muito obrigada.

Eu também posso registrar aqui que o colega lá de Campos, não é, com quem eu fiz contato por telefone, foi muito receptivo, foi muito atencioso. Eu nada mais fiz do que a obrigação de qualquer cidadão de colaborar para que uma criança... A gente não precisa querer números, 1, 2, 10, 20 mil. A gente tem que fazer a nossa parte. Uma criança que volte para o lar, para a convivência com a sua família eu acho que é um compromisso firmado por nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Chamariz) - Alagoas só tem a agradecer.

Agora, vamos convidar o Dr. José Edmilson Souza. Pode usar a tribuna.

A Bel já me salvou.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Antes de passar a palavra, eu peço desculpas pela minha saidinha. Mas eu comecei a ficar meio mole. Agora que eu comi um pedaço de sanduíche, que foi o meu almoço, café da manhã. Então, desculpem-me. Estavam me chamando ali.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - É. Revelando um segredo. Não tinha jeito.

Eu quero pedir ao Sr. José Edmilson que preste o seu compromisso. Quero dizer ao senhor que tem até 20 minutos para a sua exposição. Quero lhe dizer também, doutor, como professor, que, estando aqui, o senhor está completamente justificado na sua ausência da aula.

Obrigada e desculpe-me.

O SR. JOSÉ EDMILSON SOUZA - Obrigado, Deputada.

Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

Exma. Sra. Deputada Bel Mesquita, Exmo. Sr. Deputado Chamariz, ilustre alagoano que integra esta Comissão, caros amigos, Deputado José Carlos e Deputado Judson Cabral, que representam, neste momento, esta Assembleia Legislativa e que sempre estão presentes nessas causas que envolvem a sociedade, especialmente a população infanto-juvenil.

O Fórum dos Conselhos Tutelares do Estado de Alagoas, ele já existe há 13 anos e congrega os 107 Conselhos Tutelares que temos em nosso Estado. O Estado de Alagoas foi um dos primeiros do País a terem todos os seus municípios com Conselhos Tutelares. Foi uma luta muito árdua. Esse Fórum participou diretamente desse trabalho, ajudando na formação dos Conselhos, na capacitação, como é feito até hoje, e de forma voluntária. Muitas vezes, cruzamos este Estado para trabalhar, como estivemos agora, na última semana, no alto sertão, na questão da formação dos próximos Conselhos Tutelares em um dos nossos municípios sertanejos.

O Conselho Tutelar, caracterizando-se como aquela grande porta aberta da sociedade quando da violação dos direitos, quando da busca dos direitos ameaçados ou violados, tem como obrigação atender essa comunidade, essa



sociedade e tem feito mesmo em situações de muitas desigualdades. A maioria dos Conselhos Tutelares nossos sofrem, carecem de infraestrutura. Aproximadamente, 20% só que possuem veículo, a maioria não tem computador, não tem um telefone, enfim, vive a pão e água. Inclusive aqui, na Capital, temos Conselhos que estão sem computador ou com computador há meses sem conserto. Temos Conselhos sem a infraestrutura mínima. Temos Conselhos em que, às vezes, a demanda é tanta que os conselheiros utilizam até uma copa para atender a demanda, como é o caso do Conselho das Regiões 5 e 6. A falta de estrutura é tamanha. Chegou ao ponto... No Conselho de Bebedouro, por exemplo, foi feita uma pintura, uma reforma no prédio do CRAS, bem vizinho. No Tutelar nada.

A prioridade não é absoluta para esses órgãos, infelizmente, mas, mesmo assim, nossos conselheiros têm sobreposto toda essa situação, sempre têm ultrapassado esses desafios e tentado fazer seu trabalho institucional. Temos conselheiros, Srs. Deputados, aqui no Estado de Alagoas, que pagam até para trabalhar. Conselheiros que se deslocam dezenas de quilômetros, da zona rural, onde residem, até a sede do Conselho Tutelar. Conselheiros que já colocaram no bolso para socorrer crianças...

Por exemplo, aqui tivemos o programa do Sorriso, para lábio leporino. Foi aquela cirurgia labial que veio para o nosso Estado, e os Conselhos Tutelares, junto com o Ministério Público, à época do Dr. Ubirajara Ramos, fizeram uma grande parceria, e os Conselhos Tutelares identificaram os meninos que estavam naquela situação. Tenho o caso de um conselheiro sertanejo que pagou do bolso para vir algumas crianças e adolescentes. E ele me disse assim com as lágrimas nos olhos: *“Dr. Edmilson, não tem nada que pague o que eu vejo hoje naquele adolescente, naquela criança, nada. O que eu gastei...”* Por quê? Porque, infelizmente, não foi correspondido no seu município, na sua prefeitura.

Muitas vezes, aqui temos vários companheiros conselheiros, colegas que deixam de vir a uma plenária de formação porque lhe é negado um veículo, infelizmente. Temos que lamentar. Temos aqui um Deputado que foi Prefeito, que foi um exemplo, que, na época dele, foi criado o Conselho de São Brás. É um exemplo o Deputado José Carlos. Isso há mais de 10 anos. O município é bem pequenininho, mas foi um dos primeiros a criar o seu Conselho Tutelar. Nunca esqueço. Então, é



uma situação de muita desigualdade para um órgão dessa importância, mas, mesmo assim, a gente tem caminhado.

As demandas dos Conselhos Tutelares em Alagoas chegaram a quase 40 mil — todo tipo de violação, todo tipo de violação. Entretanto, nessa específica, que eu acho que foi... A gente agradece ao Deputado Chamariz por ter trazido essa audiência para o nosso Estado. Ainda é pequena a demanda, porém os números são diferentes. Os dos Conselhos Tutelares... A gente traz alguns números do conjunto dos Conselhos, dos 107 Conselhos Tutelares do nosso Estado. Porque tem alguns casos... São casos que são desaparecimentos voluntários, muitas vezes proporcionados pelas próprias crianças ou adolescentes. Muitas vezes, vão em busca de um parente, para a casa de uma avó, desaparecem, são perdidos numa feira, num evento cultural da cidade. Então, isso vai para o Conselho. Imediatamente, pai e mãe, ou responsável, correm para o Conselho Tutelar, e isso é registrado como desaparecimento, embora, às vezes, no mesmo dia a criança ou o adolescente é localizado. Muitas vezes, também essas crianças, esses adolescentes saem de casa por questões de maus-tratos na família. Muitas vezes. A busca de refúgio na casa de um avô, de um tio, de um irmão mais velho. Também tem os casos de muitas adolescentes que desaparecem de casa, mas vão em busca... na casa de um namorado.

Temos uns casos meio peculiares. Por exemplo, o sequestro da criança por um dos pais. Problemas matrimoniais, conjugais, enfim, e algum deles, um dos cônjuges leva a criança, até para castigar o outro. Outros, principalmente adolescentes, que buscam a rua como espaço de liberdade, indo para o mundo das drogas. E buscam também a rua como fonte de subsistência, porque a fome assola muitas vezes aquelas famílias. Temos um grupo bem menos frequente. Esse nesse grupo de que eu falei agora que nós temos a maior demanda — é essa — entre os Conselhos Tutelares.

Mas temos demandas bem pequenas, mas que têm resultados trágicos. Por exemplo: o caso da criança Gilvan. Nunca esqueço desse caso. Desaparecida na cidade de Capela. Está aqui a companheira Jailda. Cadê Jailda? Estão ali os outros conselheiros da cidade de Capela, que foi um caso que chamou a atenção, que ultrapassou até as nossas fronteiras: uma criança humilde que desapareceu. Esses



conselheiros caíram em campo imediatamente. Junto com a polícia, fizeram buscas na casa de parente, batendo na casa de um, de outro, e, infelizmente, a criança, após 3 dias, foi encontrada morta, assassinada, com indícios até de abuso. Esses conselheiros, em estado de choque, viram essa criança nessa situação.

E foi uma mobilização... O enterro dessa criança foi um protesto naquela cidade de Canavieira. E, até hoje, esse caso permanece insolúvel. Até hoje. Temos mais de um ano e meio deste ocorrido. Acusaram até... Chegaram a acusar 3 adolescentes, mas não ficou nada comprovado que foram os mesmos.

Tivemos o caso aqui, na Capital, das 2 crianças que desapareceram. E todo mundo sabe do caso das crianças que apareceram assinadas também, abusadas, estupradas que foram por um facínora, um maníaco terrível, que, graças a Deus, foi preso, pelo menos. Este se encontra preso. Um trabalho magnífico da Dra. Bárbara com sua equipe. Na minha cidade, a cidade de Rio Largo, também tivemos um caso de uma criança de apenas 5 anos desaparecida. Parentes no Conselho Tutelar, o Conselho acionou a polícia, posteriormente a criança é encontrada também assassinada barbaramente por um maníaco. Apenas 5 anos.

Em Cajueiro, foi o caso da criança que se afogou. Tem também esses casos. As cidades ribeirinhas têm o risco das crianças que muitas vezes vão à beira rio brincar e desaparecem, muitas vezes elas se afogam.

O caso mais recente que nós tivemos aqui... E eu gostaria também de destacar, Srs. Deputados, o trabalho do Conselho Tutelar de União dos Palmares. Esse Conselho, desde o primeiro momento... E aqui foi provado pelo pai, pela mãe, por todos os que falaram sobre o caso. Estes Conselheiros... Está aqui o Conselheiro Anderson. Num primeiro momento, caiu em campo, também procurando essa criança em diversas cidades, colocando em rádio, buscando a Polícia. Estava lá. Embora nenhum Conselheiro de União tenha acompanhado a delegação, não entendemos por que. E o Serginho voltou.

O Conselho Tutelar da União também foi quem acolheu a menina, a Jéssica, de 4 anos, que estava em poder desse bandido. E esta criança foi encontrada em via pública, chorando, porque era obrigada a vender alguns produtos de artesanato que ele fazia. E a criança era obrigada também a vestir roupa de menino, do sexo masculino. O Conselho Tutelar deu todo o apoio, toda a acolhida, e essa criança foi



levada de volta para seus familiares na cidade de Vitória da Conquista, no sul da Bahia, pelo Conselheiro Anderson, aqui presente. Ele levou até a família.

Aqui em Maceió, também temos um caso de uma criança, de uma adolescente que não teve a sorte de Serginho de ter voltado para seu lar. Está há quase 5 anos... Da Santa Lúcia, aqui no Tabuleiro. Foi o Conselho do companheiro e da companheira, do companheiro Mano e da companheira Thaisa, que acolheu esse caso e trabalhou incessantemente. A Polícia foi acionada, mas até hoje... Existia um suspeito, mas até hoje nada de solução.

Então temos também a relatar que aqui em Maceió nós temos, em duas instituições, adolescentes sem referencial familiar: na Casa de Passagem, existem duas adolescentes que ninguém sabe quem é a família — já foi feito todo um esforço, e não foram descobertos os pais daquelas duas adolescentes —, e, no Projeto Acolher, existem 3 meninos, 2 adolescentes e uma criança, também sem referencial familiar, quer dizer, privados de sua família. Isso é até uma afronta ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Por quê? Era um direito dela estar no seio da sua família, ou até a busca de uma família substituta. Mas não, está institucionalizada há muito tempo nesses 2 órgãos, infelizmente. E são inúmeros os casos.

Entretanto, a gente admite, claro, que a maioria das demandas que chegam aos Conselhos Tutelares são casos menores, casos que são resolvidos em sua quase totalidade. Mas, infelizmente, existe esse, que é um número pequeno, mas um número muito assustador, pelo desfecho que ocorre com eles.

Como nos foi pedido também para colocar o que é que a gente achava como causa de tudo isso, a gente colocou e a gente pode citar — e já foi citado também aqui por alguns que passaram por esta tribuna — os descuidos familiares, a questão da desestrutura familiar: os pais ainda com padrões arcaicos, de intimidação, o que faz com que, muitas vezes, a criança e o adolescente se evadam do lar; a questão da fome em muitas famílias, da fome com a desnutrição, isso decorrente da falta de uma política efetiva de geração de emprego e renda — precisamos de uma política efetiva de geração de emprego e renda, que ainda nós não temos —; a questão da droga, que assola a cada dia que passa — e também estamos carentes de uma política mais efetiva. É necessário que os nossos governantes, a partir do Governo



Federal, passando pelos Estaduais e chegando aos Municípios, tenham uma política mais agressiva com relação a esse mal, a essa chaga que assola a adolescência, principalmente, e os jovens de nosso País.

Aqui mesmo em Alagoas, nossa capital é tida como a mais violenta do País, para vergonha de todos nós alagoanos. E a maioria dos crimes que ocorrem aqui neste Estado... É bastante ler qualquer jornal, ouvir qualquer órgão da mídia. A maioria desses jovens morre por problemas da violência. Quantos e quantos pais estão aí a chorar esses filhos?

Ainda com relação às limitações, barreiras que ainda impedem que essa situação seja minimizada, pelo menos, a gente coloca, a gente vê um trabalho lindo desta delegada, Dra. Bárbara. Mas é muito pouco para uma cidade de quase 1 milhão de habitantes, como é Maceió, uma delegacia apenas de crimes contra a criança e o adolescente. Muito pouco! Era para ter já a segunda delegacia, no mínimo.

Esses Conselheiros... Os senhores viram aqui a delegada dizendo que recebem demandas muitos dos Conselheiros Tutelares aqui da capital. São 25 agora; em breve serão 35. A lei já estabelece 7 Conselhos. Já temos 5 instalados. Vamos para mais 2 no próximo ano, a previsão é essa. Então, os casos são crescentes. Precisamos ter uma segunda delegacia dos crimes contra a criança e o adolescente aqui, na nossa capital, como também temos que expandir as varas da infância e da juventude. Precisamos expandir.

Também apontamos a falta de vagas nas escolas e evasão escolar. Aqui na capital temos muitos locais carentes de unidades de ensino. A população aumenta em detrimento do número de escolas, ainda bastante reduzido para atender à demanda.

A falta da rede, tão falada aqui. Vejam: se tivéssemos a rede instalada, a gente teria um trabalho mais integrado, a gente teria uma celeridade maior, a gente teria absoluta prioridade, de uma forma mais consistente. Precisamos, sim, dessa rede, em todos os níveis, principalmente municipal e estadual.

A falta de prioridade e vontade política dos governantes — eu não poderia deixar de colocar — existe com relação à criança e ao adolescente, apesar de o art. 227 da Constituição estabelecer o princípio da absoluta prioridade, e o art. 4 do



Estatuto da Criança e do Adolescente, mas criança e adolescente ainda não são prioridade absoluta em nosso País. São tímidas as ações de melhoria desse estado que a gente vê, são tímidas.

Estamos aí, com os Conselhos nessa situação, gritando “SOS, *queremos trabalhar! Sabemos como fazer, mas nos deem estrutura!*”. E muitas vezes, o conselheiro chega, Deputado, às prefeituras, e recebe “chá de cadeira” de 1 dia, não para pedir nada para ele, mas que pelo menos coloquem um computador na sede de seu Conselho. Pelo menos que instale um telefone, porque eles ficam usando o seu celular, pagando do seu bolso, do pouco que alguns Municípios remuneram. É horrível uma situação dessas! Muitas vezes eles precisam ligar para mim para tirar uma dúvida qualquer, eu digo: “Vá à Prefeitura, peça lá na Prefeitura. Não é possível que não tenha um telefone!” Diga que está precisando fazer um trabalho que é público, e eles têm obrigação de ceder um telefone.

Já temos entrado também em contato com muitos representantes do Ministério Público para situações dessas. Este fórum tem atuado junto a representantes do Ministério Público como fiscal da lei que é, para cobrar situações.

Portanto, essas situações que nós colocamos para uma reflexão desse estado de coisas que nós vivenciamos... Precisamos, efetivamente, colocar o estatuto dentro dos seus princípios. O estatuto irá completar 20 anos agora, em 13 de julho, mas ainda deixa muito a desejar na sua efetividade, principalmente da parte de quem tem compromisso público, muitas vezes, e na prática não faz. A gente vê muita, muita promessa, mas, na hora de trabalhar pela criança e pelo adolescente efetivamente, nada.

Por fim, como responsáveis maiores, nós colocamos a família — a família é responsável também por essa situação —; o Poder Público — isso abrangendo todos os Poderes, principalmente o Executivo —; e também a sociedade tem a sua parcela. A sociedade precisa dar mais as mãos e cobrar o que é seu, o que a Constituição de 88 nos ofereceu. A sociedade precisa cobrar dos nossos representantes, cobrar dos nossos governantes, para que tenhamos efetividade no cumprimento do dever para uma população enorme, carente de seus direitos, que é a população infantojuvenil. Está aí o SIPIA, o Dr. Cláudio falou há pouco. Esperamos que... A Secretária Wedna está ali, é uma grande mulher. Espero que em breve... Eu



já soube aqui que os *kits* dos computadores já estão aí, já passaram da fase orçamentária, enfim, já estão bem próximos, e esperamos que, em breve, coloquemos esse SIPIA para funcionar em Alagoas, porque vai melhorar essa situação.

Portanto, Srs. Deputados, público aqui presente, para nós é motivo de muita satisfação estarmos aqui discutindo, debatendo e buscando soluções, evidentemente — é através do debate que se busca. Foi de muita propriedade, Deputada, V.Exa. estar aqui conosco, nesta Assembleia Legislativa, para ouvir esses segmentos, e também temos certeza de que, ao final desta CPI, teremos bons frutos para a nossa população.

Esse caso do Serginho, quando eu estava ali vendo a senhora abraçando o Serginho, que é uma foto assim... Eu senti que todos nós nos emocionamos. Acho que isso aí já é uma resposta desta Comissão, uma resposta palpável. Então, que outros Serginhos voltem para suas famílias.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu quero fazer umas perguntinhas.

Quero dizer que gostaria de poder abraçar todos os meninos e meninas que estão desaparecidos, mas é possível fazer isso. O nosso compromisso tem que ser este: abraçar a causa.

E eu ouvi aqui também dizer que nós estamos falando para quem conhece da causa e defende a causa. Mais difícil é colocar isso para fora e conseguir dizer o que nós estamos dizendo aqui dentro para fora. Acho que aí está o grande desafio que nós temos de trabalhar com a questão de direitos da criança e do adolescente e da família — aliás, direitos humanos de todos, não é? Direitos humanos de uma forma mais concisa. E, realmente, que nós estejamos comprometidos, e não só envolvidos com esta causa. Esse é o grande desafio que nós temos.

Mas eu quero lhe fazer uma pergunta, doutor. O que a gente tem percebido nessas andanças é que há um chororô danado dos Conselhos Tutelares. Em nenhum Estado, em nenhum município, em nenhum lugar eu ouvi alguma coisa semelhante a "*estamos bem instalados, estamos seguros, estamos bem*".



E eu fiquei pensando no seguinte: eu também fui Prefeita, como o Deputado, e não é fácil trabalhar com o Conselho Tutelar, mesmo porque nós não temos parâmetros de até onde é o aceitável, ou até onde é o excesso, ou de onde é o inaceitável, digamos assim.

E estava aqui conversando com o nobre Deputado Judson, e a parte mais difícil desse processo é o tal do Orçamento. Então, na medida em que você tem que defender o Conselho Tutelar, um time de futebol, uma biblioteca pública, nós sabemos como as causas sociais são as causas mais difíceis de terem adeptos, digamos assim, na defesa do que a gente precisa.

Uma das coisas que nós temos pensado dentro da CPI é na emancipação dos Conselhos Tutelares. A gente sabe que os programas de saúde são obrigatórios, mas todos eles têm uma rubrica definida para qual programa aquele dinheiro deve ser destinado, seja no programa do atendimento familiar, área mais preventiva, seja no TSU, quer dizer, no tratamento do câncer uterino, na prevenção; todas as rubricas já vêm patenteadas, digamos assim, do Ministério Público.

Eu fico me perguntando: em que lugar da estrutura do Governo Federal está a responsabilidade de manter esse sistema de proteção à criança e ao adolescente? Porque nós estamos falando de Maceió, mas existem municípios no meu Estado, municípios do interior do Pará — e acredito que aqui também —, onde a Prefeitura mal tem o recurso para comprar água, por exemplo, para quem trabalha. Estou dando o exemplo de água, mas não tem quase dinheiro para a manutenção de papel ou qualquer outra coisa dentro da Prefeitura. Como o Conselho Tutelar consegue se instalar, fazer-se presente num município que não tem orçamento nem para a própria manutenção dos serviços da Prefeitura?

Então nós começamos a pensar se nós não poderíamos propor, inclusive, que houvesse um espaço dentro da organização federal mesmo, ou um Ministério, ou uma Secretaria Especial da Criança e do Adolescente, que pudesse definir verbas para os programas implantados e jogados para os Prefeitos.

Eu acho isso uma temeridade. Os nossos Prefeitos e Prefeitas podem ter a maior boa vontade, mas é muito difícil estarem treinados para o compromisso da administração pública, o senhor sabe disso. E a boa vontade nem sempre é a



capacidade para fazer e implantar programas, seja lá na área de saúde, seja na habitação, em qualquer área.

Então, o que eu queria perguntar para o senhor: já foi discutido dentro da organização dos Conselhos Tutelares — que eu, particularmente, acho que é uma organização fluídica, porque, na medida em que se reúne e não tem quem defenda e quem cobre, fica uma coisa meio fluídica, solta... E eu gostaria de entender, se o senhor puder me ajudar, a quem o Conselho Tutelar pode se reportar, seja lá para pedir, seja lá para reclamar, seja lá para exigir. Então eu gostaria que o senhor me colocasse, dentro da estrutura de Alagoas, ou contexto federal, por favor.

O SR. JOSÉ EDMILSON SOUZA - Pois não. Em nível institucional, claro, o Conselho Tutelar, na estrutura de organização do município, está ligado a uma Secretaria. Geralmente, é a Secretaria de Assistência. Aqui em Maceió é assistência, mas está para ir para Direitos Humanos. Essa Secretaria tem a obrigação de colocar o suporte, em nome da Prefeitura, nos Conselhos Tutelares. Eu diria que a instituição Conselho Tutelar não é uma grande estrutura. Nós não precisamos de prédios luxuosos. Não. Simples, que tenham condições de receber o povo daquela cidade ou até de outros municípios, quando vão em busca daquela situação.

Cinco conselheiros é o que o município deve disponibilizar para pagar como remuneração, que não é remuneração grandiosa. A maioria, aqui em Alagoas, só recebe 1 salário mínimo. Existe até um que está infringindo, está pagando menos de 1. Existe um município aqui do Estado, e já acionamos o Ministério Público... Enfim, vejo que a estrutura Conselho Tutelar... Aliás, a Lei Federal nº 8.069, em seu art. 134, parágrafo único, é bem clara ao dizer que no Orçamento do município têm que constar os recursos — a palavra é essa — “necessários” ao funcionamento do Conselho Tutelar. Então, se está na Lei Federal, dentro da organização municipal, um órgão que não precisa de grandes dependências, que não precisa de ene funcionários, é o mínimo que se tem na estrutura. É uma das menores estruturas funcionais dentro de um município. Uma das menores é o Conselho Tutelar.

Então eu tenho uma posição: discordo frontalmente. Quer dizer, não há recursos para pagar o Conselho Tutelar, mas há para fazer o carnaval, grandes *shows*, aquelas festas monumentais, que são bem mais valiosas na despesa do que



uma estrutura, muitas vezes, de 1 ano — não falo de um mês, não — de um Conselho Tutelar. Infelizmente, tenho que dizer isso, porque isso aqui é notório, é notório.

Por outro lado, Deputada, no Conselho Tutelar, graças a Deus, nós começamos a nos organizar. Cada Estado da Federação tem uma entidade que congrega Conselhos Tutelares. Aqui se chama Fórum Estadual de Conselhos Tutelares de Alagoas. Em nível nacional, já temos o Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares. Esse Fórum funciona com os representantes das entidades estaduais, e nós temos uma Executiva composta por um representante de cada região. Inclusive, a de comunicações é do seu Estado. A companheira Helenice, que é do Município de Santa Izabel, é a representante da Região Norte, dentro da Executiva, na área de comunicações.

Então nós nos reunimos, geralmente trimestralmente, em nível nacional. Por exemplo, nessa questão do SIPIA, agora estivemos em São Paulo, na cidade de Hortolândia, discutindo essa questão do SIPIA e por que muitos Conselhos Tutelares ainda não receberam os computadores, que não é o nosso caso. Mas existem Estados onde a coisa ainda está meio enrascada.

O Fórum Nacional está atuando e vai sempre cobrando na Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que é o órgão que está vinculado a essa área da criança e do adolescente. Temos discutido também no Congresso Nacional, porque nós temos algumas emendas lá propostas. Aliás, gostaria até, em nome de todos os Conselhos Tutelares do nosso Estado e do Conselho Tutelar como um todo, de pedir a intervenção de V.Exas. lá no Congresso Nacional, porque nós temos lá uma emenda sobre os direitos sociais dos Conselheiros Tutelares. Para V.Exas. terem ideia, a maioria dos nossos Conselhos... Poucos municípios têm, na sua lei municipal, estabelecidos os direitos sociais para o Conselheiro Tutelar. A maioria não tem nada. Muitas vezes, a Conselheira dá à luz, ganha menino hoje, e amanhã terá de voltar, porque não existe nada de direito social estabelecido na lei municipal que regula a matéria. Sofre um acidente, nada assegura. E esse tempo que se passa, 3 anos ou 6, se for reconduzido... De um serviço de uma magnitude que todo o mundo conhece. Muitas vezes, Conselheiros são acionados, apesar de muitas críticas. Eu sempre digo a eles: *“você recebem muitas críticas, muitas injustas,*



algumas procedentes.” Mas a gente vai ver que, muitas vezes, esses Conselheiros são despertados 1 hora da manhã, 2 horas, 3 horas da manhã. Amanhecem o dia no trabalho tentando localizar uma família, tentando tirar do risco uma criança, um adolescente, enfim, uma criança que foi abandonada, às vezes, por um pai, por uma mãe, enfim... Quantas e quantas vezes se passa da hora de almoçar, de jantar? Enfim, esse trabalho é do dia a dia.

Eu sempre digo a algumas pessoas que perguntam o que Conselho Tutelar faz: *“Dá para você passar 1 hora — basta 1 hora — numa sede desses Conselhos? Você verá a demanda”*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Só quero fazer um pequeno parêntese aqui.

Nenhum Conselheiro Tutelar foi ser Conselheiro Tutelar achando que ele ia ficar no bem, bom. Essa eu acho que é a primeira questão de compromisso, isso acho ótimo. O que eu acredito que nós não temos é parâmetro do que é necessário, o que é que seja necessário para o cumprimento do trabalho do Conselho Tutelar, porque eu não tenho visto em lugar nenhum. E tem mais: não existe sanção real para um município que não dê o que é condição necessária, porque não existe essa definição. Não existe nenhum parâmetro para isso. E não existe nada nem ninguém para cobrar do município esse tipo de situação. E tem mais, não existe nenhuma responsabilidade da União nessa consideração.

O discurso é lindo, mas realmente a realização ou a execução da coisa parece não ser responsabilidade de nada nem ninguém no que a gente diz, no filtro real de quem tem a responsabilidade. Se é o Prefeito; aliás, se é a Prefeitura, do que dispõe essa Prefeitura para fazer isso? Quem repassa, digamos assim, o que seria necessário para a questão do Conselho Tutelar em termos de direitos sociais, como o senhor está dizendo, no geral, não só para os seus Conselheiros?

Eu acredito que uma das coisas mais sérias que nós temos visto nessas andanças é que a coisa é muito fluídica: *“Ah, nós vamos falar dos direitos; ah, aqui nós vamos defender os direitos.”* E, na verdade, não existe a quem se grudar, digamos assim, porque, se um município estiver pisando na bola em termos de saúde, o Ministério da Saúde é imediatamente acionado. Mas existe um convênio, digamos assim, uma pactuação entre o município e o Ministério da Saúde.



Na educação, a mesma coisa. Existe uma pactuação dos investimentos do município na relação da educação com o que ela recebe de repasse para investimentos: uma parte é do município, mas a outra parte é destinada pelo Ministério da Educação.

Então eu fico imaginando se não está na hora de a gente apresentar, se for o caso, ou dentro da Secretaria de Direitos Humanos, que conceda essa questão ao direito da criança e do adolescente, ou, na minha opinião, realmente uma Secretaria Integrada de Criança e Adolescente que discuta os planos dentro da Secretaria de Educação, dentro de uma filosofia de trabalho.

Estou aqui divagando, mas não é, não. É porque estamos trabalhando, Deputado Chamariz, numa proposta que pode vir a ser discutida, interpretada, pode ser vista. Mas, sinceramente, acho que o Conselho Tutelar não pode mais ficar mendigando do jeito que está. Nós temos sérias cobranças do Conselho Tutelar. Com razão, eles têm nos cobrado muito. E, por outro lado, nós também — estou dizendo como uma defensora, inclusive, do projeto de lei que o senhor colocou... Vou ser muito sincera: como eu não estou diretamente ligada às questões dos Conselhos Tutelares, essas coisas passam ou perpassam pela gente. E é importante o posicionamento do representante do Conselho Tutelar, que faça a gestão, para que a gente tome maior consciência dessa situação.

Uma das coisas que eu acredito realmente que está acontecendo com este momento da CPI do Desaparecimento de Crianças e Adolescentes é que está tornando visíveis algumas lacunas dentro do nosso sistema, que já foi pior. Está melhorando? Está. Mas existe muita coisa ainda para melhorar. Vamos ver se a gente consegue acelerar.

Eu passo a palavra ao Deputado Chamariz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Dr. José Edmilson Souza, nada contra o Conselho Tutelar. Nada contra, de maneira alguma. Mas me deixa muito preocupado, nas minhas andanças por este Estado de Alagoas, visitando, e, às vezes, eu fico triste quando eu procuro saber quem é o Conselheiro Tutelar daquele município e como é que a gente pode fazer uma parceria para ajudar um ao outro.



Muitas das vezes, vem logo aquela situação de que é valor X. Nada contra. Eu sei que existem pessoas que hoje são Conselheiros Tutelares na raça, na vontade, no amor, na dedicação de fazer a coisa com amor. Mas, do outro lado, lamento ter que dizer aqui, a maioria é feita por Vereador, por Deputado. Eles chegam, batem no peito: *“Esse aí é meu!”*

Então, enquanto houver isso, com certeza, o sistema vai estar sempre não funcionando. Eu estou dizendo isso porque conheço e sei muito bem disso. Não estou dizendo aqui que é todo Conselheiro Tutelar, de maneira alguma. Mas a maioria, o senhor sabe muito bem disso, quando chega o dia da eleição de Conselheiro Tutelar, é uma guerra, parece até um momento de eleição para Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal. Infelizmente, é isso. Aí, o que acontece? Quebra o sistema! Quebra o sistema, começa-se a colocar pessoas que não estão muito preocupadas com a situação — essa é uma realidade —, até porque faltam documentos, não sabem mexer com os documentos. O cordão começa a quebrar. Essa é uma realidade. É triste dizer isso.

Eu até digo isso aqui porque, lamentavelmente, vou dar o testemunho de algo que aconteceu comigo, mas eu louvo a Deus por isso, e fiz, faço e faria outra vez, se fosse convocado e se existisse outra CPI de Crianças e Adolescentes Desaparecidos no Brasil. Porque, quando eu cheguei lá ao Congresso Nacional e comecei a descobrir quem trabalhava, quem não trabalhava, eu fui procurar aquelas pessoas, aqueles Deputados, aquelas Deputadas que estavam trabalhando em prol do Brasil. Imediatamente, descobri esta CPI, da qual eu me orgulho de fazer parte, eu me sinto bem.

Bel, você sabe muito bem de todas as minhas palavras, eu sempre tenho dito isso, porque é uma satisfação estar trabalhando nesta CPI. Entrei no lugar do pastor, porque, quando cheguei lá, a CPI já estava completa. Mas o pastor mudou de partido, e abriu uma vaga. Em outubro, eu ingressei nesta CPI e sinto orgulho. Sinto-me satisfeito em trabalhar nesta CPI. Para mim, não tenho nem palavras para dizer. O caso do Serginho foi um troféu; o caso de Luziânia é tristeza, mas ainda nos dá prazer, porque sabemos que os pais daqueles jovens, embora tristemente sabendo que os filhos morreram, realmente descansaram, porque já sabem o que aconteceu com os eles.



Dá tristeza porque, quando chego aqui a Maceió, alguém me convidou para saber, indagar o que eu estava fazendo, juntamente com Bel Mesquita, Andreia Zito e Geraldo Pudim, lá no Rio Grande do Sul. *“O que você está fazendo ali, Chamariz? Aquilo ali não dá voto, aquilo ali não dá dinheiro.”* Isso nos deixa triste ao sabermos que, na política, só se ganha se tiver dinheiro. Temos de acabar com isso! Acredito que o voto não tem preço, voto é dignidade, honestidade, sinceridade.

Então fico triste por tudo isso. E ele perguntando o que eu estava fazendo. Eu disse: *“Estou fazendo um trabalho junto com a CPI das Crianças e Adolescentes Desaparecidos no Brasil.”* *“Aquilo não dá voto, não, Chamariz! Vem para cá. Vá arrumar dinheiro para ganhar a sua campanha, se você quiser se reeleger.”* Deixamos tristes, Bel, saber essas coisas, que infelizmente... Eu disse a ele: *“Olha, pode não dar dinheiro, mas me dá muito prazer.”*

Tenho uma satisfação tremenda quando vejo uma criança que nem o Serginho abraçar os pais alegremente; o sorriso, a alegria da nossa amiga Edna Miranda e de toda a equipe que estava junto dentro daquele avião; a satisfação de estar trazendo para Alagoas uma criança que há 2 anos estava fora do lar. Isso nos dá muita alegria.

Espero que, um dia, o nosso Brasil possa mudar essa politicagem e fazer, sim, políticas públicas sérias; que todos os brasileiros possam se orgulhar dos políticos. Na realidade, o nome dos políticos só vive na lama, mas há exceção. É importante que muitos conheçam o trabalho lá da Câmara, é importante que todos entrem no *site* dos Deputados, para saberem o que estão fazendo. Isso é de grande relevância.

É só o que tenho a dizer. Agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - O Deputado Carlos Cavalcante tem algum questionamento a fazer?

O SR. CARLOS CAVALCANTE - Sr. Edmilson, antes de me reportar a V.Sa., gostaria, com a permissão da Deputada Bel Mesquita, de agradecer o convite para integrar a Mesa Diretora. Também parablenizo o Deputado Antônio Carlos Chamariz pela iniciativa e agradeço à Deputada Bel Mesquita pelo esforço para se deslocar até aqui, bem como ao colega Judson Cabral, que se faz presente.



Acredito, Deputada, como frisou V.Exa., que a desestrutura dos Conselhos Tutelares é uma constante no País. Talvez, em Alagoas, tenhamos um diferencial: boa vontade e abnegação de muitas pessoas. V.Exa. pôde presenciar a Juíza, Dra. Lúcia Pirauá, com sua eloquência, que deixa bem claro porque fala do íntimo; o Dr. Cláudio, colega que representa, no Conselho Estadual, o Conselho Federal de Medicina, que também veio aqui dar demonstração de seriedade; a Dra. Bárbara, delegada, que demonstra, em números, que quase 100% dos casos foram resolvidos.

Então não podemos deixar de reconhecer o trabalho dessas pessoas e de exaltar também a abnegação do Prof. Edmilson. Ele, acredito, é o grande responsável pelo empenho e pela dedicação que hoje demonstram todos os Conselheiros Tutelares do nosso Estado. Se os Conselhos estão desestruturados, nem por isso deixam de ser efetivos nas suas responsabilidades.

Eu não teria, na verdade, nenhum questionamento ao Prof. Edmilson, porque já o conheço de longa data, conforme ele aqui frisou. Quando fui Prefeito, contei com seu auxílio bastante contundente, diria, ele que se deslocou diversas vezes ao meu município. Também algumas vezes saímos de São Brás, tarde da noite, para deixá-lo em casa, a mais de 200 quilômetros. Na verdade, deixa-nos muito satisfeitos e agradecidos vê-lo ainda aqui, abraçando essa causa.

Quero tão somente dizer ao Prof. Edmilson, Deputada Bel Mesquita, que ele conta com um amigo aqui. Eu me proponho a, no Fórum, juntamente com ele e os conselheiros que achar interessante participarem dessa discussão, procurar uma forma de propor a este Parlamento, ou ser autor de proposição que torne legais algumas responsabilidades dos Municípios ou do próprio Estado para com os Conselhos, para que eles possam funcionar de forma efetiva e, naturalmente, dar a resposta que a sociedade requer.

Também gostaria de saber se é possível V.Exa. acatar sugestões — V.Exa. já disse que sim — e encaminharmos também propostas de ações que pudessem ser levadas a efeito no Parlamento Federal, contando com a participação de V.Exa e do Deputado Antônio Carlos Chamariz.

Prof. Edmilson, meus cumprimentos mais uma vez. Muito obrigado a todos pela oportunidade.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Nessas audiências públicas, vou dizer o que me toca: é que, de repente, nesse quebra-cabeça, as peças começam a se juntar, a tomar força e um desenho importante.

Acho que é relevante o que V.Exa. disse, Deputado. O passado, a gente não muda, mas é possível reescrever, a partir de agora, o futuro. Acredito muito que, nesta audiência pública em Maceió, no Estado do Alagoas, nós... Estava aqui conversando com o Deputado, que me perguntou: *“Nas outras Assembleias em que vocês vão, existe participação maior dos Deputados Estaduais?”* Não, acho que o único lugar onde tivemos maior participação foi no Estado de Goiás, porque o assunto foi mais específico, sobre a questão de Luziânia.

Também temos pouca participação dos Deputados Estaduais, talvez porque possam pensar que a discussão é relativa apenas à questão federal. Não é. Posso dizer que uma das maiores plateias que tivemos, desde que esta CPI foi implantada, foi aqui hoje. Nesse ponto, parabênizo, e muito, o Estado do Alagoas, porque isso significa que há muitas pessoas interessadas em discutir, propor e fazer diferença nesse caso.

Dr. José Edmilson Souza, agradeço-lhe muito a participação. Nós nos colocamos à disposição dos Conselhos Tutelares de Alagoas. Precisamos, sim, de sugestões, para que, ao término desta CPI, tenhamos boas propostas. E posso lhe adiantar que a CPI é um dos momentos mais propícios que temos para apresentar propostas inovadoras. Então, nós nos colocamos à disposição do Fórum Estadual dos Conselhos Tutelares para que possamos, então, trabalhar de acordo com a visão do nosso Estado aqui.

Obrigada.

O SR. JOSÉ EDMILSON SOUZA - Gostaria de agradecer aos Deputados e à Deputada Bel Mesquita as palavras e a disponibilidade. Quero dizer ao Deputado Antônio Carlos Chamariz que não fique triste, porque quem trabalha nessa área recebe muito isso.

Eu venho há 19 anos e meio trabalhando na área da criança e do adolescente — é quase igual com o Estatuto. Eu fui conselheiro tutelar do primeiro Conselho Tutelar que surgiu neste Estado. Por essa condição, os companheiros me colocaram como... estou Presidente desse fórum estadual. Mas às vezes dá algum desânimo



com essas questões mesmo. Eu digo: *“Meu Deus, vou parar!”* Mas depois vem algo que acho que é uma força propulsora, e a gente diz: *“Não, tem muitos por quem a gente pode fazer algo ainda.”*

Mas veja, Deputado, o resultado daqui foi uma ação que V.Exa., junto com a Deputada Bel, trouxe para cá. Sempre vão existir esses críticos, como criticam muito os conselhos tutelares sem conhecer o seu trabalho, na essência.

O Deputado Carlos Cavalcante, com a sua bondade, foi um exemplo de Prefeito. Muitas vezes, isso é verdade, ele saía debaixo de chuva, à noite, para me trazer — mais de 200 quilômetros — porque tinha compromisso.

O Deputado Judson a gente já conhece. Todos esses eventos que têm a ver com as causas maiores da sociedade ele está junto.

Eu sugeriria a vocês, se pudessem — já para terminar, porque meus alunos aguardam —, que criassem a Comissão Parlamentar da Criança e do Adolescente nesta Casa. Acho que todos os segmentos, todos os atores do sistema de garantia dos direitos iria louvá-los e agradecer.

Muito obrigado. Estamos à disposição.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Dr. Edmilson, eu é que agradeço, de todo o coração. O que eu coloquei aqui não foi nada pessoal, é apenas... Realmente, o senhor conhece o sistema.

Mas eu queria aproveitar aqui a oportunidade, Bel, e registrar que foram convidados todos os Senadores, todos os Deputados Federais e Estaduais do Estado, conselheiros tutelares, Ministério Público, parentes de desaparecidos, além de várias outras autoridades. Eu queria registrar isso aqui, que foram todos convidados, para que todos fiquem cientes disso.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDMILSON SOUZA - Eu pediria licença para me retirar, por conta da aula.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Mas agradeça a seus alunos. Diga a eles que foi importantíssima a sua ausência lá.

Nós temos mais 3 pessoas para ouvir: a Dra. Wedna, de quem estou aguardando ansiosamente as palavras, um dos conselheiros tutelares de União dos Palmares e a Dra. Micheline, advogada que tem algumas questões para nos colocar.



Agradeço a paciência a todos.

Vou chamar imediatamente a Dra. Wedna de Miranda Lessa Santos, Secretária de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos e membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas — doutora, quanta coisa para fazer!

A senhora tem até 20 minutos. Antes, peço que leia o compromisso junto a esta CPI.

A SRA. WEDNA DE MIRANDA LESSA SANTOS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

Quero cumprimentar a todos e a todas. À Deputada Bel gostaria de dizer que estamos felizes por tê-la aqui. Vivenciamos momentos... Eu acho que talvez nunca mais a gente veja uma cena como aquela que nós presenciamos — nós, a senhora, o Deputado Chamariz. Como é importante esta discussão.

Muitas coisas foram ditas aqui por pessoas que, realmente, como disse o Deputado Carlos... Eu acho que a senhora também viu um exemplo.

Cumprimento também o nosso Judson, porque ele está sempre presente. Nas questões, o Deputado Judson é sempre um parceiro, é sempre uma pessoa muito comprometida.

Eu acho que aqui discorremos e ouvimos pessoas de todas as áreas do Judiciário, com o envolvimento da Dra. Fátima Pirauá; do Cláudio Soriano, pelo Conselho; do Prof. Edmilson, que é uma referência na defesa da política de proteção e de garantia de direitos da criança.

O que eu poderia dizer depois de toda esta tarde, em que nós ouvimos pessoas de expressão no que fazem, Dra. Bárbara, na condução do que fazem, com o compromisso com que fazem? Fiquei pensando: o que vou colocar?

Primeiro, algumas correções: o Dr. Rubim falou que os jovens — nós temos 6 unidades de internação —, ele falou que a família daqueles jovens não dão importância, não vão lá. Ele está equivocado. Nem 2% de mães... Agora, se eu destacar quem vai atrás, são as mães. São as mães que vão atrás. É a mãe que não abre mão, que não solta, não arrefece; por mais dificuldade que haja, por mais complicada que esteja, ela está lá. Então, essa correção merecia ser feita em nome



de todas aquelas mulheres que não largam os seus filhos que estão ali cumprindo uma medida socioeducativa.

Ao Deputado Chamariz digo que não está em risco os 6 milhões que nós conseguimos cumprir. O projeto não ficou em 6 milhões; ficou até mais: em 10 milhões. Mas a gente vai correr atrás, e já peço o apoio do Deputado para que a gente possa realmente ter condições para o recurso vir para uma unidade de internação.

Ao Prof. Edmilson, que já foi, mas os conselheiros tutelares nós temos... Amanhã deve sair uma publicação do edital e a licitação é com 8 dias dessa publicação para a compra dos computadores para todos. É um *kit* com impressora, com todas aquelas... de todos os conselhos tutelares.

Agora, Deputado, o computador só... Quando eu falo que o exemplo do Sérgio é um exemplo... Muitas críticas foram feitas ao serviço público, mas eu digo que o grande sucesso do resgate do Sérgio foi o serviço público. Por quê? Foi um Conselho Estadual, que está aqui, a Nelma, que é a conselheira, foi eficiente, diligente, e quando recebeu de uma outra instituição pública um abrigo e informações, ela foi, de pronto, correr atrás, fazer a interlocução para que tivesse sucesso. Então, muitas vezes a gente diz: "*É com condições ideais?*" O Dr. Cláudio até poupou as condições do Conselho Estadual, ele até que foi camarada, porque eu já estava preparando o lombo que iria sobrar. Mas dessa vez ele foi parceiro, ficou quieto, talvez ainda sob o impacto do sucesso do Conselho Estadual.

Mas é preciso a gente resgatar essas coisas. As coisas acontecem quando as pessoas têm compromisso. Com todas as dificuldades, as coisas acontecem. Agora, porque aconteceu naquele caso específico, não significa que nós não vamos aproveitar uma CPI, a presença de Deputados Federais que estão aqui com uma função de identificar as causas, buscar propostas, pensar a política, pensar a legislação, porque é este o papel do Legislativo. É essa a cobrança que aqui, como sociedade, nós temos que fazer. O que temos a fazer está nas mãos dos senhores e das senhoras, por quê? Porque quem vai fazer a legislação para identificar a quem se agarrar o Conselho Tutelar vai ser o Congresso, vão ser os Deputados e os Senadores. Nós aqui vamos estar diligentes.



Mas é por aí o caminho. Qual é o mecanismo? Vamos ouvir todos. Também não vamos fazer a crítica sem sinalizar as alternativas. E eu vou fazer questão, Deputada, de repetir o que falei há pouco na presença da senhora. Está na mãos das Sras. e dos Srs. Parlamentares. Quando a senhora diz: “*Em quem se agarram os conselhos tutelares?*” A senhora está buscando encontrar, como nós, gestores, ativistas, militantes — o nome que se queira dar à causa. Queremos encontrar os caminhos que fortaleçam, porque o grande sucesso da operação, apesar de todas as críticas que foram feitas ao serviço público, foi o serviço público, com todas as pendengas, com todas as dificuldades, por causa de compromisso, por causa da forma.

Imaginem se todos os conselhos tutelares estivessem interligados em rede! E aí não basta receber o computador daqui a 1 semana, 10 dias, sabem por quê? Porque eles não vão ter acesso à Internet. Estou mentindo? Não vão. Vão precisar daquele Prefeito ou daquela condição. E aí, como a gente já sabe da choradeira geral das Prefeituras, que tal pensarmos que quando há uma privatização ou uma concessão do serviço de telefonia... Conselhos tutelares, no caso de Maceió, são 5, por causa da população; mas a grande maioria das cidades tem 1. Que se pudesse, Deputado Judson, Deputado Carlos, que agora não está aqui, Deputado Chamariz, Deputada Bel, pensar de que forma assegurar determinadas ferramentas que, através de uma concessão, fosse dito... Quando você tem uma operadora de telefonia que está prestando um serviço (E está lá, viu, Deputada!), quando a gente analisa a resolução da ANATEL, está dito o compromisso que as operadoras têm que ter com relação a serviço de utilidade pública. Se Conselho Tutelar é um serviço de utilidade pública, deveria já estar assegurado o acesso à Internet para esses locais; senão, vão estar com o computador e não vão ter o acesso. Então, a própria resolução — que eu não me lembro agora qual, mas é da ANATEL — regulamenta isso com relação ao serviço de utilidade pública.

Então, eu vejo que dentro de todo esse mecanismo que os senhores e as senhoras da CPI têm, os dados apresentados pelas delegadas, tanto a Luci, como a Bárbara, apontam claramente para situações que identificam... Aqui em Alagoas ela vai e faz um recorte de gênero. O maior número é de mulheres na faixa etária de 12 aos 17 anos. E daí a gente não pode deixar de pensar na exploração sexual e na



questão do tráfico das mulheres. São 2 vertentes que, quando se fala numa política de proteção à criança e ao adolescente, nós temos que trazer à baila estas discussões: a questão da exploração sexual e a questão do tráfico de jovens. E você olha lá no gráfico que a delegada apresenta esse recorte; esse recorte vai e, não tenham dúvida, se formos nos aprofundar, vai estão passando por essas situações.

Esse fortalecimento só é possível com um processo de educação, de uma política que assegure, porque ela não pode ser uma política separada. A gente não pode pensar a política da criança, isso vai estar no colo do Conselho Tutelar, no colo do Conselho de Direitos ou ela vai ter que estar no colo, ou dividida, ou embalada, de preferência, e ninada no colo da educação, da saúde, do trabalho, de todos esses entes que têm que formar um política em que, de uma vez por todas, a criança fique na escola em tempo integral, porque se ela estiver lá em tempo integral, se ela tiver a garantia da merenda, ela não vai estar na rua. Mas se aquela mãe também não tiver creche, ela vai... É uma outra situação que a gente vê. Ela não tem como deixar, ela vai levar para o trabalho ou vai ficar naquela condição que a gente vê algumas mães com relação à vulnerabilidade dos seus filhos. E aí a gente não pode deixar mais uma vez de pensar em uma política clara de creche com relação à mãe trabalhadora. Nós, que somos mulheres e que temos a garantia, pelo menos agora... Eu com os netos e as netas... Mas eu podia ter alguém que cuidasse. Mas essa mãe que foi cuidar do meu deixou o seu como? E a gente não tem uma política pública que pense nisso.

Eu vejo que a CPI é um instrumento, uma ferramenta para a gente, além das causas, encontrar quais são os caminhos que nós temos. Quais são esses caminhos com relação a isso? Do mesmo jeito, não podemos perder de vista que o poder familiar questionado pela fragilidade... E aí eu vejo que é mais um olhar que os conselhos tutelares e que o Judiciário precisa ter com relação a como você tira e por que você tira o poder familiar quando existe uma vulnerabilidade. Mas em que condições se identificou a vulnerabilidade? Para que também a gente não cometa o absurdo de institucionalizar ou abrigar órfãos de pais e mães vivos, numa política de abrigo ou de institucionalização, que é um total contrassenso do que seja uma medida de proteção. Por melhor, Deputado, que seja um abrigo — e nós ficamos com inveja daquele abrigo —, é ainda o último lugar que uma criança deve estar. É o



último lugar que uma criança deve estar, a não ser em uma situação extrema de risco dessa criança.

Então, eu vejo que esses seriam os caminhos de um fortalecimento com recorte... Como está o Orçamento? Deputado, o senhor que é diligente e conhece de tudo, nos ajude nisso, nos ajude numa sinalização. Pela sua experiência com Orçamento, qual era o canal, qual era o caminho que poderíamos ter para que não mendigasse o Conselho Tutelar e que tivesse assegurado isso numa peça orçamentária? Onde se abraça? Onde as coisas se pegam? Onde existe uma liga para que não fique na boa vontade do Prefeito ou se ele tem ou não...

Às vezes não é boa vontade, como a senhora colocou, não é boa vontade. Ninguém é contra uma política para a criança, principalmente o político que tem sensibilidade para a conquista do voto. Agora, se ele não tem condições, ele vai para outras alternativas. E a gente já aprendeu que política da criança, política de direitos humanos não são prioridades, não fazem parte das grandes prioridades das peças orçamentárias.

Então, toda vez que a gente pensar em uma discussão, temos que pensar em uma discussão em que, de pronto, o real se apresente na nossa frente — e o real que estou falando é de rubrica, de recurso. Seja tirado de algumas situações que se manifestam... Por exemplo, a gente tentou... Quando se pega do tráfico as riquezas, os carros, se reverterem para onde? Quando há a apreensão de produtos contrabandeados, eles vão para onde? Por que não poderíamos amarrar o destino? Se é um dinheiro que foi ilícito, que passe a servir para quem deve, para quem é prioridade pela Constituição.

Então, eu queria fazer mais uma reflexão sobre isso, porque eu acho que todos os entes que me antecederam aqui foram precisos no seu trabalho, no seu dia a dia, seja a Dra. Bárbara, o Dr. Cláudio ou a Dra. Fátima Pirauá, cada um no Executivo e no Judiciário fazendo o seu trabalho.

Mas eu faço estas reflexões porque se nós estamos aqui até agora, pode ter certeza, Deputada Bel Mesquita, é exatamente pela importância que a gente sabe que tem a senhora aqui, representando a Câmara, o Congresso, o Deputado Chamariz, com esta pauta no sentido de encontrar uma política de proteção. A gente até agora... O CIPIA é uma grande ferramenta, pela capilaridade que permite. Se



houver um Conselho Tutelar em cada município, se a gente tiver isso instrumentalizado, com a ferramenta devida, com a tecnologia que a gente tem, avançada, olha a capilaridade que a gente teria!

O delegado tinha a foto do sequestrador! Ele cruzou metade do País carregando crianças.

A outra coisa é essa política equivocada — mas a campanha está aí — da mendicância, porque até isso numa sociedade de consumo vira comércio. Aluga-se criança ou uma pessoa dessa.

E aqui, antes que eu me esqueça, era muito importante que a senhora me desse uma notícia triste da morte súbita ou da morte matada do sequestrador, não é? A política... Agora, veja o *modus operandi* — para falar a fala da polícia — desse sequestrador. Se nós tivéssemos tido a oportunidade ou tivesse sido... porque ele usava um carrinho de controle remoto e dava ao Sérgio, para atrair outras crianças — não é isso, Deputado? Ele usava um carro de controle remoto e atraía outras crianças. Então, existem formas: como ele veio, como ele conseguiu percorrer o País, como foi que fez. Quem era a pessoa para dizer? Essa pessoa hoje não está mais aqui.

Então, deixo aqui o meu registro e um pedido de que esses esclarecimentos sejam feitos, porque estava sob a tutela do Estado. É importante ver a forma como fazia, porque a gente, quebrando essas formas, iria evitar outras. Aprender a forma que ele encontrou de atravessar o País quase todo e de trocar de criança. E com um poder de persuasão enorme! A gente precisava ouvir essa experiência para poder fazer o aprendizado devido.

Estas eram as minhas colocações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, Dra. Wedna. Foi realmente importante o nosso encontro lá em Campos. Eu acho que é importantíssima essa nossa troca de experiências, principalmente porque a senhora acumula muitas funções: Secretária de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, faz parte do Conselho, é Presidente...

A SRA. WEDNA DE MIRANDA LESSA SANTOS - Não. O Presidente é o Cláudio. Fui do Conselho Gestor do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Então, quando eu li isso daqui, eu falei: “Nossa!” Juntou tudo, não é?

A SRA. WEDNA DE MIRANDA LESSA SANTOS - Juntei. Juntaram.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Juntou tudo, e eu acho que é uma grande missão; principalmente nessas condições todas, nós temos um grande desafio. Primeiro que ser Secretária da Mulher já é um grande desafio; da Cidadania... Na verdade, fica até, assim... Sinceramente, quando eu falo em cidadania, eu necessito de uma definição maior do que seja cidadania, porque ela, para mim, é fluídica também. Quer dizer, tudo se conforma, pode-se colocar numa questão da cidadania. É como a questão dos direitos humanos. Eu acho importantíssimo; falar sobre direitos humanos é importantíssimo, mas é difícil estabelecer realmente o direito humano, em termos de concretude nas ações e tudo o mais.

Então, dessa forma, Dra. Wedna, eu queria que a senhora nos colocasse a importância, dentro do Estado de Alagoas, da tua Secretaria, do teu trabalho, da tua visão, contando com a Nelma como conselheira, com quem tivemos o prazer de conviver lá, nessas experiências. Como a senhora define o processo da criança e do adolescente, principalmente da criança desaparecida, dentro do contexto da tua Secretaria?

A SRA. WEDNA DE MIRANDA LESSA SANTOS - Eu tenho muito concretos os direitos humanos — muito concretos. Para mim estão muito concretos. É que a palavra “direitos humanos” foi... E não foi à toa que ela tentou se desgastar como direito de bandido, era exatamente para não assegurar o direito da criança, o direito da mulher, o direito do índio, o direito de ser humano e de ter essas garantias. Então, já se tentou desgastar a coisa mais importante, que é a gente ter esse direito.

Eu vejo que, numa estrutura de uma política pública da criança, quando a senhora coloca esse... Como foi que a senhora disse? O direito humano dentro dessa concretude, foi assim?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu quis dizer que a palavra “direitos humanos” é muito poderosa. Mas, concretamente, que o índice, aliás, são os índices, os indicadores, que eu fico... Na verdade, o que é o direito de uma criança e de um adolescente? O ECA diz, mas quem defende? Quem executa?



Quem faz as ações? Quando a gente fala do direito humano, onde está baseado tudo isso para as ações que nós temos que colocar? Eu só estou colocando em termos fluídicos, porque ele abarca tanto as coisas, são tantos os momentos dessa palavra, digamos assim, todos os momentos. E aí eu fico imaginando o que é para a senhora trabalhar como responsável de direitos, ser Secretária da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos. Para mim, é abarcar toda essa situação. Tudo isso é grandioso.

A SRA. WEDNA DE MIRANDA LESSA SANTOS - É lógico que, numa composição, numa estrutura administrativa, não é a melhor estrutura administrativa você reunir, pelo tamanho, pela complexidade que uma política da mulher exige, que uma política de direitos humanos exige, e dentro dessa política, todos os segmentos que fazem parte. Pensar em direitos humanos você faz uma interface com etnicorracial, diversidade sexual, criança e adolescente. E tudo isso é de uma complexidade enorme. Então, na verdade, essas pastas deveriam ser tratadas de maneira diferente. A gente setorizou em superintendências para poder trabalhar de maneira mais racional.

Mas pensar numa política dessa tem que ser uma política de integração. Nós ainda não conseguimos aprender a trabalhar de forma integrada. E aí, às vezes, essa fragilidade numa ação poderia ter um resultado mais positivo na hora em que a gente tiver o aprendizado da integração através de políticas, porque uma política de saúde é direito, educação é direito, o trabalho é direito. Tudo são direitos humanos. E como eu fazer a interface com todos esses direitos?

Mas o importante é que a gente possa trazer para esta discussão, primeiro, esta clareza de que quando eu estou buscando a garantia de uma mulher trabalhadora ter uma creche, eu estou falando em direitos humanos. Na hora em que há uma situação de vulnerabilidade de uma criança que está na rua ou que está sendo explorada, eu estou falando em direitos humanos; do deficiente, da diversidade sexual, do desrespeito, da violência. Todos esses segmentos sempre vão fazer um recorte que vai exigir uma política, porque essa violência vai envolver a segurança, vai envolver a Pasta da Saúde, porque você tem um impacto direto na política de saúde quando você lida com a segurança, quando você lida com a violência.



Eu ouvi, no início da tarde, quando estava aguardando, o Dr. Cláudio Soriano dizer: o momento mais oportuno de a gente trabalhar violência é na faixa de 0 a 6 anos. É aí onde a gente tem que trabalhar o que é o conceito, seja dessa criança, seja de quem cuida dessa criança. Ou seja, não tem como a gente trabalhar desarticulado. Não tem como a gente trabalhar desintegrados uns dos outros. Quando eu falo isso, falo com a clareza dos poderes constituídos. O Legislativo não está distante do Judiciário, que não está distante do Executivo. Essa maturidade, esse amadurecimento vai, sim, ter que nascer até entre os Poderes, que às vezes estão tão empoderados que não se falam. E aí as coisas ficam mais difíceis de acontecer numa ponta, que é a ponta de quem vai receber o resultado de todos esses Poderes, que é a comunidade, que é a sociedade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Dra. Wedna, eu quero continuar esta discussão depois, porque não faz parte desse contexto aqui. Mas eu fico me perguntando quando nós vamos ter um espaço realmente de discussão centralizada num problema ou num outro, em uma discussão maior? Essa vai ser uma outra conversa, talvez sentada ali conversando, como diz o nosso Chamariz, saboreando as comidinhas de Maceió.

O Deputado Chamariz tem alguma pergunta? (*Pausa.*)

Então, passo a palavra para o Deputado Judson.

O SR. JUDSON CABRAL - Eu quero cumprimentar a nossa Secretária, Dra. Wedna Miranda, e dizer da importância de nós aqui buscarmos otimizar, potencializar esta CPI.

A Dra. Wedna está à frente de uma Secretaria com amplitude, como a Deputada Bel Mesquita aqui define, embora a questão de direitos humanos, para mim, seja palpável, porque existe a Declaração Universal, que bem define a questão dos direitos humanos, e nesse eixo eu não tenho sequer preocupação em confundir. Eu sei claramente o que nós buscamos como Presidente de uma Comissão dos Direitos Humanos. Dentro dessas questões, nós sabemos realmente que hoje existe forças, principalmente na mídia, muitos aventureiros, defensores, justiceiros que desvirtuam esse processo.

Mas objetivando a questão, nós temos realmente uma fragilidade. A gente, às vezes, institui ferramentas, no caso, os conselhos tutelares, e algumas diretrizes e



ações para a proteção — nós temos o ECA. E a gente não tem a clareza, porque toda essa luta, sem Orçamento, sem recursos, sem financiamento, não avança. Daí, aos poucos, a gente tentar, muitas vezes até lutar pela vinculação. Aí esbarra nas questões constitucionais, que definem claramente quais são as vinculações permitidas, porque senão o Orçamento se torna uma colcha de retalhos. O primeiro problema é que ele não é impositivo. O Orçamento não impõe. Ele é um planejamento e é uma previsão. Então, muitas vezes, ele permite, mas não obriga. Eu estava vendo aqui quando a gente...

Nós fizemos, em 2007 — até está aqui numa cartilha que nós lançamos —, o levantamento do Orçamento de Maceió e o foco das políticas que se destinavam à criança e ao adolescente. E se fosse aplicado, nós realmente teríamos um desenvolvimento, do ponto de vista da proteção e até mesmo do funcionamento dos conselhos tutelares, que daria um salto de qualidade, ou seja, nós resgataríamos aquilo que realmente, hoje, não temos como prioridade.

Esta semana eu fui visitar uma creche — não, faz 15 dias. Nossa cidade está bela, com um investimento na orla. Mas nós chegamos a uma creche e o pátio que é destinado ao lazer das crianças não podia funcionar porque o piso não permitia; e o telhado estava eivado de vazamentos. Uma coisa tão simples, mas sem prioridade. Então, a questão também é o olhar político e o compromisso dos gestores. Essa é a grande questão. Você sabe disso. Eu também já fui gestor, tenho clareza. Fui Vereador, lutei muito e continuo lutando por essa causa.

Mas o enfoque que eu queria dar, para objetivar a sua presença aqui, é que, dentro da visão das medidas socioeducativas, a Secretaria realmente hoje diria que o Governo tem cumprido o seu papel, do ponto de vista de nós termos pelo menos a possibilidade do projeto de ressocialização das crianças e adolescentes que estão sob a responsabilidade de algumas unidades gerenciadas ou vinculadas à Secretaria? Ou nós continuamos precisando que promotores imponham processos ao gestor público?

Veja bem, eu falo isso porque é uma sequência de ações. Não é um mérito, e se for uma deficiência não é só deste Governo, porque já no anterior nós fazíamos esse debate.



Eu quero falar com muita clareza aqui: como está a atual situação? A fuga da criança, o abandono e muitas coisas também dependem muito, como você disse, das políticas públicas e das prioridades que nós temos para com o setor público. O Orçamento está a contento?

A SRA. WEDNA DE MIRANDA LESSA SANTOS - Não. O que nós temos... Eu vejo essa política de medida socioeducativa, o que está acontecendo é um fator de institucionalização. Eu já tive meninos sendo encaminhados para a unidade de internação porque furtavam iogurte, reiteradas vezes. Ele tinha furtado uma vez, furtou outra, furtou outra, e aí foi compreendido que ele reincidia, e ele foi para uma unidade de internação. Eu já tive situações de... Eu já tive, não, tem lá, é só ser feito o levantamento, a forma. Então, não existe... Não é um processo de ressocialização. Nós, primeiro, precisamos compreender o que é um processo de socialização e depois aqui também considerar, porque muitas vezes é dito: "*Você representa o Estado*". Eu ouço muito isto: "*Secretária, a senhora representa o Estado*". O Estado somos nós todos.

Eu tenho que pensar que uma criança, um jovem, que estava abandonado, que foi abandonado, está na rua desde os 4 anos e chega aos 12, que é quando eu vou acolher, receber, quando chega, ele não chega porque entrou na unidade, ele não virou a pessoa disciplinada para acolher o que vai ser dito. É um processo de socialização que lhe foi negado desde a primeira infância. A lei, o Estado, esse Estado acusador, esse Estado imperador, pode pegar esse menino de 12 anos e colocar numa unidade. É isso que acontece.

Se você for olhar quantos casos... Não existe, Judson, nos municípios, a medida socioeducativa de meio aberto. Sobra o quê? Sabe quando é que um jovem deve ir para uma unidade de internação? Quando é aquele caso extremo. O caso extremo passou a ser a regra, porque os municípios não têm a medida de proteção de meio aberto. E dessa criança, que está numa situação de vulnerabilidade, ninguém cuida. Então, isso vai-se refletir na medida de internação, num total equívoco do que é uma política de ressocialização. Eu não teria a desfaçatez ou a cara de pau de chegar aqui para você para dizer que existe processo de ressocialização, porque precisava existir um processo de socialização, que não acontece lá na ponta! Como é que vai chegar para mim e vou ter a cara de pau de



dizer que eu faço uma política de ressocialização? Eu estou tentando ver se conseguimos começar a socializar, mas isso com a clareza de que esse processo é um processo integrado. O Estado somos todos nós. É quem determina; é do promotor ou da promotora que olha aquela criança; é do defensor que não está assegurado. Você já olhou quantas crianças e quantos jovens têm a garantia da ampla defesa e do contraditório, previstos na Constituição? Quantos têm advogado? Então, não podemos falar que garantimos o que a Constituição diz, porque não garantimos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Esta é uma questão séria: o desaparecimento de ações que nós precisaríamos ter, para falar realmente... Quando eu falo que direitos humanos, para mim, é fluídico, é porque passa, inclusive, pelas nossas ações. Estou dizendo “nossas” como Poder Público constituído, seja o Legislativo, seja o Executivo, seja o Judiciário, nas questões realmente propostas, na questão da defesa dos direitos seja da criança, seja do adolescente, seja da mulher, seja do homem, seja do homossexual, seja do que for. O que nós temos, na verdade, é um correr atrás. Poucas políticas, realmente, são definidas com começo e meio e com indicadores para nos indicar se nós estamos caminhando.

Fugimos um pouco do tema, mas acho importantíssimo a gente conversar sobre isso, porque não dá para pensar em ações que possibilitem a proteção da criança e do adolescente no que diz respeito a desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil se nós não tivermos esse tipo de discussão, porque isso está baseado, realmente, em todas as condições sociais de cidadania, de defesa do direitos humanos no seu esplendor, digamos assim.

A SRA. WEDNA DE MIRANDA LESSA SANTOS - Permita-me, Deputada Bel? Vejo que terminamos, pela pergunta do Deputado Judson Cabral, falando de uma coisa crucial e aí pode estar exatamente um foco da criança desaparecida, que é a questão da medida socioeducativa de meio aberto. É exatamente nesse canal que falta uma perna importantíssima para o cuidar da criança que está numa situação de vulnerabilidade, porque essa criança, se existe essa política implantada nos municípios — porque ao Estado compete a criança, o jovem, já num outro estágio —, se acontece num município essa política, teríamos um controle muito



melhor. Essa criança não estaria nessa situação. Então, eu até agradeço ao Deputado, porque terminou me fazendo rever um ponto que acho crucial para uma política, para que a gente diminua o número de crianças que desaparecem, que é o meio aberto, que é a medida socioeducativa de meio aberto, que não existe aqui no Estado, tenho impressão de que em nenhum município.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Não é fácil. A maior parte dos municípios nem têm como pensar em contratar pessoas para gerenciar esses programas. Mas nós podemos pensar juntos. Isso pode vir lá do Federal, passar para o Estadual e pedir que o Prefeito faça a execução do programa.

O SR. JUDSON CABRAL - Olha, Wedna, me permita? Eu queria só fazer um complemento. A minha pergunta não foi à toa. Ela tem um tom crítico pela ação prática que nós vivenciamos. Eu fiz essa pergunta porque, na realidade, no fim do ano passado, eu me fiz presente ao Palácio, numa audiência que eu pedi ao Governador, junto com a Promotora e com a Presidenta, na Câmara Municipal, da Comissão da Criança e do Adolescente, para apelar ao Governo que utilizasse a unidade, que precisava ser ampliada. Tínhamos recursos, inclusive específicos de multas aplicadas ao Poder Público, e a unidade estava sem poder acolher crianças, porque não tinha mais espaço. Tínhamos recursos, e, no entanto, não havia uma ação concreta, uma prioridade, e existia o processo de solicitação. Então, assim, quero destacar que o princípio está correto, veja bem...

A SRA. WEDNA DE MIRANDA LESSA SANTOS - Não. Perfeito.

O SR. JUDSON CABRAL - ... não querendo trazer responsabilidade para a senhora, mas, assim, eu estou falando de um Governo em que nós fomos — e por isso nós fomos —, e não foi dada publicidade. Nós fomos para agir. E o Governador entendeu, comprometeu-se e, ao que me parece, agiu. Mas a coisa estava lá! Havia recursos específicos, que eram recursos depositados em juízo para essa finalidade. E, no entanto, a coisa não... Então, precisamos ter um Estado, nós, eu fiscalizando, a senhora agindo, executando, como ordenadora de despesa, pelo menos indiretamente, e todos nós participando, porque senão o foco da desagregação e da falta de assistência àqueles mais desprotegidos — porque, às vezes, ou são levados ou entram em fuga —, realmente, aumenta. A senhora tem razão.



A SRA. WEDNA DE MIRANDA LESSA SANTOS - Deputado, eu não vou tentar, exatamente em respeito a todas as pessoas que estão aqui, mas acho importante, até para o senhor saber do que foi colocado de que há recursos bloqueados e não são utilizados, vou mostrar ao senhor todos os processos e os trâmites, mas em outro momento. Está bom? Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Dra. Wedna, muito obrigada pela participação. Nós vamos continuar nossa conversa mais tarde, se for possível.

Nós teríamos para ouvir ainda o Conselheiro Tutelar de União dos Palmares, mas ele precisou sair e não vai poder mais estar aqui.

Vamos para a última pessoa a ser ouvida nesta nossa audiência pública, que é a Dra. Micheline Maria de Souza Vieira.

A SRA. MICHELINE MARIA DE SOUZA VIEIRA - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado”.*

Primeiro, agradeço a oportunidade de estar aqui como parte da sociedade civil, porque acho que fazemos um papel muito importante e que, ao longo dos tempos, vimos, como sociedade, colocando a nossa voz e a nossa cobrança mais veemente. E tantas coisas foram debatidas, tantas coisas foram perguntadas, quais as causas. Agora, na fala da Dra. Wedna, fiquei me perguntando: quais as causas? São claras, para mim, como sociedade civil; para mim, como mãe, para mim, como profissional; para mim, como cidadã; para mim, como eleitora: é a falta de gerência nas políticas públicas.

Foi afirmado, acho que pela senhora, Deputada, assim: *“Nós temos de dar prioridade à política da criança, à proteção à criança”.* Nós não temos prioridade na educação; nós não temos prioridade na saúde; nós não temos prioridade de segurança; nós não temos prioridade de nada! Toda essa proteção, a meu ver, como cidadã, passa por basilares que são esses. É uma inversão de valor enorme! A família não tem mais valor, os profissionais, aqueles que, no passado, tinham valores, também não têm. O professor hoje em dia é negligenciado. Estamos cansados de ver reportagens sobre professores que são afrontados, professores vêm apanhando. O médico, que faz a questão a saúde pública, também. Médicos estão saindo corridos das unidades de saúde, porque são peitados, porque falta



naquela unidade medicamentos, falta naquela unidade outros médicos para atender. E, aí, eu me fico perguntado, como parte da sociedade civil, que paga os impostos, que tem filho para criar, que vive numa sociedade à mercê de tudo isso: o que posso fazer para ajudar? A minha parte, eu faço: eu pago meus impostos, venho aqui cobrar, tento votar conscientemente, mas fico meio perdida e fico também, às vezes, me indagando onde nós vamos parar. Se falta tanta coisa, se nós estamos aqui presentes e perante pessoas que têm esse comprometimento...

Faço uma ressalva: a senhora foi a Deputada que levou e que apresentou à Câmara Federal o projeto do Cadastro Nacional das Crianças Desaparecidas. Nós temos o Deputado Chamariz, uma pessoa que fez da vida dele, do exemplo da vida dele o reverso para que muitas pessoas que não têm ou não tiveram a possibilidade que ele teve, ele vem lutando para que essas pessoas tenham. Nós vemos o Deputado Judson, que é comprometido, que vem, como Vereador, lutando, que vem ali... Nós estamos numa Assembleia, numa Casa onde deviam estar os outros Deputados. E onde é que estão os outros Deputados? E, aí, eu fico me perguntando, porque Serginhos há milhares.

Eu passei por uma situação semelhante. Eu moro em bairro nobre e convivo, nesse bairro nobre, como todo mundo convive... Ali sempre tem alguém que é menos privilegiado. E esse alguém é uma criança de 7 anos, que vive com a família e que é amigo do meu filho menor de 3 anos. Um belo dia, estava no trabalho e a minha filha ligou: *“Mãe, o Nenê”* — como é conhecido o menino — *“foi sequestrado. Como é que a gente faz? Como é que a mãe dele vai pagar, se a mãe dele é pobre?”*. Aí eu disse: *“Filha, está acontecendo alguma coisa, tem alguma coisa errada”*. Ela disse: *“Não, mãe, ele foi sequestrado”*. Eu disse: *“Eu estou chegando em casa do trabalho e eu vou procurar saber o que é que aconteceu”*. E fui saber com aquela família o que havia acontecido. Cheguei lá, a mãe estava desesperada, o padrasto desesperado, uma família de 4 crianças, e essa criança tinha desaparecido. Brincou o dia todo na minha casa. Quando meu filho menor foi dormir, a secretária disse: *“Agora você vai para a sua casa”*. E nesse *“agora você vai para a sua casa”*, a criança, por vários motivos que aqui já foram expostos pela Dra. Fátima Pirauá, pela Dra. Wedna, pelo Prof. Edivaldo, pelo Conselheiro, pelo Dr. Carlos — a falta de quê? A falta de família, a falta de alimento, a falta de aconchego no lar —foi



brincar em frente aos bares já da orla, na Ponta Verde. E, aí, um guardador de carro prometeu a ele uma bicicleta e o levou. Deu meia-noite, essa criança não retornou, aí, a mãe disse: *“Cadê meu filho que não retornou? Vou procurar”*. E, aí, quando chegou lá, os outros guardadores disseram a ela: *“Não, ele foi embora com o guardador fulano de tal”*. E estava a mãe desesperada. Cheguei e me apresentei, o menino fazia parte já do meu convívio, porque, de manhã, de tarde, de noite, ele estava ali no meu prédio, eu fazia com que ele almoçasse lá na minha casa, eu fazia com que ele brincasse com o meu filho. Eu fui tomar as providências. E encontrei... Quando a Dra. Wedna falou...

Nós devemos também fazer uma ressalva e fazer valer aquelas pessoas que se vestem de servidor público e servem mesmo a população. E fui atrás disso. E, para minha grande surpresa, tive da Dra. Bárbara e da Dra. Fabiana as portas abertas. E fui até a delegacia. Não era plantão da Delegacia da Criança, porque — pasmem, e eu também eu não sabia — aqui não se tem plantão na Delegacia da Mulher e nem na da Criança. Aqui fica uma central única. E todos os casos que chegam estão naquela central única; depois do final de semana, é que são distribuídos para as suas delegacias especializadas. E, quando eu liguei para a Fabiana, que foi minha colega de colégio, eu disse: *“Fabiana, a criança desapareceu”*. Ela disse: *“Micheline, já estou sabendo desse caso, mas a Delegacia da Criança só retorna na segunda”*.

Eu disse: *“Segunda-feira, o menino já desapareceu, já sumiu do mapa. Eu vou pegar meu carro...”* Ela disse: *“Não, não se preocupe, não. A Dra. Bárbara já está sabendo, a gente já está fazendo diligências”*. E eu também fui fazer diligências. Eu fui chamar um meio de comunicação para poder fazer aquele relato daquela mãe, daquela criança. Colocaram foto na Internet. Isso foi numa sexta. Na segunda-feira, essa criança foi encontrada num canavial. A pessoa que sequestrou soube que estava sendo procurada e deixou a criança num canavial em Rio Largo. Eu fiz a minha parte.

Aquela criança teve sorte de encontrar um amigo e, deste amigo, ter uma pessoa que olhasse por ele. mas quantos Serginhos não têm essa sorte? E quanta gente, a esta hora, está à mercê, está chorando pelo seu filho que não chega em casa, e o filho está na mão de um sequestrador, sendo molestado, sendo torturado?



E cadê as políticas públicas, aquelas por que eu pago imposto, aquelas que quem eu votei, porque acreditava que ia fazer, não fez? O resumo disso tudo aqui parece muito simples. As causas, nós sabemos quais são: a segregação da família, a inversão dos valores.

Hoje em dia, nenhuma criança mais sonha em ser professor, ser médico, ser engenheiro. Sonha em ser jogador de futebol ou traficante, porque se ganha dinheiro mais fácil. As causas estão aí. As consequências disso? Uma sociedade completamente corrompida, como nós estamos vivendo hoje, em que os valores são todos invertidos.

E a solução, onde está? A solução está, eu acredito, na mão do Legislativo, que tem o poder de mudar as leis, que tem o poder também de fiscalizar, e da sociedade de cobrar isso do Legislativo. Então, eu estou realmente numa posição confortável aqui, porque eu fui chamada para depor, para dar uma ajuda como parte da sociedade civil. E me sinto na obrigação de fazer esse desabafo como sociedade civil, porque, a cada dia que passa, nós estamos vendo que tudo está se acabando e nós estamos ficando à mercê. Então, é mais do que um apelo, é mais do que um pedido, é uma súplica — e os senhores têm o poder de legislar. Aqui nós vemos Deputados que estão comprometidos com a questão social.

Nós vemos o Deputado Judson, que é uma pessoa militante; nós vemos o Deputado Chamariz, que teve uma história de vida sofrida e que faz dessa história o remédio e o alento de muitas pessoas, e vemos a senhora, Deputada, uma mulher sensível, psicóloga, que entende a fundo as questões do psique humano, das desvirtuações humanas. E esse apelo eu faço como sociedade ao Deputado Judson, que tente... Nós temos aí... Funcionário público, nós temos. Temos uma leva de delegados que são comprometidos. Temos uma leva de juízes que são comprometidos também. Vamos fazer um movimento aqui dentro da Assembleia, vamos ver se nós não podemos implantar uma delegacia modelo, vamos ver se não podemos implantar mais creches, vamos ver se nós não podemos dar o que a Constituição promete e o que a nós pagamos no imposto, que é saúde, educação, e não estamos tendo isso.

Então, na realidade, eu agradeço esta oportunidade e peço aos senhores, que sei que são comprometidos, que tentem e lutem por uma legislação que seja



mais eficaz, por uma legislação que atenda realmente às necessidades do cidadão, porque eu acho que é disso que todos nós estamos precisando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu agradeço à Dra. Micheline a participação.

Eu quero dizer o seguinte: ainda bem que eu aprendi na minha vida que as dificuldades são as melhores oportunidades que nós temos de fazer mudanças e transformações. Acho que é isso que me leva a não desistir, porque diante de cada dificuldade, eu falo: aqui é que está o incentivo para eu fazer o melhor.

Mas eu quero dizer o seguinte, Doutora: lei não falta, não; lei há um monte, lei é assim. Se nós quisermos... Aliás, eu acho um erro, Deputado, que os Deputados sejam avaliados pelo número de projetos de lei que eles levam para as Câmaras ou para Assembleias. Eu acho isso um abuso. O Brasil não precisa de mais leis. O que nós precisamos, realmente, é de execução. E, para executar, nós precisamos de recursos. E o recurso é definido inclusive pelos interesses tanto do Governo Executivo, da parte executiva, como pelos interesses dos outros Deputados, aliás de todos os Deputados, tanto os que compõem a Assembleia Legislativa, como os da Câmara Federal.

Eu vou falar uma coisinha só: dos Estados da Amazônia, de que o Pará faz parte, nós somos 90 Deputados no meio de 513. Esse é um dado. Quantos Deputados tem o Nordeste? Sabe, Deputado Chamariz? O Nordeste como um todo? Não sabe. Só São Paulo — só São Paulo — tem 70, o Rio tem 41, Minas tem 53, Santa Catarina acho que tem 48. Eu estou dizendo isso porque a discussão orçamentária — e é por isso que existe uma luta tremenda para saber quem fica na Comissão de Orçamento, quem conduz e tudo o mais... Porque, para se conseguir colocar recurso real para a execução de ações sociais, a luta é enorme; para se discutir investimentos dos Estados da Amazônia, a luta é inglória; para se conseguir colocar e alocar recursos aqui para Alagoas... Quantos Deputados tem Alagoas? Nove. É quase impossível, a não ser que tenha uma sorte tremenda de ter algum Ministro que seja daqui da região que possa conseguir.

A discussão é fácil, os questionamentos são angustiantes. O que nós precisamos é fazer andar as coisas em termos de, realmente, integrar as ações.



Eu acho que a senhora tem toda a razão. Eu, na condição de Deputada, me sinto, sim, angustiada por não ter como responder às perguntas das senhora, de não ter como responder às minhas próprias perguntas. Mas, com certeza, a minha resposta está no trabalho que nós estamos desenvolvendo, aqui inclusive. Quando nós vamos conseguir implantar tudo o que nós temos visto e discutido? Não sei, porque eu vou depender, daí, da vontade e do comprometimento de todos os Deputados, e não só dos 24 Deputados que compõem esta CPI.

Então, o que acontece? Quando nós perguntamos: o que é mais importante um estádio de futebol ou medidas socioeducativas... Se eu fizesse essa consulta aqui um pouco mais cedo, o pessoal ficaria extremamente dividido entre ter um estádio de futebol, que, sábados e domingos, faria a felicidade de todo o mundo, ou medidas socioeducativas, de que nós só poderíamos ter a medição do seu resultado daqui a 20 anos.

Então, não desista, não. Nós não estamos desistindo.

A SRA. MICHELINE MARIA DE SOUZA VIEIRA - Não, eu não desisto, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu sei.

A SRA. MICHELINE MARIA DE SOUZA VIEIRA - Até porque eu tenho muita fé. E há uma passagem bíblica que diz assim: "*Tudo pode aquele que crê*". E eu creio num Brasil melhor, eu creio em políticos mais comprometidos, eu creio em cidadãos também mais comprometidos. Eu creio que, se a cada dia, a sociedade vier a cobrar mais, a sociedade vier a votar melhor, nós vamos ter o resultado de tudo isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Estou nessa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Dra. Micheline, quero agradecer à senhora, de todo o coração, essa sua fala, até porque é de grande relevância para que se possa ver que há condições de haver uma solução melhor para o nosso Brasil. Veja mesmo esse testemunho que a senhora acabou de dar aqui de que, se não fosse uma pessoa esclarecida que entrasse nesse caso, provavelmente, essa criança... Ninguém sabe qual seria o destino dela. Por isso é que eu sempre bato na mesma tecla: que possamos ter uma delegacia realmente capacitada nessa situação. E, quero dizer, Dra. Micheline, que agradeço de todo coração mesmo. A senhora sabe o quanto tenho trabalhado e conhece um pouco da



minha vida, inclusive, do meu testemunho. Poucos aqui conhecem. Mas, como fui menino de rua, hoje tenho o grande prazer de estar aqui levantando essa bandeira, como já havia dito, e isso me traz muito orgulho de poder defender.

Quero dizer também que o nosso País tem solução, basta os homens de bem e as mulheres de bem realmente começarem a fazer diferença. E é o que estamos fazendo aqui nesta tarde.

E dizer que, para mim também foi uma grande satisfação ir, nesse caso do Serginho, a Campos. Muitos até me criticaram falando: “*O que é que o Deputado Antônio Carlos Chamariz está fazendo em Campos se o lugar dele é Brasília?*”, porque não têm conhecimento do que estávamos fazendo lá — um trabalho para que pudéssemos resgatar o Serginho com a maior antecedência possível, para entregar na mão dos pais do Serginho. E todo mundo sabe, quem participou, o quanto foi difícil. Se eu for contar aqui o que aconteceu para eu chegar lá em Campos... Poucas pessoas conhecem. É por isso que muitos, às vezes, só sabem criticar, não sabem ouvir e ficar sabendo da realidade. Mas eu, para chegar a Campos — a Deputada Bel sabe muito bem disso, a Wedna Miranda também sabe muito bem, porque ela conhece. Então, todos participaram e viram a dificuldade do que é um Deputado, inclusive, se deslocar para determinado Estado. Não é fácil, porque eu estava com voo marcado para chegar no horário exato, junto com a equipe da Wedna Miranda, e, na situação, o voo atrasou, e eu não consegui chegar no horário exato.

Mas vejam só que interessante: muitos pensam que ser Deputado é muito fácil, é só lazer, é só tranquilidade. Mas passamos por várias dificuldades, não é Deputada Bel? Inclusive, era para pegar um avião de lá do Rio até Campos — as meninas já estão rindo (*risos*) — e, talvez até, inclusive, foi até melhor para mim, porque o que houve de reclamação daquele... Não é? V.Exa. também andou naquele aviõzinho de lá do Rio para Campos?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu andei naquele aviõzinho e em muitos outros mais, porque eu moro no interior do Pará. Imagine os aviõzinhos em que eu já andei. Então, aquele estava ótimo!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - É. (*Risos.*) A Deputada Bel já está acostumada.



Sim, mas só que aconteceu que, quando eu cheguei ao aeroporto, o avião, eu já havia perdido. Aí, havia um carro me esperando. Esse carro... saímos conversando, inclusive, falando, procurando saber como era que se encontravam os policiais lá no Estado do Rio de Janeiro. Houve até, inclusive, Deputada Bel, algumas indagações que eu fiquei surpreso, mas foi muito importante, foi uma experiência. Só que, com esse carro, um carro novo, e até achei estranho... Se eu tivesse chegado no horário e não tivesse acontecido nada, eu chegaria no horário normal. Mas aconteceu o seguinte: o carro bateu o motor no meio do caminho. *(Risos.)*

E, outra: eu não tinha tomado café, não tinha almoçado, eu estava esperando pelo menos jantar quando chegasse lá, jantar. Inclusive, um policial rodoviário federal me levou até a fronteira, eu sei que foi uma peregrinação do Deputado, e acabei chegando lá. Mas só que, quando eu cheguei lá, inclusive, já encontrei a Deputada Bel, que ia com a Deputada Andreia, e disse: *“Não, Chamariz, eu não vou, não. Vou ficar aguardando para acompanhar aqui”*. Aí eu disse: *“Então, está bom”*. Quando eu cheguei lá, esperava até um jantar, uma coisa e tal, aí o Geraldo Pudim não me serviu pudim, não, serviu-me bolo com café. *(Risos.)* E aquilo lá, eu achei interessante, mas o mais importante de tudo isso é porque tivemos a oportunidade de entrevistar a mãe do menino que havia sido sequestrado depois do Serginho, o Vitor, e isso realmente nos trouxe também mais uma experiência, e também uma senhora lá que dava abrigo ao sequestrador.

Em meio disso tudo, achei mais interessante, e eu não entendia porque eu não cheguei no horário exato, mas depois eu entendi, até porque a Wedna e as meninas, que eu posso chamar assim — só faz rir aquela mocinha ali, o tempo todo, de felicidade —, vi que elas realmente estavam precisando de um apoio, não que elas não pudessem resolver tudo sozinhas, mas eu senti ali uma pessoa que estava realmente... Inclusive, a Deputada Bel disse: *“Olha, Chamariz, eu vou embora, mas fique aí dando assistência”*. E foi feito isso. Inclusive, várias pessoas chegaram e quiseram nos enrolar. Não foi verdade? Inclusive, oferecendo mil e uma propostas, que até a Wedna disse bem assim: *“Rapaz, se eu soubesse falar um pouquinho de inglês...”* *(Risos.)* Porque chegou alguém lá, Deputada, não sei se te passei isso, chegou uma pessoa lá dizendo: *“Ó, não se preocupe que não vai faltar nada agora*



para o Serginho. Para o Serginho, vai ter tudo, vai ter casa, vai ter colégio”. Aí, a Wedna disse bem assim: *“Não, só para o Serginho, não! Tem de ser também para os irmãos do Serginho”*. E nós acreditando naquela história deles — não é? —, e eu também empolgado, e ele começou a falar que vinha não sei... da ONU, vinha não sei de onde, o pessoal, tudo para... Inclusive, ele para querer, inclusive, assim, nos empolgar, disse bem assim: *“Tem vaga aí nesse hotel?”* (Risos.) Aí, eu vi quando a recepcionista disse: *“Tem”; “Então, reserve aí 16 vagas”*. Ele mesmo, dizendo que a delegação vinha dos Estados Unidos e tal para dar uma assistência ao Serginho.

Aí, depois, eu sei que, para resumir, no outro dia de manhã, quando estávamos sentados na mesa conversando, eu cheguei para a Wedna e disse bem assim: *“Minha irmã, aquilo lá é tudo mentira! Não acredite, não”*. Aí ela disse: *“Mas, rapaz, se eu soubesse que era mentira, eu tinha pelo menos dito a ele que sabia falar inglês, enrolava a língua e fazia com que ele entendesse”*. (Risos.)

Então, gente, foi uma luta, foi um sufoco muito grande, mas, graças a Deus, como já falei aqui, da dificuldade para antecipar, foi antecipada. E eu queria aqui fechar todo este nosso discurso com uma colocação muito importante.

Nós estamos aqui numa audiência pública — e peço permissão à Deputada Bel para aqui quebrar um pouco o protocolo. Nós sabemos que a situação do Serginho hoje é uma alegria total, inclusive, quando vínhamos no avião, a alegria da equipe, todo mundo sorrindo, estava transbordando mesmo só de alegria. O Serginho cheirando a mãe, a mãe cheirando o Serginho, aquele beijo de amor. Aquilo me deu uma alegria tão grande no meu coração! E eu filmei! Eu tenho isso filmado no meu celular, está gravado!

Mas, paro agora para pensar. Cheguei à casa do Serginho, vi uma casa com 3 cômodos, inclusive parece que a avó dele também mora lá, e a situação é complicada. E o que podemos fazer para poder melhorar a situação do Serginho? Talvez muitos possam até dizer assim: *“Bom, isso não é problema meu, cada um que se vire”*. Mas eu entendi, na minha sensibilidade, de abrir uma conta para o Serginho e para os pais do Serginho, para que nós possamos pelo menos construir uma casa digna, para que ele possa... a mãe do Serginho vender a tapioca, que é o que sabe fazer, garantir a escola do Serginho e dos irmãos do Serginho.



“Deputado Chamariz, o senhor tem possibilidade de fazer tudo isso?” Eu não tenho possibilidade, sozinho, de fazer isso, não. Mas eu aprendi uma lição com meu Pastor-Presidente, o Pastor José Antônio dos Santos, que me disse assim: *“Cem quilos para uma pessoa só carregar é muito pesado, mas se nós dividirmos 100 quilos para 100 pessoas, cada uma leva 1 quilo, e não tem dificuldade nenhuma”*.

Então, faço aqui um apelo. Estarei colocando à disposição de cada um dos senhores e das senhoras que quiser contribuir com R\$1.000,00 com R\$500,00. Vou, inclusive, levar isso, Deputada Bel, para o Congresso Nacional e pedir aos pares. Quem sentir vontade de contribuir que o faça, aquele que não quiser fazer, não tem problema, não. Eu tenho certeza de que Deus vai prover, e Deus vai, com certeza, dar uma vida digna ao Serginho, ao pai do Serginho. Não podemos fazer com outras pessoas, mas pelo menos vamos ter a nossa consciência... Eu, pelo menos, tenho a minha consciência tranquila de que estou fazendo alguma coisa por essa família.

E tenho certeza de que aqui não foi colocado o sofrimento do Serginho, aqui só foi colocado o encontro do Serginho, a alegria da família. Mas, passar 2 anos fora da família! Ninguém sabe o que se passou com o Serginho, ninguém sabe o que está ali ainda martelando na cabeça do Serginho. Então, deixo esse meu pedido para cada um dos senhores e das senhoras que puder contribuir que o faça, e tenho certeza de que esse dinheiro será muito bem aplicado.

E quero agradecer esta oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, Deputado Chamariz.

Deputado Judson, quer fazer algum...?

O SR. JUDSON CABRAL - Bom, eu quero aproveitar só para, primeiro, parabenizar a Dra. Micheline aqui presente pela clareza e pela importância. A audiência pública tem de ter participação social, senão, não tem sentido, e espero que nós continuemos, mesmo sendo minoria, mas é uma minoria qualificada, porque nós até produzimos mais do que, às vezes, a coisa com muito tumulto.

Parabenizo aqui todos os integrantes da CPI, sob a Presidência da Deputada Bel Mesquita, e quero dizer que Alagoas não é que se sinta contemplada, mas é importante que tenhamos aqui nesta Casa ações, eventos, dessa natureza, para que nós possamos despertar a consciência cidadã — e acho que aqui se aplica a



cidadania — e para que a população possa realmente entender qual é o papel do Parlamento, o que é que se pode fazer para melhorarmos o perfil dos nossos representantes.

É exatamente isto: é a sociedade ser mais ativa, participativa, e, a partir daí, acho que nós melhoraremos a qualidade das nossas intervenções, inclusive, a produção das nossas políticas públicas, porque eu não tenho dúvida de que, quando a gestão é acompanhada pelo Parlamento, a tendência de ela se desviar ou se desvirtuar das suas ações regulares é bem menor. É bem melhor quando o Parlamento cumpre seu papel. Eu concordo plenamente com a posição que a Micheline aqui trouxe da importância do Parlamento, e é isso que estamos tentando.

Então, eu quero agradecer e dizer que nós estamos à disposição para qualquer outra participação ou colaboração no que for necessário e dizer que Alagoas realmente precisa muito dessa interação, porque é assim que nós vamos formando essa consciência aqui na nossa sociedade e nos nossos Parlamentares também.

Era isso o que eu queria colocar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Eu quero agradecer a todos e a todas e ressaltar aqui: como eu acabei falando, também fui menino de rua e hoje me orgulho do trabalho que faço. Não tive oportunidade de estudar quando criança. Fiz e faço um sacrifício para continuar estudando. Agora, estou fazendo Administração Pública, mas me orgulho hoje de, inclusive, ter aqui uma das minhas filhas — que são muitas —, que está aqui representando as demais, a Paulinha, hoje formada, e que fala não sei nem quantos idiomas. Quantos? *(Pausa.)* Três idiomas. Isso para mim é um grande orgulho.

Eu não tive oportunidade de estudar, mas, graças a Deus, os meus filhos, todos eles estão praticamente formados. Só não ainda aqueles... como a Rebeca, que só tem 12 anos, o Davi e o Bruno, que, em breve, também vai estar formado. Eu acredito, não é Bruninho? O Bruninho também é um dos meus filhos e também faz parte da minha herança, que eu, tenho certeza, vou deixar para eles, com muita satisfação e com muito orgulho. Que Deus os abençoe em Cristo Jesus. *(Pausa.)* Eu falei do Bruninho, e a Deputada Bel está lembrando, perguntando se eu não falei do Bruninho. Eu falei agora do Bruninho; da Fátima, minha princesa, a coisa mais



linda do mundo; da minha esposa — e depois a gente vai conversar, não é Neguinha? —, enfim, de todos.

Muito obrigado.

Que Deus continue abençoando vocês.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Antes de encerrar a audiência pública, eu quero agradecer muitíssimo ao Presidente desta Casa, Dr. Fernando Toledo, que nos recebeu aqui com muita simpatia; aos Deputados, aqui na presença do Deputado Judson e também do Deputado Carlos Cavalcante, que vieram abrilhantar esta reunião; quero agradecer às Sras. Anunciada Ribeiro, Aline Batista Cruz, Vilma Falcão, Teresa Melo Toledo, Maria Gabriela Soares Inojosa e Maria Cleide Alencar Guimarães, e a todos aqui do Cerimonial — muito obrigada pela delicadeza e o carinho que nos receberam —, e aos agentes da Polícia Federal, que nos acompanharam desde a nossa chegada. Nós nos perdemos um pouquinho, mas depois nos encontramos numa boa, não é? E dizer que não seria possível estarmos aqui se não tivéssemos os nossos anjos da guarda dentro da CPI, o Manoel e o José Mário, que o tempo todo estão conosco aqui; a vocês que estão aí no som, muito obrigada pela força.

Eu baguncei aqui, não entendi direito, mas foi muito bom, com todo o auxílio que eu tive. Também quero agradecer à Leila e ao Paulo, que têm nos acompanhado o tempo todo nesta grande excursão nacional em prol, em defesa das crianças desaparecidas; no mais, também agradecer ao pessoal da *TV Assembleia*. Eu acho incrível poder estar aqui falando para toda a população de Alagoas e, dessa forma, ficar visível, presente o interesse de as pessoas que vieram aqui documentarem as discussões. Isso é muito importante.

No mais, quero dizer que realmente recebi um grande prêmio, que é poder ter visto pessoalmente o reencontro de uma mãe e de um pai com o seu filho. Presenciar o reencontro do Serginho me deu a noção real da importância do trabalho que cada um de nós desenvolve nesse processo todo. Ontem, eu tive uma das maiores dores que poderia ter, na medida em que me encontrei com as 6 mães dos meninos de Luziânia.

E quero dizer que também foi importante a nossa participação — e quando digo nós, não é a pessoa Bel, o Deputado Chamariz, o Deputado Judson ou a



Wedna , mas nós, aqueles que se comprometem a atuar na causa de crianças e adolescentes, e nem falo nas outras. Mas isso é importante, principalmente porque as realidades são diferentes em todos os Estados e Municípios. Quando se fala em política, não adianta falar de uma política, mas em política de cada região, de cada situação. E, aí, fica ainda mais desafiante esse processo todo.

Quero dizer que foi muito boa esta audiência pública. Estou levando daqui algumas coisas que, se já estavam como questionamentos dentro de todo esse processo, algumas se aclararam um pouco, mas em outras ainda ficaram mais profundas as minhas dúvidas, mas isso não quer dizer que é ruim, não. Muito pelo contrário. Porque aquilo em que a dúvida é maior é mais fácil ainda resolver do que quando a dúvida é pequena — isto eu aprendi também: por incrível que pareça, quando parece que o buraco é maior, nós criamos pontes com facilidade maior do que quando temos só um atoleiro. Isto é real: as maiores dificuldades são as grandes oportunidades para nós atuarmos.

Então, queridos amigos, eu só posso lhes dizer: muito obrigada pela presença. Tenho absoluta certeza de que todos nós vamos para casa talvez um pouco cansados, mas realizados por termos estado aqui e contribuído.

Muito obrigada a todos.

Que Deus nos abençoe a todos nesse caminho que estamos trilhando e que mais crianças como o Serginho nem saiam de casa, mas, se saírem, que nós possamos estar aqui para ajudar a que voltem o mais rápido possível. *(Palmas.)*

Estou tentando encontrar o papel, porque tenho de encerrar do jeito que o Regimento determina... Aqui *(O que seria de mim sem você, Manoel?)*.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 14 de abril próximo, às 14h30min, no Anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Espero contar com todos, se puderem.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.